4º CONGRESSO NACIONAL DA CSP-CONLUTAS

AVANÇAR NA CONSTRUÇÃO DA CENTRAL SINDICAL E POPULAR

RESOLUÇÕES APROVADAS

ÍNDICE

Resoluções Internacionais..... Pág. 7

Resoluções Nacionais..... Pág. 13

Resoluções de Balanço e de Plano de Ação..... Pág. 41 e 43

Resolução sobre Organização e Estrutura Sindical..... Pág. 45

Resolução sobre Estatuto..... Pág. 47

Resoluções de Combate às Opressões..... Pág. 47

Moções..... Pág. 57

Secretaria Executiva Nacional

Gestão 2017-2019

Efetivos: Aldiério Florêncio Pereira (Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais), Ana Claudia Borguin Eustáquio (Minoria Sindicato dos Metroviários-SP), Atnágoras Teixeira Lopes (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém-CE), Camila Ribeiro Duarte (Minoria Fenametro-Federação Nacional dos Metroviários), Carlos David de Carvalho Lobão (Sinasefe), Claudia Machado Ribeiro (Simpere-PE), Claudicéa Alves Durans (Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe), Eblin Joseph Farage (Andes-SN), Francisco Flavio Patricio dos Santos (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza-CE), Gesa Linhares Corrêa (Minoria Sepe-RJ), Gibran Ramos Jordão (Minoria Fasubra), Helena Silvestre/Daniela Embom (Movimento Luta Popular), Herbert Claros da Silva (Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos-SP), Joaninha de Oliveira (Oposição Sinte-SC), Jose Batista Neto (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém-CE), José Manoel de Campos Ferreira (Sindisprev-RS), Luiz Carlos Prates/Mancha (Sindicato dos Metalúrgicos de SJCampos e Região-SP), Magda Medeiros Furtado (Sinasefe), Magno de Carvalho Costa (Sintusp-SP), Marcela Cristina Andrade de Azevedo (Movimento Mulheres em Luta), Neida Profírio de Oliveira (Oposição Cpers-RS), Paulo Arletes Rios Barela (Oposição Nacional Assibge), Rejane Silva de Oliveira (Oposição Cpers-RS), Renata Longatti França (Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá-MG), Rita de Cassia de Souza (Oposição Bancária MNOB-RJ), Silvia Letícia d'Oliveira da Luz (Oposição/Minoria Sintepp-PA), Sirlene Sales Maciel (Oposição Muda Sinteps-SP). **Suplentes:** Adriana Martins Guimarães (Minoria Sindisaúde-RS), Clarckson Messias A. do Nascimento Sindipetro-Al/SE), Danilo Garcia Serafim (Minoria Sepe-RJ), Joeferson Faccin José de Almeida (Minoria Sinpeem-SP), Rodrigo Tomazini Dias (Oposição App Sindicato-PR), Rosália Maria Fernandes (Sindsaúde-RN), Saulo Costa Arcangeli (Sintrajufe-MA), Victoria Mello (Minoria Sindutejf-MG).

Conselho Fiscal

Efetivos: Abel Barreto (Sindicato dos Empregados Rurais de Duartina-SP), Avanilson Alves de Araújo (Movimento Luta Popular), Ingrid Silva de Assis Leitmberg (Oposição Sinte-SC). **Suplentes:** Caroline de Araújo Lima (Andes-SN), Érico Roni Maslinkiewicz Correa (Sindicaixa-RS), Tarciel Alexandre Onazar da Silva (Sindicato dos Comerciários de Passo Fundo-RS).

4º CONGRESSO NACIONAL DA CSP-CONLUTAS

AVANÇAR NA CONSTRUÇÃO DA CENTRAL SINDICAL E POPULAR

"O MUNDO PERTENCE A QUEM SE ATREVE E A VIDA É MUITO PARA SER INSIGNIFICANTE"
Augusto Branco

UNIDADE E INDEPENDÊNCIA DE CLASSE PRA LUTAR CONTRA BOLSONARO E SEUS ATAQUES

CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

DE 3 A 6
OUTUBRO | 2019
CLUBE ADLER
VINHEDO-SP

RESOLUÇÕES INTERNACIONAIS

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

Considerando que:

A crise mundial do capitalismo aberta em 2007 não se fechou. Não existe uma recuperação da taxa de lucros que possibilite uma ampliação qualitativa dos investimentos, o que determina a continuidade da crise.

Para tentar retomar a taxa de lucro dos grandes grupos econômicos e financeiros, o imperialismo e as burguesias nacionais, através de diferentes governos, sejam eles de "direita" ou de "esquerda", desatam uma guerra social contra a classe trabalhadora, rebaixando salários e direitos, aumentando a pobreza e desigualdade, além de gerar uma forte crise migratória e ambiental. Crise que ganha importantes aspectos com a disputa entre EUA, China e Europa.

O mecanismo da Dívida Pública sufoca os países e vem junto com a destruição dos serviços públicos, privatizações, redução de direitos sociais, aumento da precarização e desemprego, ataques aos direitos sindicais e a sistemática repressão aos movimentos sociais e estudantis.

O capitalismo está matando a vida em nosso planeta. O uso de combustíveis fosseis, a degradação e a poluição submetem os povos a uma série de doenças e mudanças climáticas que colocam em risco a vida da humanidade.

Indicativos econômicos apontam uma nova recessão nos EUA e Trump aprofunda a linha racista, machista, LGBTfóbica e xenófoba para assim avançar a exploração da classe trabalhadora, seja do próprio país ou imigrante.

O chefe do imperialismo Donald Trump, presidente dos EUA, vem enfrentando fortes lutas dentro e fora de seu país. A contraofensiva imperialista está longe de ser aplicada em sua totalidade. A "guerra econômica" entre EUA e China, demonstra muito a crise econômica pela qual passa o imperialismo ianque.

Por todo o planeta, a classe trabalhadora resiste e enfrenta esses ataques com greves e protestos. Na Europa, a piora das condições de vida e perda de direitos históricos levam as massas às ruas. Na França, o movimento dos Coletes Amarelos ganhou muita força nas ruas de toda a França e expôs a crise social no continente aberta pela aplicação dos planos de austeridade.

As mobilizações em curso na Argélia e no Sudão, as marchas do retorno em Gaza, as greves na Tunísia e no Marrocos marcam uma nova onda de lutas no mundo árabe contra ditaduras neoliberais e o Estado assassino de Israel, mesmo em meio às guerras contra as revoluções síria, iemenita e líbia.

Em Hong Kong, desde 2014, ganhou força a mobilização estudantil e popular contra medidas autoritárias do governo chinês, levando milhares às ruas.

Na América Latina, a política do imperialismo é aprofundar a dependência dos países, para assim garantir sua recuperação econômica, impondo um verdadeiro processo de recolonização, através da intensificação do endividamento e dos planos de ajustes. Mas há importantes exemplos de resistência. Em Porto Rico, El Salvador e Honduras estouraram importantes processos de mobilização contra a miséria, desemprego e a corrupção. No Haiti, país submetido por mais de 10 anos à invasão militar, o governo impõe ainda mais piora e repressão ao povo, que resiste bravamente e explode em greves e manifestações.

Na Argentina, os trabalhadores e a juventude protagonizaram importantes lutas contra o governo de Mauricio Macri com greves e manifestações. Endividado junto ao FMI, Macri buscou aplicar medidas neoliberais que rebaixaram cada vez mais o nível de vida da população. Mas houve importante resposta dos trabalhadores, com destaque para as manifestações contra a reforma da Previdência, a luta pelo direito ao aborto e contra o G20. Com repressão, Macri quis frear o movimento. Processos judiciais e perseguição a ativistas como Sebastian Romero e a prisão de Daniel Ruiz são expressão desta política.

Assim, sua recente derrota eleitoral na Argentina mostra a limitação do modelo econômico ultraliberal, apoiado pelos EUA. Após o debacle do kirchnerismo em 2015, a direita encabeçada por Macri assumiu o governo. Hoje, após mais de três anos de um completo desastre social causado por sua agenda ultraliberal, o kirchnerismo busca se reciclar com a candidatura de Alberto Fernández. Porém, como já tem alertado os companheiros da esquerda classista agrupados na FIT-U (Frente de Izquierda y los Trabajadores - Unidad), a candidatura kirchnerista não se propõe a romper com o atual modelo de miséria comandado pelos planos do FMI.

Na Venezuela, o imperialismo buscou um golpe, encabeçado pelo seu agente, Juán Guaidó. Esse golpe foi derrotado e a política de Donald Trump passou para as sanções econômicas, que temos que rechaçar com toda força. Ao mesmo em que lutamos contra o governo autoritário de Nicolás Maduro, que mata o povo de fome e persegue dirigentes opositores e sindicalistas. Mergulhada num verdadeiro caos social em razão da crise econômica gerada pela queda do preço do petróleo e pela política do chavismo, assistimos o aprofundamento da ditadura de Maduro e uma queda vertiginosa das condições de vida, que colocou provocou a maior crise migratória na América do Sul. O imperialismo tentou se aproveitar para impor, através de Guaidó, um governo fantoche, mas até agora não conseguiu esse objetivo. Grande parte da esquerda reformista apoia a ditadura burguesa e corrupta de Maduro, confundindo intencionalmente seu governo com o "socialismo". Existe a necessidade de que os trabalhadores venezuelanos e latino-americanos lutem para derrotar a ditadura de Maduro sem se confundir com a saída burguesa pró-imperialista de Guaidó. O governo de Maduro e o governo nicaraguense de Daniel Ortega aumentaram a miséria das massas e uma brutal repressão aos trabalhadores e estudantes. Na Venezuela, por exemplo, existem diversos sindicalistas presos por lutarem por direitos ou ameaçados de demissão, como é o caso do petroleiro Jose Bodas ameaçado de demissão pelo governo Maduro. Há alguns meses Ortega enfrentou diversos protestos estudantis nos quais ordenou uma sanguinária repressão levando a dezenas de mortes.

Na África, as recentes mobilizações na Argélia e no Sudão desestabilizaram regimes ditatoriais que duravam décadas.

E na Palestina o povo segue resistindo e não foi derrotado por Trump e o sionismo racista e genocida.

Assim como o imperialismo ianque, China e Rússia também enfrentam importantes processos de mobilização contra suas políticas. Nessa "briga" não vemos nenhum lado progressivo, nem o imperialismo ianque, nem a ditadura capitalista encabeçada pelo PC Chinês e o governo autoritário de Wladimir Putin na Rússia. A China enfrenta nas últimas semanas fortes protestos democráticos em Hong Kong, que chegaram a fechar por quatro dias o principal aeroporto do país. Os protestos continuam apesar da brutal repressão policial a mando do governo.

O aprofundamento da crise econômica e social faz com os setores oprimidos, em especial as mulheres, sejam a vanguarda de diversas manifestações da classe trabalhadora. A marcha das mulheres contra Trump, um dia após a sua posse, em 2017, foi a maior manifestação em um dia ocorrida nos EUA. O 8 de Março retoma seu caráter de luta com o chamado de greves internacionais de mulheres. Em 2018, a convocação se deu em 170 países, incluindo a Argentina, que ferveu com a maré verde na luta pela legalização do aborto, até países como o Irã onde as manifestações de mulheres são proibidas. Em 2019, meio milhão de pessoas foram às ruas na Espanha e, em Berlim, a data se tornou feriado. As mobilizações e greves de mulheres se deram também na Polônia pelo direito ao aborto legal (2018), na Suíça por salário igual para trabalho igual (2019), no Brasil junto com os movimentos de combate ao racismo e LGBT por justiça para Marielle Franco, e contra o projeto de ultradireita, reacionário e opressor de Bolsonaro, antes mesmo da sua eleição, com os atos do #EleNão (2018/2019).

A questão migratória expõe uma das maiores crises humanitárias. A crise na Venezuela e o fluxo de migrantes aos EUA são expressões do deterioramento das condições de vida da classe trabalhadora impostas pelo imperialismo. A questão da imigração ganhou mais destaque com a política anti-imigração de Trump, que intensifica as obras do muro na fronteira com México e o aumento da repressão policial, com prisões e deportações de famílias inteiras e a desumana separação crianças de seus pais.

O fluxo de imigrantes na Europa já supera o ocorrido durante a 2ª Guerra Mundial e também é expressão da espoliação e guerras na África e Oriente Médio. Crise humanitária que se agrava a partir das políticas anti-imigração e xenofóbicas como do governo italiano de Matteo Salvini.

O Brasil também recebe imigrantes e refugiados do Haiti, Bolívia e de nações africanas, sem que haja políticas públicas e apoio a essa população. Como nos EUA e Europa, latifundiários, a agroindústria e empresas (em especial de confecção) se aproveitam da fragilidade legal para oprimir e submeter trabalhadores imigrantes a condições de trabalho escravo.

O fato é que graças à precarização e aos baixíssimos salários, os imigrantes são a base da economia de vários países, penalizados por políticas que visam perseguir e oprimir, para rebaixar sua força de trabalho.

Desde o último Congresso, nossa central desenvolveu importante trabalho de apoio e organização dos imigrantes em São Paulo e Roraima, seja com apoio direito, distribuição de informativos e ações jurídicas e políticas visando garantir direitos e a proteção dos imigrantes. Fomos fundamentais na fundação de duas associações de imigrantes (ANIV e USIH).

Há uma polarização em todo mundo e o caráter histórico dessa crise exige uma saída estratégica pela defesa da independência política frente aos governos capitalistas (incluindo os de colaboração de classes) no mundo inteiro.

A classe trabalhadora e suas lutas contra o capitalismo geram importantes ferramentas de organização. A CSP-Conlutas é uma expressão de organização sindical e popular no Brasil, ainda minoritária, mas que cumpriu um importante papel na organização da luta contra os ataques do governo Frente Popular e hoje na resistência contra o governo de ultradireita de Bolsonaro. Pelo mundo também surgem organizações que lutam por um sindicalismo combativo, independente e classista. Nossa Central tem aberto relações com direções e organizações sindicais que expressam esse fenômeno e com as quais temos buscado explorar todas as possibilidades de ampliar a unidade de ação da classe trabalhadora em escala mundial, impulsionando a ação direta, a solidariedade de classe e a articulação internacional.

A constituição da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, em 2013, e os encontros realizados no Brasil, em 2015, e na Espanha, em 2017, foram importantes passos para consolidar a tarefa de reunir o sindicalismo alternativo e combativo em nível internacional. Junto com organizações sociais, sindicatos, tendências e agrupamentos sindicais, demos um passo adiante no fortalecimento de uma alternativa internacional e um exemplo prático foram as atividades e palestras chamadas pela Rede e impulsionadas pelo Solidaires contra o governo de ultradireita de Bolsonaro em janeiro deste ano e a participação da Rede nas mobilizações contra o G20 em Buenos Aires, em dezembro de 2018.

Estamos construindo um movimento sindical comprometido com as pautas dos setores oprimidos, reconhecendo e impulsionando todas manifestações desses setores como parte da luta geral da classe, vendo nesta unidade a única possibilidade de superação de toda forma de opressão, a partir da destruição do capitalismo.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Seguir na mais ampla unidade de ação contra o imperialismo norte-americano e europeu, o governo Trump e demais governos capitalistas! Contra os planos de ajuste, a criminalização dos movimentos sociais e a destruição da natureza. Não ao pagamento da Dívida Pública (externa e interna) e estatização do sistema financeiro!

Manter nossa central no apoio a todas as lutas da classe trabalhadora, com um perfil internacionalista; Trump e o imperialismo vão seguir buscando atacar os povos do mundo inteiro e nós da CSP-Conlutas, como internacionalistas, seguiremos prestando apoio e solidariedade aos povos em luta pelo mundo.

Não dar qualquer apoio político aos partidos da conciliação de classes. Foi muito correto a CSP-Conlutas manter-se com um projeto de independência de classe ao longo dos anos, que significou, não se politicamente alinhar a esses governos como o dos Kirchner, do PT e de Evo Morales. Infelizmente a ampla maioria das centrais sindicais no Brasil e nos demais países citados se alinhou a esses governos e, na prática, traíram importantes lutas e demandas da classe trabalhadora.

Pela unidade nas ruas com todos que querem lutar contra Bolsonaro, independente da central que participe! Pela construção de plenárias pela base, unitária, com todos os sindicatos, movimentos sociais e tod@s que quiserem lutar contra Bolsonaro e seus ataques.

Apoio e solidariedade a todas as lutas e mobilizações dos trabalhadores, do povo pobre e setores excluídos em nível mundial por emprego, salário, saúde, habitação, terra, educação e serviços públicos gratuitos e com qualidade! Contra os planos de ajustes fiscais e austeridades, dinheiro público somente para serviços públicos! Contra as privatizações!

Contra o machismo e a pandemia de violência contra as mulheres! Todo apoio a luta das mulheres pobres e trabalhadoras contra a opressão e a exploração.

Contra o racismo e o genocídio da população negra! Contra a LGBTfobia e os assassinatos da população LGBT!

Todo apoio às lutas dos trabalhadores e setores oprimidos em todo o mundo!

Nas eleições na Argentina a CSP-Conlutas indica voto na FIT contra os planos de miséria e de fome do FMI apoiado pelo governo de Alberto Fernandez!

Todo apoio às mobilizações independentes do povo venezuelano contra a ditadura de Maduro, Guaidó e o imperialismo! Repudiamos qualquer tentativa de golpe do imperialismo e da oposição burguesa. São os trabalhadores venezuelanos que devem derrubar Maduro. Contra qualquer intervenção estrangeira na Venezuela. Independência de classe frente aos governos de frente popular.

Contra toda forma de exploração e opressão colonial, abaixo o Estado racista de Israel e apoio incondicional à resistência Palestina e à campanha do BDS. Pela autodeterminação dos povos oprimidos. Abaixo a ocupação militar no Haiti! A Palestina livre e pelo fim do estado de israel. Apoio à luta do povo palestino, do povo kurdo e de todos os povos e nacionalidades oprimidas!

Viva as revoluções na Argélia e no Sudão! A retirada das tropas da Arábia Saudita da Síria e do Iêmen. Viva o levante popular em Hong Kong! Abaixo a ditadura chinesa! Solidariedade à mobilização dos Coletes Amarelos na França!

Todo apoio à luta da classe trabalhadora paraguaia contra o aumento da energia e pela soberania integral sobre metade da energia gerada em Itaipu!

Em defesa dos direitos democráticos e apoio às campanhas de solidariedade a ativistas e militantes vítimas de perseguição e repressão do Estado e de patrões. Liberdade imediata para Daniel Ruiz e o fim da perseguição a Sebastian Romero!

Construir o 4º Encontro da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, que ocorrerá na cidade de Dijon, França, nos dias 4 a 7 de junho de 2020. Apoiar ativamente a construção da RSISL na América Latina.

Prisão para corruptos e corruptores! Confisco de bens!

Todo apoio aos trabalhadores imigrantes, pelo livre direito de ir e vir! Continuar e intensificar o trabalho de solidariedade e organização dos imigrantes.

Todo apoio as lutas e mobilizações em defesa do meio ambiente, das populações tradicionais e dos povos originários!

Fora Trump da América Latina! Todo apoio as lutas contra as ditaduras! Todo apoio as lutas contra os governos capitalistas que aplicam ajuste! Todo apoio a luta popular contra a corrupção dos partidos burgueses! Todo apoio às lutas anti-imperialistas!

Por governos dos trabalhadores, sem patrões e opressores. Pelo Socialismo com Democracia Operária! Um mundo sem fronteiras e pela autonomia dos povos. É hora de defender a revolução.

2 - CRISE MIGRATÓRIA: GARANTIA DE DIREITOS DE MIGRANTES E REFUGIADOS EM TODO O MUNDO

Considerando que:

A crise econômica mundial aberta em 2008 desencadeou em vários países do mundo processos de convulsões sociais e políticas, crises econômicas agudas, que levaram a uma situação de extrema penúria de vários países na África, Oriente Médio e na América Latina, na última década.

Esse quadro aprofundou as ondas migratórias na Europa, EUA, América Central e América do Sul. Sendo o Brasil um dos países envolvidos nesse fenômeno em dois momentos da última década. No começo da década, com a onda migratória vinda do Haiti, após o forte terremoto, que agravou ainda mais as condições precárias da população haitiana. O estado brasileiro, então governado pelo PT, teve grande responsabilidade na situação caótica vivida pelo povo haitiano, tendo em vista seu papel fundamental de garantir a "ordem social" nesse país através de um processo permanente de repressão a população haitiana, promovida pelo exército brasileiro, que liderava as tropas de intervenção da ONU (Organizações das Nações Unidas).

A grave crise econômica e social que atinge a Venezuela provocou um intenso fluxo migratório desde 2015 da população venezuelana para outros países, incluindo o Brasil, devido à existência de fome generalizada, altíssimo grau de desemprego, de um processo inflacionário galopante entre outros problemas.

A situação caótica na Venezuela, resultado da política econômica do governo Maduro, que se utiliza de um violento processo de repressão e de medidas autoritárias contra os trabalhadores venezuelanos para evitar qualquer tipo de oposição contra seu governo, impelem milhares de trabalhadores da Venezuela a buscar melhores condições de vida no Brasil e em outros países da América Latina. Que a política criminosa de Maduro que fechou as fronteiras entre Brasil e Venezuela, aprofunda os problemas gerados pela onda migratória e submete a população venezuelana a condições ainda mais precárias.

As tentativas de golpe promovidas por Guaidó e pelos EUA, com apoio do governo Bolsonaro, aprofundam a instabilidade política e social e impulsionam também o fluxo migratório.

Que desde o governo de Dilma, passando por Temer e agora com Bolsonaro a política migratória do estado brasileiro é marcada por uma profunda negligência no processo de acolhida aos imigrantes e refugiados. E, que as medidas do governo Bolsonaro em sintonia com a política xenofóbica de Trump e dos governos de direita da Europa, está tornando ainda pior os serviços de acolhimento aos refugiados do estado brasileiro.

O capitalismo no seu processo de decadência se utiliza ainda mais do discurso e de políticas xenofóbicas para dividir a classe e permitir um quadro de superexploração dos trabalhadores imigrantes. Que a política autoritária e desumana de imigração de governos de ultradireita como Trump, Bolsonaro, etc. precisa ser derrotada, tendo em vista que a imigração é um direito democrático fundamental e parte do desenvolvimento da própria humanidade. Que a luta pelos direitos dos imigrantes é parte da luta da classe trabalhadora em sua tarefa histórica para garantir o fim do sistema capitalista e a construção de uma sociedade socialista. Que é impossível garantir a unidade da classe trabalhadora a nível nacional e, principalmente, internacional sem levar a frente uma luta implacável contra a xenofobia e todo tipo de opressão no interior da classe trabalhadora.

O programa de acolhida aos imigrantes e refugiados, iniciado no governo Temer e mantido por Bolsonaro, é insuficiente, ineficaz e continua negligenciando a necessidade de garantir prioritariamente o direito à habitação e ao emprego para a população de imigrantes e refugiados no Brasil.

Apesar de alguns tímidos avanços conquistados na lei de imigração de 2017 (lei nº 13.445), portarias ministeriais de Temer e Bolsonaro estão tentando destruir esses avanços. A exemplo da portaria nº85/2018 do Ministério do Trabalho, durante o governo Temer, que dificulta o acesso dos refugiados a Carteira de Trabalho. E, da portaria nº666/2019 de Sérgio Moro que cria ritos de extradição sumária de imigrantes e refugiados, impedindo garantia legais de defesa e contraditório, representando uma enorme ameaça ao direito de livre organização e manifestação da população imigrante residente no Brasil.

Temer e, agora Bolsonaro, de forma autoritária, dificultam o reconhecimento de grave quadro de violação de direito humanos na Venezuela e em outros países, no colegiado do CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), para dificultar ainda mais a concessão de refúgio, principalmente para os imigrantes venezuelanos. Que, em função dessa política, quase 150 mil pessoas, principalmente venezuelanos, aguardam o reconhecimento da condição de refugiados e permanecem dessa maneira excluídos de várias políticas sociais e de emprego.

Que a política migratória do estado brasileiro, com seu caráter negligente e excludente, submete milhares de imigrantes e refugiados a condições subumanas, sem acesso a comida e água potável de forma regular, sem acesso ao emprego, à habitação digna, à saúde, além de deixar essa população muito mais suscetível a ser explorada em regime de trabalho precário e escravo.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Que a nossa central, juntamente com a Rede Internacional Sindical de Solidariedade e Luta desenvolva de forma permanente uma luta política implacável contra a xenofobia e pelos direitos dos imigrantes e refugiados no Brasil e no Mundo.

Que a CSP-Conlutas apoie ativamente as iniciativas políticas e organizativas dos imigrantes e refugiados na luta por seus direitos.

Que nossa central chame o conjunto das entidades do movimento sindical e popular brasileiro a lutar pela revogação da portaria nº 666/2019 de Moro e Bolsonaro, assim como lutar para que o Bolsonaro e o Conare reconheçam o grave quadro de violação de direitos humanos na Venezuela e em outros países para facilitar o reconhecimento da condição de refugiados dos imigrantes venezuelanos, entre outros, no Brasil.

Que nossa central lute pelos direitos democráticos de organização e manifestação dos imigrantes. Pelo direito de reconhecimento desburocratizado dos diplomas em universidades e faculdades estrangeiras da população imigrante. Pelo direito dos imigrantes e refugiados de assumirem cargos e postos de trabalho no serviço público. E, também, pelo direito de voto da população de imigrantes e refugiados residentes no Brasil.

Que repudie a política de Trump e dos governos europeus de criminalização dos imigrantes e refugiados. E, construa uma campanha ativa de solidariedade contra a política de detenção e expulsão de imigrantes que tem sido levada adiante pelos governos europeus e por Trump.

Que nossa central continue levantando a bandeira pelo reconhecimento do estado da Palestina, exigindo a ruptura do estado brasileiro de relações econômicas e diplomáticas com o estado genocida de Israel. E, nesse mesmo sentido, exija uma política estatal que facilite o reconhecimento e acolhida dos imigrantes e refugiados palestinos.

Que a CSP-Conlutas repudie e lute contra as ameaças de Bolsonaro e de Maduro de fechar a fronteira entre Brasil e Venezuela. Migrar é um direito. O fechamento das fronteiras agrava a já precária situação dos trabalhadores na Venezuela e também da maior parte dos imigrantes e refugiados venezuelanos no Brasil.

Que a CSP-Conlutas exija do estado brasileiro uma política de reparação ao povo haitiano, que sofreu por mais de uma década com a intervenção militar da ONU, liderada pelas tropas brasileiras. Intervenção que serviu para garantir a dominação dos EUA sob o governo haitiano e garantir a superexploração do povo haitiano pelas multinacionais norte-americanas.

Por fim, que nossa central continue lutando contra o governo xenofóbico de Bolsonaro e pela saída imediata de Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores, capacho de Trump.

3 - RESOLUÇÃO SOBRE VENEZUELA

Considerando que:

Os trabalhadores da Venezuela vêm sofrendo com o desemprego em massa, a miséria crescente e o aumento do custo de vida.

O governo Maduro, assim como era o de Chávez, é de direita, burguês, mantém o pagamento da dívida externa, a remessa de petróleo aos Estados Unidos e a propriedade privada dos grandes meios de produção, além de ser responsável por um nível gigantesco de corrupção.

A realidade venezuelana é agravada por conta da instalação de uma ditadura contra os trabalhadores por parte do governo de Maduro. Não há mais dúvidas que, além da exploração econômica e crise social por quer passam os venezuelanos, também as suas liberdades democráticas estão suprimidas, ou profundamente ameaçadas. Não há nada de progressivo a defender no governo da Venezuela. É um governo neoliberal e, há alguns anos, ditatorial, que precisa ser derrubado urgentemente!

Apesar dos programas sociais oficiais terem crescido durante alguns anos no país, especialmente quando o preço do barril de petróleo ultrapassou os US$ 150, foram os grandes burgueses e os empresários e ex-militantes ligados ao chavismo, chamados de boliburguesia (a burguesia bolivariana), os que mais se beneficiaram. Rios de corrupção, incluindo esquemas de propina junto à Odebrecht, garantiram riqueza para políticos e burgueses governistas,

destinando pequenas somas aos programas sociais.

Quando os preços do petróleo despencaram, os programas sociais tiveram cortes de verba, a inflação disparou e não houve reajuste dos benefícios sociais, tornando a ajuda irrisória. A quantidade de pessoas pobres, miseráveis e desempregadas explodiu, sem haver condições de atender mais quase ninguém. O percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza atingiu 81,8% da população! Em meio a uma crise econômica que se agravou em 2014 pela queda mundial dos preços do petróleo, é cada vez maior o número de miseráveis na Venezuela.

O resultado atual é uma crise humanitária na Venezuela, em que os trabalhadores não têm mais condições de suprir sequer necessidades básicas como alimentação, saúde e habitação. Num mar de desesperados, os programas sociais chegam apenas a ¼ da população, e com valores insuficientes, visto que a inflação corroeu o valor do dinheiro.

90% das famílias estão subalimentadas e há mais de 30% de jovens desempregados. Faltam alimentos e produtos de higiene e a maioria da população não tem quase mais nada.

O governo Maduro nunca deixou de pagar a dívida externa em todo seu mandato. Como Chávez nunca deixou de pagar. O petróleo, riqueza responsável por mover até 90% da economia da Venezuela, segue sendo enviado na sua maioria aos Estados Unidos.

A Venezuela não passa de uma semicolônia, como os demais países sul-americanos, cuja economia serve aos interesses do imperialismo, sem nenhuma ruptura e dentro da normalidade da exploração e dos interesses ianques. As grandes empresas multinacionais seguem lucrando, demitindo e explorando empregados na Venezuela. Além de roubando o povo, junto com o governo corrupto, como ficou provado no caso da Odebrecht.

As poucas empresas que foram estatizadas, o foram com base em indenizações bilionárias, que só causaram prejuízo aos cofres públicos e, em alguns casos, foram ótimos negócios para seus antigos donos. Não houve expropriação sem indenização em nenhum caso na Venezuela! Ao contrário, muitas empresas da área de energia, infraestrutura e comércio seguiram crescendo no país, antes da crise, porque o governo sempre defendeu os interesses de classe capitalista.

Chávez, e depois Maduro, perseguiram sindicalistas não alinhados com o governo, reprimiram manifestações e vieram retirando benefícios sociais e poder aquisitivo dos trabalhadores. A hora de trabalho de um venezuelano é comparável a de um chinês, configurando uma extração de mais-valia impressionante.

Não há nem nunca houve socialismo na Venezuela, muito menos um governo dos trabalhadores. Era um regime democrático-burguês, semicolonial, a serviço do imperialismo e que explorava as massas, com eventuais concessões sociais para que a luta de classes não explodisse. Com a crise econômica, que levou a Venezuela ao seu pior momento em décadas, veio a miséria, o massacre aos mais pobres e a ruptura da base social que até então sustentava o chavismo.

É esta situação que empurra milhões de Venezuelanos às ruas – uma luta por emprego, comida, salário, direitos sociais e condições de vida. Uma luta que só uma revolução socialista, com a derrubada do governo Maduro, a ruptura com o imperialismo e a expropriação da burguesia podem atender. É esta luta que, ainda de modo inconsciente, os trabalhadores travam nas ruas.

Na ausência de uma organização revolucionária para apresentar uma saída pela esquerda, foi o outro setor capitalista do país, a antiga direita, quem cresceu. E o chavismo, para não entregar seu poder, cargos e esquemas de saque de dinheiro público, endureceu o regime, até um ponto em que o regime inteiro foi destroçado e as medidas bonapartistas iniciais se converteram numa ditadura!

A ditadura venezuelana não pode ser atenuada com outras nomenclaturas, pois a transformação do governo de Maduro de uma democracia burguesa, ainda que autoritária, em uma ditadura, são explícitas e a própria institucionalidade foi pelos ares, tornando a situação ainda muito pior.

Não há mais poderes burgueses independentes na Venezuela, e sequer se reconhece sua existência, por fora das decisões monocráticas de Maduro. O Congresso foi fechado por Maduro depois que a oposição se tornou maioria absoluta e o Ministério Público também foi transformado em nada. Não existem mais instituições burguesas com poder na Venezuela, e o executivo conduz o país de modo ditatorial e violento junto das Forças Armadas, às quais se somam a polícia e grupos paramilitares bolivarianos, que intimidam opositores, agridem e assassinam trabalhadores em manifestações.

São os trabalhadores os que mais sofrem a violência da ditadura venezuelana, e não são apenas perseguições que ocorrem em massa no país: são assassinatos!

Desde o governo Chávez, a retórica violenta contra a direita e o imperialismo escondem a perseguição, as prisões e os assassinatos de trabalhadores que denunciam o governo pela esquerda. Como no caso dos 3 dirigentes sindicais assassinados no estado de Aragua em 27/11/08, após apoiarem uma greve contra uma multinacional, em que enfrentaram a repressão da polícia, pode defenderem a estatização da empresa, sob controle dos trabalhadores, o que nunca ocorreu.

Pouco tempo depois, um importante dirigente sindical operário da Toyota, Argenis Vásquez Marcano, foi morto com dois tiros na cabeça quando saía de casa, em mais um caso de sindicalista assassinado no governo Chávez. Depois dele, muitos outros casos ocorreram, sempre depois de lutar contra o governo. Sempre com sinais de participação da polícia ou grupos ligados ao governo. Sempre sem nenhum preso ou alguém punido.

De lá para cá já são mais de 100 sindicalistas assassinados, e Maduro se dedica pessoalmente a impedir que possa existir sindicatos independentes, ou o crescimento de qualquer alternativa política realmente dos trabalhadores. A tática é eliminar a resistência dos socialistas e revolucionários, para que o governo discurse como representante deste campo dos trabalhadores.

Além de sindicalistas e opositores em geral, a repressão tem assassinado manifestantes da base, que saem às ruas para lutar contra a carestia de vida. Ao todo, foram mais de 200 mortos nas manifestações contra a ditadura chavista entre 2017 e este ano. Quase 100% deles trabalhadores e estudantes, que exerciam seu direito de manifestação, hoje suprimido na Venezuela de Maduro.

Enquanto isso, a oposição burguesa segue incapaz de derrubar Maduro, por não ter um programa social e econômico qualitativamente distinto do atual. Não são capazes de resolver a crise, pois também são pró-imperialistas e inimigos dos trabalhadores. Guaidó e seu factoide de postular-se como falso presidente do país só expressam o quanto esta antiga direita também é inimiga dos trabalhadores, e disposta a aliar-se a Trump, Bolsonaro e toda a escória política do continente.

Lamentavelmente, por ser contra Guaidó e sua farsa de presidente, a maioria da esquerda apoia diretamente a ditadura burguesa de Maduro, ou o faz de modo indireto, ao se calarem diante da repressão e abandonarem os trabalhadores que estão à frente de uma crise revolucionária.

A libertação dos trabalhadores na Venezuela só poderá vir da luta e da vitória dos próprios trabalhadores, da Venezuela e do mundo.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Ter como a tarefa mais urgente a luta pela derrubada de Maduro e o fim da sua ditadura.

Lutar e impulsionar as lutas dos trabalhadores, com toda força nas ruas. É fundamental a unidade de ação com todos os que querem derrubar Maduro, e promover manifestações de massa e ações radicalizadas.

Ao mesmo tempo, também é preciso combater qualquer invasão militar que haja no país. E rechaçar a farsa do "governo" de Guaidó.

Defender o Fora Maduro e denunciar a oposição burguesa, construindo uma organização revolucionária de massas, que tenha condições de dirigir o processo de luta para a destruição do capitalismo e de todas suas frações, rompendo de verdade com o imperialismo, expropriando os meios de produção e bancos, e construindo um poder baseado em organismo populares.

Empenhar esforços na luta pelos direitos democráticos na Venezuela. Os trabalhadores não menosprezam estes direitos, muito pelo contrário. Ainda que todo regime dentro do capitalismo seja parte da ditadura de classe burguesa contra o proletariado, existem formas distintas de expressar esta ditadura de classe. A democracia burguesa garante alguns direitos – sempre limitados e ameaçados de supressão – de reunião, organização, associação, manifestação, expressão e participação popular. Numa ditadura, isto tudo não é apenas limitado; é retirado. O que está passando a ocorrer na Venezuela.

Combinar a luta pela liberdade dos trabalhadores junto da luta indissociável pelo fim do capitalismo, sob qualquer um de seus regimes, reconhecendo que uma ditadura aprofunda ainda mais esta repressão e violência contra os direitos democráticos mais fundamentais da maioria da população.

Lutar por cada uma das consignas democráticas, assim como por cada direito trabalhista ou consigna econômica ou parcial. E unir estas lutas, de forma transicional, conjunta, à luta maior pelo fim do capitalismo e da exploração. Na Venezuela, mais do que nunca, este é o desafio!

Prestar todo apoio aos lutadores venezuelanos e tentar viabilizar a chegada de gêneros alimentícios, remédios, recursos financeiros e meios de luta para os trabalhadores derrubarem o governo e tomarem o poder; assim como garantir todo o apoio necessário aos imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil.

Construir a revolução e a libertação dos trabalhadores contra toda a burguesia nacional e internacional! E o principal inimigo deste caminho a ser derrubado urgentemente é o ditador burguês Nicolás Maduro!

4 - SOLIDARIEDADE À LUTA DA(O)S TRABALHADORA(E)S DE HONG KONG! ABAIXO À DITADURA E PELOS DIREITOS DEMOCRÁTICOS DA CLASSE TRABALHADORA CHINESA!

Considerando que:

A classe trabalhadora de Hong Kong tem demonstrado, nos últimos meses, grande disposição de luta e coragem, ao se rebelar aos milhões nas ruas pelos seus direitos democráticos, contra a lei de extradição, contra as injustiças econômicas, incluindo direito à moradia digna;

A ditadura chinesa representa o capitalismo selvagem da segunda maior economia do mundo, que tem atacado duramente a classe trabalhadora nos seus direitos, mas principalmente na sua organização, perseguindo e prendendo lideranças sindicais e do movimento de massas. Estas perseguições não garantem os mínimos direitos humanos e de defesa.

No último mês, assistimos ao aumento da violência policial nos protestos, a ataques fascistas de grupos organizados de homens atacando violentamente com barras de ferro e paus trabalhadora(e)s que estavam nos protestos e, agora, à demissão de Rebecca Sy On-na, liderança sindical de empresa aérea Cathay Dragon, e diversos outra(o)s trabalhadora(e)s aeroportuários, justamente durante a tática vitoriosa da classe trabalhadora de ocupação do aeroporto, que parou o transporte aéreo em Hong Kong, causando prejuízo aos grandes capitalistas e mantendo a mobilização radicalizada das massas.

Mais recentemente vimos também a demissão de Nathan Leung Lai Pong, bancário do gigante financeiro HSBC, demitido por ter participado ativamente das mobilizações contra a lei de extradição desde junho, assim como da greve geral de 08/08 e por estar lutando para organizar um sindicato de sua categoria.

A China e o Partido Comunista que governam ditatorialmente não têm nada de socialista e a favor da classe trabalhadora. Há décadas, mergulhados na economia de mercado, garantindo a apropriação indevida das riquezas do povo chinês por poucos mega-capitalistas que são a sustentação do regime. Para garantir os lucros do capital transnacional chinês, atacam duramente a classe trabalhadora e a organização sindical em toda a China, impedindo a livre expressão, as liberdades democráticas, eleições e os direitos trabalhistas. A classe trabalhadora organizada não tem lado na disputa inter imperialista que agora se dá entre o EUA e a China (como algumas organizações de esquerda supõem), mas sim deve estar do lado das classes trabalhadoras dos dois países e de todo o mundo na luta contra a opressão capitalista.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

A CSP-Conlutas deve estar junta a uma ampla campanha internacional de

apoio à luta da classe trabalhadora de Hong Kong pelos seus direitos democráticos. Esta campanha deve levantar imediatamente a readmissão já de Rebecca Sy On-na e outra(o)s demitidos políticos!

Soltura imediata de todos os presos políticos.

A CSP-Conlutas deve propor às suas entidades o envio de moções de repúdio aos ataques do governo chinês e atos em embaixadas chinesas no Brasil.

RESOLUÇÕES NACIONAIS

5 - CONJUNTURA NACIONAL: UNIDADE NA LUTA COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE PARA DERROTAR O PROJETO DE BOLSONARO

Considerando que:

Há mais de uma década, o Brasil atravessa uma crise econômica sem precedentes. A classe trabalhadora sofre com o aumento da miséria, do desemprego e da desigualdade social. Os brasileiros que estão fora do mercado formal de trabalho já somam mais de 70 milhões. As condições de vida nas periferias são insuportáveis, os serviços públicos nas áreas de saúde, educação e assistência são cada vez mais inacessíveis e precarizados. Fruto desse caos social a violência torna-se cada vez mais generalizada. Os setores oprimidos são os mais afetados como demonstra a taxa crescente de feminicídio, especialmente das mulheres negras, os assassinatos das LGBTs e o genocídio da juventude negra nas periferias.

A política dos governos – seja da "chamada esquerda" ou da direita – PT, Temer e Bolsonaro, é atacar direitos sociais e trabalhistas para salvar os grandes empresários e banqueiros, travando uma verdadeira guerra social contra os trabalhadores e o povo pobre.

Essa barbárie social que vivemos é fruto de um sistema capitalista decadente, onde as riquezas naturais do nosso país, a produção material, intelectual e os avanços tecnológicos não estão a serviço de melhorar a vida da maioria do povo, mas sim para enriquecer grandes empresários, banqueiros e latifundiários. O avanço do desmatamento da Amazônia e o crime da Vale em Brumadinho são exemplos de que no capitalismo o lucro está acima da vida e do meio ambiente.

Bolsonaro representa a face mais cruel e nefasta deste sistema em crise e de podridão. Seu objetivo é aprofundar os ataques, aumentar o grau de exploração dos trabalhadores e a dependência do país. Frente a uma real possibilidade de nova recessão econômica, a polarização política se intensifica e a conjuntura coloca novos desafios a CSP Conlutas, pois será determinante a construção de uma alternativa de direção para classe trabalhadora.

Desde 2013, os efeitos dessa crise fizeram explodir gigantescas manifestações de rua e fortes greves nas categorias. Essas lutas abriram uma nova correlação de forças e foi o estopim para o impeachment de Dilma. A polarização social seguiu se aprofundando, cresceu a insatisfação e resistência dos trabalhadores, abriu-se espaços de disputa política à direita e à esquerda dos partidos tradicionais no movimento de massas. Em 2017, a maior greve geral da nossa história recente, em 28 de abril e o Ocupa Brasília colocaram o governo Temer nas cordas. Paralisado, o governo não conseguiu aprovar a Reforma da Previdência.

Em 2018 as eleições foram marcadas pela divisão "dos de cima", desgaste do regime e dos partidos tradicionais como PT, PMDB e PSDB. A falta de uma alternativa com independência de classe fez com que Bolsonaro canalizasse a crise do regime com fake news e um perfil anti-regime. Depois de 13 anos de governos de conciliação de classes, a resultante foi um governo de extrema direita que aplica ataques estruturais, com apoio da burguesia internacional e desse Congresso Nacional corrupto, como mostra a grande margem de votação a favor da Reforma da Previdência.

Em que pese a chegada a presidência da chapa Bolsonaro-Mourão seja uma vitória eleitoral da burguesia, nossa classe seguiu lutando e comprova que não deu um cheque em branco para Bolsonaro.

Já no primeiro mês de governo, Bolsonaro declarou guerra aos povos originários e quilombolas. Deu carta branca aos latifundiários para invadirem territórios já demarcados, coagirem e assassinarem ativistas da luta por território e pela reforma agrária. A política ambiental de Bolsonaro é a desregulamentação total das leis que protegem nossas riquezas naturais, liberando o desmatamento das nossas florestas, o garimpo e exploração das riquezas naturais na Amazônia pelos ruralistas, madeireiras e grandes mineradoras. No campo também representou um retrocesso, paralisando a Reforma Agrária e liberando mais de 290 agrotóxicos em favor do agronegócio.

Em poucos meses, os efeitos sob o meio ambiente são devastadores: houve um aumento de mais de 40% nos alertas de desmatamento e as queimadas aumentaram em 83% no mês de agosto na comparação com 2018. Bolsonaro e seu ministro Ricardo Salles ainda tentam esconder essa avalanche de destruição ambiental, contestam os dados das pesquisas técnicas e censuram os órgãos de fiscalização. Realizaram um verdadeiro desmonte do IBAMA, interviram na ICMBio, colocando um coronel da PM de São Paulo como novo presidente do órgão, perseguiram e demitiram o presidente do Inpe, Ricardo Galvão. No âmbito do projeto de meio ambiente Bolsonaro segue à risca suas promessas de campanha: "flexibilização" das regras de preservação e proteção do meio ambiente e reservas indígenas, cortes no orçamento, perseguição e demissão de servidores e especialistas (como o presidente do INPE) e "reestruturação" de órgãos importantes como o ICMBio e o IBAMA, com cortes orçamentários em áreas fundamentais como a fiscalização e o combate aos incêndios.

As visitas internacionais e relações político-econômicas firmadas com a Israel, Japão e EUA, bem como o recente acordo União Europeia-Mercosul, evidenciam que este governo é um capacho do imperialismo e quer entregar ainda mais o Brasil para os países ricos, como no acordo da Base de Alcântara no Maranhão com os EUA, o pacotão de privatização das estatais (Petrobrás, Correios, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, empresas de energia, etc) e o pagamento da dívida pública aos banqueiros.

As reformas econômicas do governo e Paulo Guedes retrocedem em conquistas históricas como a seguridade social e o direito a aposentadoria. A educação pública e gratuita é profundamente atacada com sucessivos cortes de verbas e com o Programa Future-se, que abre caminho para a privatização das universidades, perda da autonomia e precarização do trabalho dos profissionais da educação. O Future-se é um projeto que desobriga a União de investir na educação, pesquisa, ciência e tecnologia deixando na mão do mercado financeiro a escolha das pesquisas que serão contempladas com verbas fomentando uma competição individual.

Com o falso discurso de "reduzir direitos para gerar mais empregos", o governo quer submeter os trabalhadores a um regime de semiescravidão e de total liberalidade para os patrões. A Reforma Trabalhista, a lei das terceirizações, a carteira verde e amarela, a MP 881 e a redução das NRs (Normas Regulamentadoras) de Saúde e Segurança do Trabalho precarizam as condições de trabalho, impõem salários baixíssimos e jornadas extensivas. Na realidade, quanto mais direitos são retirados, mais a informalidade e o desemprego crescem.

Contudo, a resistência protagonizada pela classe trabalhadora da cidade e do campo, que tem lutando incansavelmente contra os ataques dos governos anteriores, demonstra que não será fácil implementar este projeto de superexploração e recolonização do país.

Por isso, Bolsonaro emprega métodos de repressão e acentua os traços mais autoritários do regime capitalista a serviço de impor este projeto. Atenta contra o direito de livre organização e manifestação, aprova medidas para restringir as poucas liberdades democráticas que conquistamos, anuncia uma reforma sindical com duros ataques as entidades, criminaliza os movimentos sociais e tem incentivado uma escalada de violência e assassinatos dos lutadores! Dissemina ódio com um discurso machista, racista, LGBTfóbico e xenófobo para dividir a classe e dissemina um ataque ideológico ao marxismo nas escolas, que se choca com a ciência, a cultura e a liberdade de imprensa.

Mas apesar da dureza dos ataques, o governo está mergulhado em crises internas permanentes, é investigado por corrupção, nepotismo e ligação com as milícias. A "nova política" tem sido desmascarada aos olhos de parte dos que o elegeram, ainda que o governo mantenha um setor social como sua base fiel.

A aprovação da Reforma da Previdência no Congresso o fortaleceu e o cacifou perante toda a burguesia, mas a classe trabalhadora não está derrotada. Indignados com as péssimas condições de vida, com o fim da aposentadoria, por emprego e educação, os trabalhadores construíram dias de luta nacionais, como o 8 de março protagonizado pelas mulheres, o 14 de março por Justiça para Marielle e Anderson, as manifestações contra o golpe militar corridas em 31 de março, o 22 de março – dia nacional de paralisação e protestos, desembocando no 1º de maio unitário, o 15M e 30M que incendiaram a juventude e os trabalhadores da educação contra os cortes e a Reforma da Previdência e a greve geral de 14 de junho.

Depois de muita luta, a PEC 06/19 só foi aprovada com a liberação de mais de 4 bilhões em emendas para comprar o voto dos deputados e intensa propaganda do governo na mídia. A cúpula das centrais colocou a mobilização a serviço da negociação dentro do Congresso de uma reforma "menos pior". Essa estratégia foi uma traição, pois a proposta resultante desse Acordão, que envolveu este Congresso Nacional de corruptos, Rodrigo Maia, os partidos da direita até os governadores do PT, PCdoB, PSB e Solidariedade, manteve a essência da reforma, que ataca a aposentadoria dos mais pobres.

A CSP-Conlutas cumpriu um papel determinante neste processo. Esteve na linha de frente na construção da unidade com as centrais através do calendário comum de lutas, e das ações conjuntas na base das categorias, construindo e trilhando a possibilidade da convocação da greve geral de 14 de junho e dos dias de luta. Assim como não vacilou na denúncia do acordão e do imobilismo das centrais, e manteve acessa a luta no dia 12 de julho em Brasília e nos dias 6 e 13 de agosto.

O 4º Congresso da CSP-Conlutas resolve:

Basta de Bolsonaro-Mourão! Derrotar seu projeto de ditadura, recolonização do país e superexploração!

Seguir a batalha pela frente única para lutar como uma necessidade da classe trabalhadora. Unir as centrais sindicais na superestrutura, e desde os locais de trabalho e de estudo, nos bairros da periferia e rurais, unificar a lutas dos sindicatos de trabalhadores da cidade e do campo, movimentos sociais, organizações de juventude e dos setores oprimidos.

A unidade para derrotar a extrema direita deve ser forjada com independência de classe. Precisamos derrotar Bolsonaro nas ruas, apostando na ação direta e construção um calendário de luta que mobilize nossa classe com objetivo de construir uma nova greve geral, ao passo que também aponte uma saída anticapitalista e por fora dessa democracia dos ricos.

Unificar todas as lutas e mobilizações contra o governo Bolsonaro e o ajuste fiscal! Não pagamento da dívida pública;

Por um plano econômico alternativo que tire o país da crise sob a ótica dos trabalhadores e do povo pobre. É necessário apresentar um programa que responda às necessidades imediatas e históricas dos trabalhadores da cidade e do campo, a defesa dos direitos sociais e trabalhistas, emprego, salário, aposentadoria, moradia digna, terra para trabalhar, direito ao território, igualdade as mulheres, negros, LGBTs e imigrantes, fim das queimadas, desmatamento e garimpo na Amazônia. Contra a repressão e censura, defesa intransigente do direito de organização, manifestação e greve. Repudiar qualquer declaração de apoio a tortura e repressão aos lutadores. Ditadura nunca mais!

Neste sentido, a luta contra os ataques do governo deve estar combinada com um projeto dos trabalhadores para superar a crise econômica e social. Para que os capitalistas paguem pela crise é necessário: a suspensão imediata do pagamento da dívida pública, a diminuição da jornada de trabalho sem redução de salários, a estatização das empresas que foram privatizadas, a proibição da remessa de lucros ao exterior, a estatização do sistema financeiro, o fim da corrupção, a revogação das reformas e da EC 95, proteção do meio ambiente e das nossas florestas, nacionalização das terras e expropriação do agronegócio.

10% do PIB para a Educação Pública. Reforma das escolas e ampliação dos espaços pedagógicos; contra a lei da mordaça (Escola Sem Partido), pelo livre direito de cátedra; gestão democrática nas escolas, concurso público com contrato, estável com o objetivo de eliminar o atual déficit de vagas no setor.

Contra a Militarização das escolas públicas.

10% do PIB para Saúde Pública. Pelo pagamento imediato e reajuste salarial de todas as funções; reforma e ampliação de hospitais e postos de saúde pública; concurso público com contrato estável com o objetivo de eliminar o atual déficit de vagas no setor.

Contra a especulação imobiliária, reforma urbana com a construção de casas populares subsidiadas por bancos públicos. Regularização e infraestrutura necessária de todas as ocupações urbanas. Congelamento imediato de todas as tarifas de água, luz, telefone, gás, pedágio, internet e TV a cabo.

Reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores. Demarcação de todas as terras indígenas e áreas quilombolas. Abaixo a grilagem de terra, pelo fim do agronegócio, contra a monocultura, incentivo a agroecologia como modelo padrão de produção de alimentos. Contra os grandes projetos, em especial na Amazônia, reestatização da empresa Vale (antiga Vale do Rio Doce) sem indenização e sob o controle dos trabalhadores e representantes das populações atingidas por crimes ambientais.

Por um transporte público eficiente. Reestatização e municipalização de todo sistema de transporte rodoviário de massas. Fim dos pedágios, congelamento dos combustíveis. Por um sistema de transporte que privilegie a população em geral e não individual.

Esse programa não será possível sem derrotar a extrema direita Bolsonaro-Mourão, por isso, a Frente Única é imprescindível nessa conjuntura. Porém, tampouco nossas necessidades serão atendidas por um governo em aliança com a burguesia e que não rompa com o imperialismo. Não podemos reeditar o projeto de conciliação de classes do PT e suas variantes defendidas pelas frentes eleitorais FBP e FPSM. É um erro apostar na estratégia de eleição de um governo do "mal menor" em 2022. As lutas da nossa classe devem ser guiadas para a superação deste sistema de exploração e opressão.

Pela manutenção dos direitos democráticos e das liberdades de livre manifestação. Pelo fim das chacinas nas periferias e por justiça para Mariele e Anderson.

Combater o projeto do Future-se que transforma a educação pública em uma mera mercadoria. Nossa central deve se manter no apoio à luta dos docentes, técnicos e estudantes fortalecendo os calendários de luta do setor da educação.

Ocupar as ruas para derrotar os projetos do governo Bolsonaro apostando na organização das lutas e não em negociatas com o governo e o presidente da Câmara. Devemos seguir o caminho dos protestos nacionais em defesa da Amazônia que surgem no momento em que as centrais sindicais majoritárias apostam na lógica dos pactos e tréguas.

É hora de avançar na construção da CSP-Conlutas e disputar a reorganização da classe trabalhadora, forjando nas lutas uma alternativa de direção de caráter sindical e popular, com independência de classe, democracia operária e internacionalista.

Neste sentido, devemos ter como horizonte a construção de um governo operário, sem corruptos e sem patrões, controlado por conselhos populares, onde a riqueza do país seja controlada por quem a produz e esteja a serviço da construção de uma sociedade socialista.

6 - RESOLUÇÃO LAVA JATO, VAZA JATO E A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

Considerando que:

A luta contra a corrupção e a exigência de prisão de todos os corruptos e corruptores são exigências legítimas e democráticas da ampla maioria da população, principalmente num país como o Brasil em que reina a impunidade aos ricos e poderosos, enquanto a justiça burguesa é conivente com o genocídio e o encarceramento em massa do povo pobre.

A corrupção é um mecanismo intrínseco ao capitalismo e todos os seus governos, principalmente nos momentos de crise econômica. É assim, inclusive, nos governos de conciliação de classes, como foram nos governos do PT. Basta lembrar o Mensalão.

A CSP-Conlutas sempre teve entre suas bandeiras a defesa da prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores e nunca depositou nenhuma confiança na Justiça burguesa, alertando para a impunidade e o favorecimento de ricos e poderosos, enquanto no Brasil, quase metade dos presos, a maioria negra e pobre, sequer tiveram julgamento.

Os recentes vazamentos do site Intercept mostram essa seletividade da justiça burguesa e que a Operação Lava Jato, que ganhou notoriedade perante a maioria da população, é tão corrupta quanto os setores que dizia combater.

Na prática, a Lava Jato tem seus bandidos de estimação. Mensagens e áudios mostram que a operação se negou a investigar os bancos, impediu a delação do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, livrou a cara do PSDB. A entrada do ex-juiz Sérgio Moro e o apoio de procuradores da Lava Jato ao governo Bolsonaro, autoritário e alvo de indícios de corrupção, desmascarou seu suposto combate à corrupção. Veio a público também que sua seletividade foi usada para atacar desafetos políticos, especialmente o PT e Lula.

Comprova-se, na prática, que na justiça burguesa não há mocinhos. Enquanto um setor usa seletivamente a bandeira do combate à corrupção para investigar e punir desafetos políticos, usando até mesmo métodos ilegais para isso, de outro, vemos setores defenderem a impunidade. Nesse momento, inclusive, vemos Bolsonaro, Gilmar Mendes e o PT unidos para interromper as investigações contra Queiroz e o filho de Bolsonaro.

Contudo, as revelações do Intercept não são atestado da inocência de Lula ou dos governos do PT, embora Lula tenha direito a rever seu processo legal e julgamento.

A comprovação da seletividade da Operação Lava Jato não implica na adesão, apoio ou participação na Campanha Lula Livre, cujo conteúdo é dar um atestado de inocência a Lula e aos governos do PT, bem como a defesa da impunidade. É ainda uma campanha eleitoral, que visa resgatar um programa de conciliação de classe.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Defender a luta contra a corrupção com a prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores; - Denunciar a Justiça burguesa, bem como a seletiva e corrupta Lava Jato e também os setores que defendem a impunidade;

Não nos somaremos à Campanha Lula Livre (que o PT tem todo o direito de fazer), pois ela visa na verdade dar um atestado de inocência a Lula e ao PT, em uma campanha eleitoral antecipada em defesa de um novo projeto de conciliação de classes, e porque divide o movimento de massas;

Não é tarefa do movimento dos trabalhadores defender Lula Preso ou Livre. É tarefa exigir que todos os denunciados por corrupção sejam investigados e tenham julgamento regular;

Lula tem direito a um julgamento regular;

Defesa do jornalista Glenn Greenwald e da liberdade de imprensa. Contra toda forma de censura, perseguição e criminalização.

7 - EM DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E DA ANISTIA AOS PERSEGUIDOS POLÍTICOS DURANTE A DITADURA MILITAR

Considerando que:

Em 8 meses de governo, Bolsonaro mostrou seu caráter de capacho dos EUA, agente do grande capital, do agronegócio, das mineradoras e das máfias milicianas. Retirou ou ameaçou retirar direitos dos trabalhadores em todos os níveis. Está vendendo estatais brasileiras a preço de banana como a BR Distribuidora. Vem atacando brutalmente direitos dos povos indígenas, quilombolas, nordestinos, negros, mulheres e LGBT's. Ataca a educação e a saúde e o meio-ambiente.

Agora, essa escalada de ataques subiu a um patamar superior. Bolsonaro aumentou em proporções crescentes as medidas e declarações autoritárias que ameaçam as liberdades democráticas duramente conquistadas pela mobilização popular que derrubou a ditadura;

O governo Bolsonaro passou a atacar os perseguidos políticos da ditadura e os assassinados e desaparecidos pelos órgãos de repressão do regime militar. Seu objetivo duplo objetivo é essencialmente político, até porque o impacto financeiro dos anistiados no orçamento é de nenhuma relevância: reescrever a história, justificando e exaltando o golpe de 64 e os 20 anos de regime militar, por um lado. E, por outro, preparar o terreno, política e ideologicamente, para medidas repressivas que impeçam reações aos seus próprios crimes políticos além de criminalizar as ações e mobilizações da luta dos trabalhadores.

Os governos de conciliação de classe do PT pouco avançaram nos julgamentos da Anistia, deixando um legado de mais de 18 mil anistiandos na fila de espera. O governo Temer paralisou e interviu no funcionamento da Comissão de Anistia, questionando sua autonomia e independência. Com o governo Bolsonaro a situação piorou muito, com o desferimento de gravíssimos ataques a anistia política, seja pela potencialização de um problema crônico de desmobilização dos recursos e condições para o trabalho da Comissão, ou seja, pela interferência direta do estado nas decisões da Comissão da Anistia, em aberto desrespeito à autonomia de estado e credibilidade da Comissão.

O terror estabelecido na época da ditadura, com seus algozes e torturadores tais como Ustra e Sérgio Fleury seja repudiado por todas as gerações. Perseguições, terror psicológico, prisões, torturas, assassinatos, ocultação de cadáveres não podem ser admitidos pela sociedade nunca mais. Mulheres tiveram ratos enfiados em suas vaginas; homens com os testículos arrancados com alicates; choques na vagina, pênis e língua; unhas arrancadas com alicates; crianças levadas à presença de mães torturadas e estupradas; paus de arara, dentes arrancados à força e sem anestesia; cabos de vassoura no ânus. Essa foi a cara da ditadura brasileira. Este ano completam-se 55 anos de um dos períodos mais sombrios da história nacional. O golpe que impôs uma ditadura militar, de 1964 a 1985 no Brasil, segundo relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, deixou 434 pessoas mortas ou desaparecidas ao longo desses 21 anos. Além disso, povos indígenas quase foram dizimados e trabalhadores rurais viviam sob terror no campo. Nas empresas, a perseguição foi cruel. Trabalhadores foram perseguidos, demitidos, muitos foram presos e torturados. As sequelas foram fortes, com marcas até os dias de hoje. Mesmo assim, o ultradireitista Bolsonaro determinou que as Forças Armadas comemorassem o último 31 de março, aniversário do golpe militar. O governo brasileiro fez apologia a tortura ao declarar em sua recente visita ao Chile, que o ditador Pinochet "teve que dar um banho de sangue que lavou as ruas do Chile" para conseguir implantar as reformas econômicas que pretendia naquele momento.

Ainda não foi totalmente esclarecida a espúria relação das empresas privadas com a ditadura. O Grupo de Trabalho "Ditadura e repressão aos trabalhadores, às trabalhadoras e ao movimento sindical", que integrou a CNV (Comissão Nacional da Verdade), investigou e apresentou relatório em 2014 sobre a perseguição à classe trabalhadora das empresas privadas em aliança com o governo militar durante o período do regime ditatorial. As grandes empresas ajudaram a financiar o golpe militar e a perseguir e entregar trabalhadores para a repressão. A maioria das empresas ajudou. Entre elas, Petrobras, GM, Embraer, Volkswagen, Fiat, Ultra, a própria Fiesp (entidade de classe das empresas paulistas) cujos dirigentes chegaram a assistir sessões de tortura no Doi-Codi. No documento do GT constam atrocidades cometidas por empresas como o apoio financeiro aos órgãos de repressão, perseguições, demissões, prisões e até torturas de trabalhadores. Queremos justiça aos trabalhadores que sofreram perseguição, pois o golpe militar foi contra a classe trabalhadora brasileira; por isso queremos a verdade, mas justiça e reparação também, as empresas precisam pagar pelos crimes que cometeram.

A reivindicação histórica de uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita não foi conquistada e que, portanto, ainda está no meio do caminho. A Anistia Política no Brasil foi conquistada em 1979 (Lei n° 6.683/79) a partir de ampla mobilização da sociedade civil, partidos políticos, movimentos sociais, ativistas e democratas que buscaram anular os atos de exceção praticados pelo regime militar durante a ditadura. A Constituição Federal promulgada em 05.10.1988, em seu Artigo 8º, ampliou o conceito, concedendo anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até aquela data, haviam sido atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção. Para regulamentar este artigo, em 2002 foi promulgada a Lei 10.559/02, estabelecendo o Regime do Anistiado Político e criando a Comissão da Anistia. Reivindicávamos uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, não veio o que queríamos, mas veio importante conquista. Importante marco da Justiça de Transição, o direito à Memória, à Verdade,

à Justiça e à Reparação, corresponde ao reconhecimento dado às vítimas e a toda a sociedade, de que o Estado e setores institucionais e/ou civis foram responsáveis por violações de direitos humanos. Muito embora o período de término da ditadura e de promulgação de uma Constituição democrática já tenha passado, o Brasil, a exemplo de tantos outros países que amargaram períodos autoritários e de violação massiva de direitos pelo Estado, ainda está enfrentando o legado autoritário e ainda possui graves pendências no seu processo de justiça de transição, desde a busca do paradeiro dos cadáveres dos desaparecidos políticos até o julgamento dos torturadores, a revelação de documentos e informações sonegadas e a reparação de muitas pessoas que ainda não foram reparadas.

Os diversos ataques do governo Bolsonaro tiveram início com a criminosa extradição, em parceria com o governo boliviano de Evo Morales, do militante italiano Cesare Battisti. A extradição de Norambuena é mais uma ação que revela o caráter autoritário e repressor do governo de ultradireita de Bolsonaro, que já anunciou por diversas vezes querer exterminar os militantes de esquerda e lutadores sociais.

O ministro da Justiça, Sérgio Moro, editou recentemente um decreto para extraditar estrangeiros à revelia, em parte para ameaçar o jornalista Gleen Greenwald, editor do site Intercept, que vem divulgando o conteúdo de mensagens comprometedoras do ex-juiz e atual ministro e que comprometem profundamente a sua idoneidade e lisura de sua atuação em função de escusos interesses.

O governo reacionário e de ultradireita de Bolsonaro ataca a memória de Fernando Santa Cruz, filho de Filipe Santa Cruz, histórico militante da resistência contra a ditadura, cruelmente assassinado nos porões do exército.

A reforma da Previdência revoga na prática o caráter de reparação da Anistia, ou seja, anula a Lei da Anistia. Por razões políticas, o governo Bolsonaro introduziu na PEC 006/2019 da reforma da Previdência o Art. 2º, em referência ao Art. 8º da ADCT, que transforma o caráter indenizatório das reparações às vítimas da ditadura em previdenciário, eliminando sua principal característica simbólica, obrigando-as a decidirem entre o direito a indenização pelo prejuízo em seus projetos de vida pessoais ou o direito às suas aposentadorias. O Estado será pernicioso porque, além da ilegalidade ao adotar medida anticonstitucional, essa medida ao incidir sobre o direito adquirido necessariamente fomentará forte guerra jurídica. Detalhe importante é que o setor militar que também foi anistiado, entre os quais vários torturadores, está absolutamente fora da PEC 006/2019.

As mudanças promovidas pelo governo Bolsonaro nos julgamentos de anistia – a ministra Damares Alves indeferiu 1.600 pedidos de anistia nestes 7 meses - e na própria Comissão de Anistia, que foi completamente desfigurada pela presença militares que expressão apoio a ditadura e a tortura.

Bolsonaro congelou os orçamentos destinados à reparação das vítimas da ditadura, da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos e da Comissão de Anistia, ambas vinculadas atualmente ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que o próprio presidente da República definiu como de pouca importância.

Na prática, há um estrangulamento das duas comissões, que são Comissões de Estado e não de governos. Hoje, estão paralisados os Projetos "Marcas da Memória", de produção de filmes, peças, publicações sobre o tema, e "Clinicas do Testemunho" de reparação psicológica. O "Memorial da Anistia Política", destinado a abrigar um centro de memória e o acervo documental para consultas e pesquisa, está sob ataques difamatórios inaceitáveis.

Em ambas comissões, encarregadas da reparação dos danos cometidos por agentes estatais, houve recente mudança de seus membros, substituídos por pessoas, dentre elas muitos militares e advogados, que não reconhecem o dever do Estado de reparar. Além de indeferir processos, mantém a narrativa de que não houve golpe em 1964, homenageiam notórios torturadores e atacam a memória de lutadores ofendendo os familiares, anistiados e anistiandos, o que demonstra claramente sua incapacidade de atender a finalidade institucional destes órgãos, opondo-se frontalmente à defesa dos Direitos Humanos.

Que, diante deste quadro de destruição de vidas e de direitos conquistados, estamos certos de que o governo Bolsonaro trabalha com uma agenda coordenada e dirigida para romper com o dever de reparação às vítimas e criminalizar os atos de memória.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Repudiar a forma como é tratada a memória das lutas do povo brasileiro contra a ditadura militar de 1964-1985. E conclama as forças democráticas no Brasil e no mundo a repudiar esse governo e as medidas reacionárias e bonapartistas de ultradireita que estão sendo tomadas.

Exigir a punição das empresas que colaboraram com o regime militar.

Exigir a punição dos torturadores.

Apoiar e incentivar a luta pela reparação de todos aqueles que sofreram danos e perdas por causa de regimes ditatoriais e autoritários a nível internacional, a exemplo de nossos irmãos argentinos, chilenos, paraguaios e espanhóis e os povos africanos explorados e oprimidos por regimes racistas como o do Apartheid.

Que a CSP-Conlutas, na mais ampla unidade de ação, repudie e denuncia as iniciativas de Bolsonaro, governo brasileiro burguês de plantão que, acima de tudo, viola os diretos humanos e as liberdades democráticos.

Apoiar uma Ampla Campanha internacional em defesa das liberdades democráticas, nos marcos internacionalismo proletário e da independência de classe.

Que, em defesa do direito à reparação, verdade, justiça e memória, pelo não reconhecimento desta Comissão de Anistia cujo presidente e mais seis conselheiros diretamente ligados aos exércitos se revelam contrários aos principais objetivos da própria Comissão.

Que a Central Sindical Operária e Popular CSP-Conlutas apoia a mobilização dos anistiados e anistiandos e participará ativamente desse momento de luta histórico da Anistia integral, no que diz respeito à reparação, justiça e memória! Chega! É preciso reagir! Bolsonaro ataca os perseguidos políticos e a memória dos assassinados e desaparecidos pela ditadura. Indignação e denúncias não bastam! É preciso mobilizar os trabalhadores, estudantes e o povo em geral como se fez contra a ditadura! Bolsonaro tem um projeto reacionário, mas pode ser detido e derrotado pela mobilização! Lutamos no passado contra uma ditadura sanguinária muito mais forte que ele e a derrotamos. Agora o caminho é o mesmo: a luta popular.

Que se perpetue o lema: Ditadura nunca mais! A luta por Anistia continua 55 anos depois! Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça!

8 - MOVIMENTO POPULAR: SE OS DE CIMA NÃO NOS DEIXAM VIVER, ORGANIZEMOS A RESISTÊNCIA EM BAIXO PARA DERRUBAR OS DE CIMA!

Considerando que:

Nesse primeiro ano de governo Bolsonaro ficou evidente a sua natureza e a dimensão dos ataques direcionados à classe trabalhadora e aos seus setores mais explorados e oprimidos, como aqueles que reproduzem sua vida nas ocupações, nas periferias, nas terras indígenas, camponesas e quilombolas.

Esse governo é, também, resultado de um momento histórico em que governos que chamamos de conciliação de classe, como o PT, PCdoB, diziam que era possível governar "para todos" e se aliaram aos patrões, garantindo o interesse deles às nossas custas. Com isso, as condições de vida foram piorando, conforme se acirrou a crise internacional e a classe trabalhadora foi percebendo que esses governos não resolveriam seus problemas, e que fizeram os mesmos tipos de ataque, já que governando para os de cima.

Ainda que no momento de crescimento econômico, as migalhas que sobravam da mesa farta que serviram aos banqueiros, empresários, latifundiários, tenham nos sido servidas, melhorando, assim, o acesso a algumas coisas que não tínhamos antes, essa alguma melhora na condição de vida, foi por nos tornarmos consumidores com um pouco mais de acesso que antes, e não por termos mudado estruturalmente nossa situação. As desigualdades na concentração de terra e renda, a violência e o genocídio contra nosso povo, só foram aumentando, porque são parte do funcionamento do sistema, que não foi afetado estruturalmente em nada. Nenhum desses governos quis enfrentar os de cima!

Isso somente demonstra que não é possível avançar nas nossas necessidades se não existir uma total independência entre os debaixo e os de cima, entre o trabalhador, e o patrão e os governos.

Considerando os ataques de Bolsonaro e dos governos à nossa classe. Desde a eleição de Bolsonaro e seus aliados nos Estados, havíamos avaliado que, possivelmente, os setores populares seriam os primeiros a serem atacados pelo novo governo. Foi ganhar a eleição que se intensificaram ataques de jagunços aos territórios onde estão os povos tradicionais e aumentou o feminicídio, por exemplo.

Mas o brutal significado da destruição da previdência, em perspectiva de vários anos pela frente, atinge todo o conjunto da classe trabalhadora, e deve fazer aumentar a miséria e a piora nas condições de vida, especialmente, dos setores mais vulneráveis que vivem dos benefícios do sistema de proteção social que está sendo desmontado. A nova reforma trabalhista mascarada de "MP da liberdade econômica" vem pra precarizar ainda mais o trabalho, através da superexploração, piorando as condições de emprego de todo mundo. Os ataques direcionados ao setor da educação pública (corte de verbas, privatização das universidades – o chamado "Future-se"), os ataques à organização dos sindicatos, a liberação indiscriminada de agrotóxicos, o aumento do desmatamento na Amazônia, além das cotidianas declarações racistas, misóginas, LGBTTfóbicas, xenófobas, e contra quem luta, somente confirmam o caráter e a natureza desse governo, declaradamente antipovo.

Saber contra quem se luta é um primeiro passo para vencer o inimigo.

Se antes os governos diziam governar "para todos", se apresentando para o movimento de massas como mediadores entre o Estado e os interesses econômicos da burguesia, enquanto na verdade nos atacava, agora temos um governo que não tem a menor cerimônia em dizer que é contra as trabalhadoras e trabalhadores, os LGBTTs, as mulheres, os povos originários, os sem-terra, os sem-teto, os imigrantes, a natureza, e os movimentos e organizações que fazem luta.

Trata-se de um novo governo, que tem intensificado e aprofundado as mazelas abertas pelo PT e seus aliados, bem como seus antecessores, em todos os seus aspectos. A crise econômica exige respostas cada vez mais duras, que arranquem ainda mais do povo para garantir o lucro dos de cima, e para fazer isso encontra amparo em governos como o de Bolsonaro, mas também Trump nos Estados Unidos e outros governos de ultradireita pelo mundo.

A situação da vida da nossa classe está piorando cada vez mais e há tempos que as mobilizações (organizadas e/ou espontâneas) que vem pipocando desde junho de 2013, mostram que cada vez mais há uma descrença nos governos, nos congressos, na Justiça, e nas instituições. Sem conseguir visualizar a possibilidade de uma alternativa radical, muita gente caiu na ilusão de que Bolsonaro poderia romper com como as coisas têm sido até agora, em favor do povo.

Mas muita gente já está vendo que esse governo que mostrava ser "radical", "contra tudo isso aí" e "diferente" não parece apresentar um futuro diferente para as nossas vidas. Mas também, a ilusão no "velho" já se desgastou e principalmente nós, que acreditamos que só uma revolução pode mudar a realidade que vivemos, não podemos engrossar a ideia da volta do passado como única alternativa. Só poderemos nos construir como uma referência real para o povo, se passarmos longe da ideia de que nas próximas eleições as necessidades de nossa classe poderão "um dia quem sabe" ser atendidas. É parte fundamental de nossa tarefa, fortalecer, mais ainda diante dessa crise, a concepção de que a tarefa de construção da sociedade em outros patamares não está com os de cima, mas nas mãos dos indígenas, operários, sem teto, sem-terra, quilombolas, trabalhadores do campo, jovens, mulheres e homens explorados e oprimidos. E que é possível, necessário e urgente!

Considerando a necessidade de reorganizar os debaixo pra derrubar os de cima...

Os ataques do governo Bolsonaro expressam um novo grau de intensidade contra os debaixo. Pois, se antes o que se percebia era o "cafezinho" da recepção de algum gabinete controlado pelo PT e seus aliados para enrolar o povo arrumando algum "projeto" que desarmasse a luta direta (e que dificilmente efetivamente saía do papel), ou só esperar o movimento "virar as costas" pra "sentar o pau" com despejos com os quais eram responsáveis por autorizar ou por não impedir que acon-

tecessem, hoje, o que se apresenta é truculência frontal e direta, "sem massagem", nem cinismo.

Se o inimigo atua de outro jeito, mudam-se as tarefas para enfrentá-lo.

A perspectiva de intensificação da crise econômica, política e social, mesmo com vitórias parciais dos de cima, não devem ofuscar nossa visão para a possibilidade de fortalecimento da reação dos setores mais explorados. Da juventude da periferia, dos sem trabalho e renda, dos sem moradia, dos expulsos da terra, dos trabalhadores organizados que tem perdido seus direitos históricos.

A reação dos debaixo é uma necessidade de sobrevivência e devemos estar abertos às suas várias formas de organização para a resistência, sabendo que as "formas" tradicionais da esquerda são associadas com o "velho" que não queremos que se repita, e que o povo já não acredita mais.

Por isso, nossa Central deve se preparar para realmente conseguir ser um ancoradouro dessas lutas. Consideramos que avançamos, dentro dos nossos limites, nesse sentido. Mas a hora é de dar um passo à frente. Mesmo entre os movimentos populares há todo um debate sobre os rumos que irão tomar as lutas de nossa classe. Estamos ao lado daqueles que apostam e incentivam as lutas diretas e ajudam a organizá-las, como recentemente fizemos em uma primeira ocupação urbana durante o governo Bolsonaro.

Nosso acerto foi não nos apoiarmos nos acordos com os governos de conciliação de classe e mantermos nossa independência, nos apoiando no povo, com toda sua disposição de luta e capacidade de construir respostas para os problemas que enfrentamos. Reivindicamos nossa trajetória e preparamos os passos que serão necessários, como o aprofundamento da autodefesa coletiva e a organização para embates ainda maiores.

Alguns desafios e tarefas que estão colocadas. A partir da perspectiva de quem olha o mundo pela sombra de uma lona preta, ou de quem olha o mundo pelo olho dos mais lascados entre os de baixo, propomos algumas iniciativas como:

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Que aprofundemos a concepção de nossa Central, com seu caráter sindical e popular, com a garantia de espaços em todas as coordenações que expressem a integração desses setores.

Que a Central garanta a realização de um Encontro Nacional dos Setores Populares que desenvolvem lutas territoriais para o próximo ano ou até o próximo Congresso, de modo a socializar as experiências e avançar no debate de nossa organização.

Que incorporemos o tema da linguagem "popular", como vídeos, cartilhas, etc., para os materiais da Central, de modo a ampliar o diálogo com a base social dos setores mais explorados.

Viva a luta independente e internacionalista dos trabalhadores!

Viva a CSP-Conlutas! Viva nosso Congresso!

9 - OS DESAFIOS DO MOVIMENTO POPULAR: SE OS DE CIMA NÃO NOS DEIXAM VIVER, ORGANIZEMOS A RESISTÊNCIA EM BAIXO PARA DERRUBAR OS DE CIMA!

Considerando que:

O problema da moradia, da crise social, da violência e criminalização contra os debaixo...

A luta política desenvolvida até aqui contra o governo Bolsonaro demonstrou, de um lado, que as trabalhadoras e os trabalhadores tem plenas condições de se enfrentar com o governo e muita disposição. No entanto, as aspirações das direções da maioria dos movimentos em se manter no limite da mediocridade da ordem, canalizando o ódio enraizado em nossa classe para as "próximas eleições", fazem crescer dois fenômenos: o primeiro, de não conseguirmos derrotar o governo através da luta direta, já que não é a greve geral e a radicalidade do protesto popular que dita o tom da nossa luta, mas as artimanhas parlamentares; o segundo, de que essas direções, por uma necessidade de sobrevivência nossa precisam ser superadas. Por isso, reafirmar, consolidar e aprofundar o processo de reorganizar em torno a uma Central como a CSP-Conlutas tem uma importância fundamental para os anos que virão.

A política habitacional implementada desde o governo Lula teve o seu carro chefe no programa "Minha Casa, Minha Vida" (2009), que se sustentava a partir de uma política via Ministério das Cidades/CEF para financiar a construção de moradias, através de grandes empreiteiras e construtoras. Concomitantemente, criou-se também o MCMV-entidades, numa política clara de cooptação dos movimentos de moradia para que abandonassem a luta direta e virassem gestores da política de moradia do Estado juntamente com os mesmos setores burgueses que sustentaram boa parte da corrupção dos governos do PT e se envolveram na Lava Jato.

O fato é que desde 2014, ainda durante o governo Dilma (PT), em decorrência também da crise econômica internacional, esse programa minguou totalmente para os setores das faixas 1 até 3 salários mínimos, pelo menos. Ou seja, para a totalidade da nossa base social que é a mais precarizada. Isso também tem uma explicação nas disputas interburguesas, pois com a Lava Jato e a queda do PT esse setor perde força, afinal, deixou de ser um grande impulsionador de uma das partes das políticas de governo (grandes obras públicas – PAC, MCMV, etc.).

Segundo um estudo recente da professora Raquel Rolnick, podemos estar diante de uma crise do aluguel, marcada pela subida dos preços e a impossibilidade de seu pagamento. Obviamente isso acontece pelo nível absurdo de desemprego no país e pela expansão dos processos de apropriação de terra urbana pelo capital financeiro e especulativo. É só dar uma passada em qualquer ocupação urbana ou rural, ou em algum bairro da periferia para constatar que o percentual de desempregados é bem superior do que os números oficiais. Juntamente com isso, o Observatório das Remoções tem apontado que há um crescimento brutal do número de despejo. Segundo esses estudos, somente na região metropolitana de São Paulo estão previstas mais de 300 mil ações de despejos e remoções. De um lado, ainda que se trate de despejos individuais, isso significa o aumento de uma camada de trabalhadores sujeitos à "não moradia segura". Por outro lado, aumenta significativamente a possibilidade de que esses trabalhadores procurem encontram outras formas de sobrevivência, como eventualmente, as ocupações urbanas.

Se a política anterior atrelava o problema da moradia popular à vinculação com projetos do governo que se subordinavam aos interesses de grandes empreiteiras e construtoras (salvando-as de um período anterior de crise econômica do setor) e contavam com o aval da maioria absoluta dos "movimentos populares de moradia", a política atual tem sido concessão zero e repressão máxima no que for possível.

As projeções quanto ao problema da falta de moradia em perspectiva no Brasil são bastante preocupantes e indicam que o Brasil registrou um déficit habitacional de 7,770 milhões de domicílios em 2017, o que representa um crescimento de 3,1% em relação a 2016, refletindo o ambiente de crise econômica no País e deterioração da renda das famílias, de acordo com estudo divulgado este ano pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em parceria com o SindusCon-SP (Sindicato da Indústria da Construção do Estado de São Paulo). O levantamento mostrou ainda que, entre 2018 e 2027, está prevista a formação de 9,564 milhões de novas famílias.

Isso implica em que mesmo que eles tentem garantir os lucros dos de cima, nos impondo a destruição da previdência, com o cenário de crise econômica internacional há uma forte tendência de que os próximos anos sejam de recessão e de acentuamento da crise econômica e social, fazendo com que por uma questão de sobrevivência os setores mais explorados tem que fazer fortes lutas diretas e ocupações por sua existência.

Considerando a violência, criminalização e a resistência...

Um aspecto importante que marca a reprodução da nossa vida, seja nas ocupações, seja na periferia das grandes cidades ou no campo, é o tema da criminalização e da violência contra os debaixo.

Se enganam aqueles que acham que o genocídio começou agora. A estruturação de políticas de militarização e controle abertos ganhou um novo patamar nos governos do PT. Graças a esse governo, herdamos integralmente a política de drogas do imperialismo e o consequente processo de genocídio e encarceramento da população preta, pobre, jovem e moradora da periferia. As estimativas, tanto para o encarceramento, quanto para o genocídio, são de que entre 65% a 70% das vítimas tenham entre 15 e 29 anos e sejam pretas e pardas.

A chamada "guerra às drogas" esconde, na verdade, uma guerra contra determinado setor da população. A lei de drogas descriminaliza o uso, mas considera o tráfico um crime hediondo, então punido com mais intensidade. Mas definir quem é traficante e quem é usuário depende da interpretação da polícia que aborda e do juiz que julga. Se for branco não vai preso e é considerado consumidor. Se for preto, leva enquadro, é humilhado e vai preso por tráfico.

Essa mudança resultou em uma explosão do número de presos por tráfico de entorpecentes. Em 2005, eram 31.520 detidos por esse crime, o equivalente a 9% da população carcerária do país, que então contava com 361.402 pessoas, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, órgão do Ministério da Justiça. Já em 2014, o número de presos por tráfico subiu para 174.216, e esse delito passou a ser o que mais leva gente para as penitenciárias: 28% dos 622.202 detentos do Brasil.

Esse percentual é ainda maior quando a conta inclui apenas mulheres: 64% das presidiárias estão encarceradas pelo artigo 33 da Lei de Drogas, e o encarceramento feminino aumentou 450% nos últimos 16 anos.

É preciso legalizar e acabar com a "lógica de guerra" que massacra nosso povo e nossa juventude. Precisamos também acabar com a PM, essa instituição que foi criada pra reprimir o povo na sua luta. Só pra ser ter uma noção, o brasão da PM de São Paulo tem estrelas representativas dos "marcos históricos" da corporação, entre elas está o massacre à Canudos, à Revolta da Chibata, à Greve de 17 e a comemoração do golpe da ditadura militar de 64. Precisamos desencarcerar nossa classe e garantir o direito à vida!

Enquanto uma parte da esquerda ecoa o grito de "Lula livre", o Brasil é o terceiro país hoje que mais encarcera no mundo (812 mil, sendo que quase a metade não tem condenação) e, contraditoriamente, com seu discurso, governos estaduais como o do Ceará (PT), detém o maior número de presos provisórios no país.

Mas não é só, o Brasil é o país do genocídio dos jovens pretos e pobres da periferia. A cada ano são mais de 60 mil mortes violentas no país, fazendo se espalhar outro grave problema que se enfrenta na periferia das grandes cidades: as milícias e o crime. São problemas cuja análise precisamos aprofundar dentro da Central, na medida em que são a realidade da maioria da nossa classe, e que essas organizações fazem parte do Estado.

Assim, temos de um lado, o desemprego em massa, e de outro, o encarceramento aos milhares. Mas a tragédia social se conclui com os números de mortes violentas que somam mais de 61 mil ao ano. Números de guerra, em uma guerra "não declarada", uma guerra de classe, onde sempre quem morre somos nós.

Se estendermos o debate para o tema dos quilombolas e das populações indígenas originárias iremos perceber que os ataques são ainda mais brutais, com despejos, remoções e mortes. O Brasil ostenta há anos o ranking de país onde mais se matam lideranças que lutam pela terra e pelo meio ambiente.

Vivemos historicamente uma realidade de muitos ataques aos setores mais pobres, precarizados e espoliados da nossa classe.

Essa situação tende a se agravar com os novos ataques do governo Bolsonaro e dos governadores dos Estados, como respostas para salvar os de cima da crise econômica, arrancando dos de baixo.

Devem se intensificar as lutas e revoltas por sobrevivência (seja contra o genocídio, seja por moradia, seja por comida...) entre os mais lascados entre os de baixo.

O 4º Congresso da CSP-Conlutas resolve:

Que o tema do movimento popular seja incorporado como preocupação política nas questões internacionais da Central, principalmente, como parte de construção das relações da CSP-Conlutas em sua intervenção.

As Regionais da Central e nossas entidades filiadas discutam a possibilidade de apoio material e político às ações e intervenções dos Movimentos Populares filiados à CSP-Conlutas.

Que avancemos sobre o debate da necessidade de autodefesa dos movimentos sociais e sindicais, como parte das tarefas do próximo período.

Viva a luta independente e internacionalista dos trabalhadores!

Viva a CSP-Conlutas! Viva nosso Congresso!

10 - LUTAR CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

Considerando que:

A crise econômica do Sistema Capitalista está levando o processo de exploração a se aprofundar, atingindo a barbárie em todo o mundo. Milhões passam necessidades vitais, como alimentação, saúde, educação e moradia.

A necessidade de aumentar os lucros obriga governos em todos os países a aplicarem políticas de austeridade, com cortes nas verbas sociais, projetos de infraestrutura e privatizações.

As privatizações causam sofrimentos diretos e indiretos. Para os trabalhadores do setor, há enormes retrocessos, com arrocho salarial, perdas de direitos e demissões em massa.

Para a população ficará o ônus de ter serviços mais caros e, muitas vezes, piores que quando eram públicos (vide saúde e transportes coletivos).

O número de funcionários de empresas estatais federais, em 2017, seria de 506.000. Os dados são do Boletim das Empresas Estatais Federais, divulgado pelo Ministério do Planejamento.

A quantidade de funcionários nas estatais esteve em crescimento entre os anos de 2006 e 2014, quando atingiu seu ápice (552.856). Existiam 149 empresas federais em 2017, atualmente esse número vem caindo rapidamente e está em 130 estatais (a última privatização foi a TAG (Transportadora Associada de Gás S.A.).

As empresas estatais federais registraram lucros de R$ 24,6 bilhões no primeiro trimestre de 2019, um resultado 57,5% maior que o mesmo período de 2018 (R$ 15,6 bilhões). Os números constam no 10º Boletim das Empresas Estatais Federais, divulgado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia.

Tem caído bastante o número de funcionários por estar havendo PDV (Plano de Demissão Voluntária) e não haver mais concurso público, sequer para repor os que estão saindo.

Todo esse lucro produzido hoje pelas estatais é colocado à disposição do governo, para serem aplicados em projetos sociais. Infelizmente, com a venda de ações, uma parte deste lucro já é transferida para o bolso de acionistas. Com a privatização, não haverá mais nenhum valor a ser aplicado no social, tudo vai virar lucro para meia dúzia de investidores e banqueiros.

Os estados e municípios também estão promovendo privatizações e com isso aumentando ainda mais o drama da classe trabalhadora. A privatização dos transportes é a expressão mais acabada disso.

Os metrôs e trens, que cumprem o papel de transportar os setores mais pobres e que moram nas periferias, estão sendo alvo de máfias do transporte. A venda dessas empresas encarece muito as passagens e aumenta sobremaneira o lucro de grupos que fazem a compra desses setores em todo o país.

Outro setor importante nas redes estaduais e municipais é o de água e saneamento. Empresas avançam nesse setor, bem como na eletricidade.

O 4º Congresso Nacional da CSP Conlutas resolve:

A CSP-Conlutas é contra qualquer privatização de empresa estatal e serviço público!

Defender a reestatização das empresas já privatizadas, como Vale do Rio Doce, Embraer, Banespa, Telebrás, etc.

Queremos a Caixa Federal, o Banco do Brasil, a Petrobras e os Correios 100% públicos.

Construir Comitês Contra as Privatizações nos estados e Nacional.

Realizar campanhas nacionais e regionais contra as privatizações.

Buscar apoio das categorias privadas e de população trabalhadora em geral contra a política de privatizações.

Pré-sal 100% nacional.

Transporte não é mercadoria! Contra a privatização dos metrôs e trens.

Água é para todos! Não à privatização das águas e saneamento básico.

Saúde e educação são direitos de todos! Mais verbas para a Saúde e Educação Pública!

11 - EDUCAÇÃO: POR UNIVERSIDADES E INSTITUTOS PÚBLICOS, GRATUITOS, DE QUALIDADE, LAICOS, DEMOCRÁTICOS E A SERVIÇO DA CLASSE TRABALHADORA

Considerando que:

As universidades e os institutos brasileiros refletem diversas contradições do capitalismo. Por um lado, sua estrutura é projetada e pensada para garantir a formação da burguesia, sua produção em ciência e tecnologia voltadas para satisfazer o interesse das grandes empresas, do agronegócio etc. Por outro lado, por necessidade de sua própria natureza, guarda uma diversidade de pensamentos e reúne trabalhadores e trabalhadoras que refletem sobre seu trabalho cotidiano, incorporando neste ambiente acadêmico a disputa pelos rumos da sociedade. Por este motivo, muitas vezes se colocaram na resistência aos ataques da burguesia.

Na época da ditadura, a repressão sobre essas instituições foi enorme. Inúmeros estudantes e trabalhadores foram torturados e mortos pela ditadura. Vários deles pelo odioso ídolo de Bolsonaro e Mourão, o covarde torturador Brilhante Ustra. No processo da luta pela redemocratização, o movimento docente junto com os trabalhadores técnico-administrativos, lutaram bravamente, criaram associações e posteriormente sindicatos fortes que se apropriaram dos debates de organização sindical do período de redemocratização, incorporando em seus estatutos muitos princípios democráticos, de independência e de organização pela base. Estudantes também se organizaram, estiveram na linha de frente dos combates e assim, a comunidade acadêmica construiu uma tradição de lutas e organização, envolvendo seus diversos setores.

Ao longo destes anos, os movimentos sindical e estudantil das IFE (Instituições Federais de Ensino) lutaram contra todos os ataques dos diferentes governos, seja contra as políticas neoliberais e seja contra o engodo da conciliação de classes. O Governo de FHC (Fernando Henrique Cardoso) suspendeu os concursos; introduziu um sistema de avaliações mercadológicas e meritocráticas; restringiu a democracia nas eleições para dirigentes das IFE; acabou com o ensino técnico integrado nas Escolas Técnicas, desrespeitou a autonomia universitária, nomeando reitores não eleitos etc. Lula e Dilma promoveram uma expansão precarizada via Reuni; ampliaram enormemente a terceirização dos serviços; expandiram a EAD (Educação à Distância) como forma precarizada de ensino; retiraram verba da educação pública para financiar a educação privada através do FIES e do ProUni; privatizaram os hospitais universitários através da EBSERH, além de implementar o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, projeto que representou um avanço na privatização do ensino superior público, entre outros ataques. Já com temer, veio a EC95 (Emenda Constitucional 95), que impôs uma ampliação dramática no ajuste fiscal e nos cortes na educação e na ciência e tecnologia.

As lutas também aconteceram nas diversas universidades estaduais, que sofreram com políticas semelhantes aos do governo federal, aplicadas pelos governadores estaduais.

Com relação à produção científica, agora já no governo Bolsonaro, houve o corte de milhares de bolsas de pesquisa, bem como a redução dos valores das que foram mantidas. É possível que a totalidade das bolsas do CNPq seja cancelada em breve, pois ainda não há dotação orçamentária. Vale lembrar que as bolsas já estavam sem reajuste há vários anos. Em todo o país, estudantes estão abandonando os programas por falta de bolsas e políticas de permanência estudantil. Além disto, os cortes significam o fim da pesquisa no Brasil, o abandono de programas fundamentais já implementados.

O fim do CNPq está na ordem do dia, assim como o colapso de todo o sistema de pesquisa em Ciência e Tecnologia do país. Isso representa um gigantesco avanço no processo de recolonização do país e atinge diretamente a população carente e o conjunto da classe trabalhadora, que são beneficiados com os já poucos programas existentes. As pesquisas, em sua grande maioria, são eficientes, porém, insuficientes. A insuficiência da pesquisa é por conta dos poucos investimentos, do restrito acesso às IFE, da falta de recursos e porque existem poucos programas.

O ataque à C&T e às IFE que estamos vivendo no governo Bolsonaro-Mourão-Guedes-Maia não tem precedentes. Além de um arrocho fiscal até então inimaginável, existe uma política consciente de desmoralização das IFE como centros de "doutrinação" e "balbúrdia", que não prestam contas à sociedade e onde não se produz nada de útil. As universidades seriam, essencialmente, um local de orgias e consumo de drogas. Dados rigorosos obtidos por uma instituição de excelência como o Inpe são colocados sob suspeita por desmascararem o absurdo crescimento do desmatamento no país. Além da criminalização das humanidades (que seriam "inúteis" e "coisa de esquerdistas"), as ciências naturais e a tecnologia também se tornaram, no discurso obscurantista do governo federal, "doutrinação comunista".

Esse ataque ideológico, repleto de Fake News, é uma estratégia para poder aplicar o verdadeiro projeto do governo para as IFE: a sua privatização. Faz-se o discurso demagógico e mentiroso de que esse dinheiro seria revertido para a educação básica, quando na verdade é retirado da educação para subornar congressistas e enriquecer os banqueiros credores da dívida pública nunca auditada.

No meio deste discurso ideológico, o Ministro da Educação Abraham Weintraub, apresentou um projeto de destruição das universidades e institutos. O projeto Future-se retira a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão das IFE para transferir às OS (Organizações Sociais) e altera o conceito de educação que hoje é baseado no tripé ensino-pequisa-extensão para concentrar seus esforços na captação de recursos.

Para garantir esse projeto, haverá a total desestruturação do trabalho e do serviço público. As IFE servem de laboratório para o que se pretende aplicar posteriormente ao restante do funcionalismo. Um exemplo desta implementação tem se dado na saúde, através da EBSERH nos HUs das Federais ou via outras OS, implementadas por alguns estados e municípios, sucateando o SUS e destruindo o conceito de saúde universal. O Future-se é a EBSERH da Educação.

Esse projeto é antagônico a uma educação superior pública para a classe trabalhadora. Um projeto de educação federal pública, gratuita, de qualidade e laica, a serviço da classe trabalhadora passa por compreensões completamente opostas.

No quesito ensino, o projeto do governo aprofunda distância a entre a educação para os trabalhadores e para os filhos da burguesia. Aos trabalhadores, a educação seria focada no ensino profissionalizante e "objetivo", limitado aos conhecimentos necessários para reprodução da mão-de-obra e trabalho alienante. Já para a burguesia, a educação tem como foco o máximo do conhecimento, a manutenção e reprodução da ordem, com mecanismos de controle de social que impedem qualquer ascensão da classe trabalhadora. Um projeto de educação para a classe trabalhadora deve servir como elemento de reflexão do acúmulo das produções, do cruzamento do conhecimento científico com o conhecimento popular. Parte deste conceito significa estar referendado em princípios que desalienem os trabalhadores do processo produtivo para que possam compreender os diferentes mecanismos da produção, melhorar as condições de vida, determinar sobre as necessidades sociais e disputar os rumos da sociedade.

Neste sentido, a pesquisa e produção tecnológica bem como os diversos ramos da ciência devem estar alicerçados nesses mesmos princípios, garantindo que a própria classe trabalhadora pesquise, aprimore as tecnologias e elabore para o conjunto da sociedade. No entanto, o projeto do governo Bolsonaro busca aprofundar as diferenças sociais, garantir lucros e alta rentabilidade a um setor minoritário da sociedade, determinar que só os ricos poderão ter acesso às pesquisas e colocar toda a produção intelectual nas mãos da burguesia, dos grandes empresários que poderão ter altos lucros com os avanços científicos.

Nessa perspectiva, os avanços científicos e tecnológicos deixarão de ser repassados à sociedade como acúmulo do conhecimento e a extensão universitária, que deveria ser um retorno à sociedade dos saberes produzidos na academia passará a ser vista como fonte de receitas. A venda de serviços científicos e tecnológicos, que não exclui a cobrança de mensalidades, passará a ser o norte da produção acadêmica, em um novo arcabouço mercadológico e remuneratório sobre o conhecimento produzido nas IFE, que deveria ser de todos. Como resultado, teremos uma produção do conhecimento ainda mais elitizada e o aniquilamento das vozes dissonantes.

Para poder implementar um ataque tão devastador, o governo implementa uma lógica de indicação de reitores não eleitos ou de interventores nas IFE. Não podemos aceitar isso. A comunidade deve escolher seus dirigentes de forma autônoma e batalhar por ampliar a democracia nas IFE, alterando estatutos

antidemocráticos, ampliando a participação dos trabalhadores e estudantes nos processos deliberativos. Onde houver intervenção, devemos fazer como no Cefet-RJ e na UFC: não reconhecer o indicado, organizando toda forma de resistência: ocupação de reitorias, trancaços, greves, etc.

É preciso também compreender esse projeto de forma combinada aos ataques às organizações sindicais e ao discurso ideológico. Isto porque o projeto do governo é destruir a resistência dentro das IFE. A combinação da ação dos interventores junto com o fim da estabilidade no serviço público criará um clima de terror dentro das IFES.

Esta política de terror tem sido potencializada pela deliberada paralisia de setores que se colocam no campo da esquerda, mas que freiam todas as lutas concretas, buscando desviar toda a resistência para as eleições de 2022, construindo articulações e negociatas junto a parlamentares e contra as pautas do movimento.

Muitos destes problemas se expandem para as universidades estaduais. Destacam-se nesse processo de acelerado desmonte do ensino superior público o estado do Paraná, que já apresentou projeto semelhante ao Future-se e as universidades estaduais paulistas. Em São Paulo, foi aberta uma CPI pela assembleia legislativa do Estado como forma de consolidar as bases para implementação de projetos que descaracterizam as universidades públicas.

Soma-se a estes processos o fato de que as universidades estaduais são financiadas com recursos dos impostos, especialmente o ICMS. A anunciada reforma tributária poderá criar diversas desonerações aos grandes empresários e impactar diretamente no orçamento das universidades estaduais, acelerando o desmonte de seu caráter público, ampliando a privatização e a entrega do patrimônio físico e intelectual aos grandes empresários e banqueiros, da mesma forma que o Future-se.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Por uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica e a serviço da classe trabalhadora.

Não ao Future-se! Garantia plena de financiamento público para universidades e institutos! 10% do PIB para a educação pública, já! Não ao PNE (Plano Nacional de Educação) privatista, não à BNCC (Base Nacional Comum Curricular), não à reforma do Ensino Médio!

Em defesa da autonomia universitária! Não às OS nas instituições públicas! Fora EBSERH!

Não a programas como Escola sem Partido e similares! Em defesa da liberdade de ensinar e aprender!

Garantia plena de assistência estudantil para as/os estudantes carentes!

Não às intervenções! A comunidade deve escolher seus dirigentes de forma autônoma! Fim dos critérios que reduzem o peso dos TAEs e dos estudantes das consultas! Fim das consultas e da lista tríplice! Por eleições democráticas nas universidades e institutos! Fora Weintraub e todos os interventores.

Não ao corte de bolsas! Reajuste nos valores das bolsas de pesquisa! Ampliação dos programas de pós-graduação com cotas raciais na seleção! Garantia de financiamento público para a pesquisa no Brasil! Nenhuma discriminação por área de pesquisa! Uma Ciência e Tecnologia a serviço da classe trabalhadora, e não dos interesses do mercado!

Contra o controle ideológico, a censura e a perseguição nas instituições públicas de educação!

Não ao monitoramento que busca patrulhar a diversidade e acabar com o livre-pensamento nas instituições de educação!

12 - EDUCAÇÃO: NÃO À PRIVATIZAÇÃO E À DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Considerando que:

O Governo de extrema direita de Bolsonaro aplica o projeto que já se desenhava em sua campanha, decretando os trabalhadores em educação como seu inimigo e, portanto, aprofunda o desmonte da escola e universidades públicas. Os projetos como a educação domiciliar, o ensino a distância, future-se, os ataques das opressões, entre outros, combinado com a reforma do Ensino Médio, irão aprofundar o desmonte da educação em nosso país.

A Educação em todas as redes tem protagonizado muitas manifestações e lutas importantes. Mobilizações que envolveram milhares de pessoas com forte participação da juventude contra os ataques do Governo da extrema direita de Bolsonaro, que tem como objetivo privatizar a educação e militarização das escolas. O conceito de socialização do aprendizado passa a ser substituído pela disciplina militar e repressão em todos os aspectos. Isso combinado com a reforma da previdência que ataca o povo pobre do país. Para os trabalhadores em educação, significa um grande desastre. Somos uma categoria que já é adoecida e com a aprovação da reforma irá se agravar. Neste sentido, vai significar um ataque cada vez maior.

Desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro, os ataques contra a educação brasileira, seus(suas) trabalhadore(a)s, instituições e estudantes se intensificaram, embora não tenham surgido de agora. A política de austeridade limitou investimentos nas políticas sociais, por meio da EC 95/ 2016 que agravou significativamente os cortes no orçamento da educação, os quais já eram feitos durante os governos de conciliação de classe.

Por meio de um discurso do enxugamento da máquina e da economia em nome da crise, o governo federal de extrema-direita optou por cortar diretamente verbas orçamentárias das políticas públicas sociais como a educação. Ao mesmo tempo, há a facilitação para a terceirização da educação pública, os convênios com os grandes grupos empresariais privados que atuam no Brasil e no mundo.

Dessa maneira, é fundamental tratar, de forma conjunta, as contrarreformas da educação (reforma do ensino médio, BNCC, etc.) e as medidas de austeridade econômica (contrarreforma trabalhista e EC 95/2016) adotadas pelo governo Temer, e os recentes ataques proferidos pelo presidente Jair Bolsonaro.

O Movimento Escola sem Partido, além de instituir a naturalização do binarismo de gênero, LGBTTfobia e o racismo, cria as condições para a criminalização de professore(a)s que assumem posicionamentos críticos ao considerar doutrinação toda forma de manifestação, de informação e de discussão que questione a sociabilidade derivada desse modo de produção.

Sob a aparente capa da neutralidade, os defensores da Escola sem Partido argumentam que para viver nessa sociedade é necessário, segundo sua proposta, incorporar e adaptar-se a sociabilidade geradora das desigualdades sociais, seja no trabalho, seja na convivência social mais ampla. Todo e qualquer questionamento é compreendido como promoção de doutrinação ideológica.

Essas medidas ganham força após a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Após a consolidação da bancada evangélica, aparece no Congresso Nacional, Projeto de Lei de Educação Domiciliar (PL 2401/2019), em conjunto com outras propostas anteriores (PLS 490/2017 e 28/2018) para criar uma "plataforma virtual" em que os pais ou responsáveis poderão matricular seus(-suas) filho(a)s em um sistema a ser hospedado no Ministério da Educação. São projetos que usam o apelo à "segurança do(a)s filho(a)s" para ocultar a rejeição às instituições de ensino.

Os principais defensores dessa ideia, como a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), defendem romper com as instituições de ensino, a sociabilidade e o compartilhamento de experiências e de conteúdo, assim como desregulamentar a educação pública como direito universal e dever do Estado. Por meio do discurso falacioso de combate ao socialismo, à ideologia de gênero e à doutrinação marxista, buscam criar um "inimigo interno" – o(a) professor(a) – ao mesmo tempo em que avançam no desmonte das políticas públicas fundamentais para o povo brasileiro.

Somado a isso, há a militarização das escolas que se aprofunda a partir da criação de uma subsecretaria na estrutura do Ministério da Educação (Decreto no 9.465/2019). Tal medida significa o recrudescimento da Escola sem Partido, na medida em que viola os princípios de liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar o pensamento, a arte e o saber.

As escolas militarizadas estabelecem um padrão estético que viola o direito da criança e do(a) adolescente sobre o próprio corpo, uma vez que impõem um tipo específico de corte de cabelo, proíbem o uso de brincos, piercing, óculos escuros, cavanhaque, etc. A compreensão da diversidade e da individualidade são restritas. As pessoas transexuais, as mulheres lésbicas, os homens gays, o(a)s negro(a)s terão que se submeter ao padrão estético, de identidade de gênero binário e heteronormativo. Essa imposição sociocultural, com grave impacto na vida escolar, determinará a exclusão do(a)s diferentes, violando a diversidade e o pluralismo de ideias. Acima de tudo, a militarização é um passo adiante no projeto de privatização das escolas públicas. As "contribuições voluntárias" cobradas pelas escolas militarizadas e a venda dos uniformes são fontes de dividendos vultuosos. Em Goiás, 60 escolas rendem, pelo menos, R$ 4,5 milhões mensais.

Inscrevem-se, nesse contexto, os ataques contra a autonomia das universidades públicas. Se no processo eleitoral a censura se deu por meio da interdição da livre expressão e do pensamento crítico, com a consolidação dos resultados das urnas, o que se viu foi um conjunto de ataques contra a autonomia universitária que, no último período, encontrou sua expressão maior no Decreto no 9.794/2019 que retira das universidades a possibilidade de escolher pró-reitore(a)s, diretore(a)s, decano(a)s e outro(a)s dirigentes nessas instituições.

Desde a indicação de Vélez Rodríguez, instaurou-se uma disputa entre olavistas e militares que resultou em uma verdadeira caça às bruxas.

Bolsonaro e o congresso querem censurar o setor com as várias propostas de "Escola sem Partido" e "leis da mordaça". Impedem a educação para a diversidade sexual e para o combate ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), responsável pela elaboração e aplicação do ENEM, sofreu com a demissão de 15 funcionário(a)s, por perseguição ideológica.

Assim, utilizando mídias sociais, o governo federal de extrema-direita defendeu a implementação da "lava a jato da educação" já que, supostamente, o ministro Vélez teria constatado indícios de corrupção no MEC em governos anteriores. Logo após o anúncio do presidente Jair Bolsonaro, as ações de empresas de educação ficaram entre as maiores baixas do Ibovespa.

O ultraconservadorismo do ex-ministro ficou evidente quando se posicionou sobre a universalização do ensino superior. Para ele, esse ensino deve ficar restrito à "elite intelectual". O conservadorismo também se expressou pelo correio eletrônico enviado às escolas do país um pedido para que professore(a)s e aluno(a)s cantassem o Hino Nacional diariamente, registrando em vídeo, que posteriormente deveria ser enviado ao Ministério, sem autorização de imagem, expondo as crianças e o(a)s professore(a)s, em uma explícita tentativa de controle do fazer profissional do(a)s docentes.

As tentativas de controle ideológico se expressaram na postura do governo em relação ao Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Pela primeira vez foi constituída uma comissão própria para elaboração do exame, em detrimento da utilização do banco que está carregado com aproximadamente 10 mil questões.

As disputas entre a base aliada do presidente Jair Bolsonaro em torno dos rumos do Ministério da Educação fez com que em poucos meses fosse realizada a troca de Vélez por Abraham Weintraub.

O Ministério da Educação, comandado no primeiro momento por Ricardo Vélez Rodríguez e agora por Abraham Weintraub, é uma grande confusão, medidas caóticas, e aplica as medidas ditadas pelo mercado para destruição da escola e das universidades públicas. O papel desempenhado pelo MEC é de privatizar a educação.

O novo ministro, advindo do mercado financeiro, mais apto a dar consecução às políticas de mercantilização e privatização da educação brasileira, tem obsessão pelo "marxismo cultural", e desqualifica aquele(a)s que pensam diferente dele, incitando a população, por meio das redes sociais, contra a universidade pública e defendendo a não oferta ou extinção dos cursos de sociologia e de filosofia. Nessa mesma direção, ele anunciou o corte de 30% no orçamento de custeio das universidades, cuja justificativa inicial era a de acabar com a "balbúrdia". Também atacou a autonomia das universidades com a edição do Decreto no 9.794/2019 que poderá vetar ou aprovar as indicações às reitorias de instituições de ensino superior.

As fundações privadas, como a Fundação Lemman, Instituto Unibanco, Itaú e outros seguem na lógica da privatização. Estes institutos é que irão entrar na elaboração dos projetos educacionais.

Os governos de todas as redes públicas da educação aplicam as políticas ditadas pelos capitalistas, deliberadas nos organismos imperialistas, como o Banco Mundial e o FMI, coerentes com a diminuição da responsabilidade do Estado para com os serviços essenciais à população.

O modelo privatista e mercantil adotado pelo atual governo se utiliza de mecanismos lentos e graduais, mas substancialmente efetivos, visto se materializar de forma despercebida por grande parte da população. Subscritos pelo discurso de superação da crise econômica impõe o corte às universidades, como "tática" para aprovação da "nova previdência". A pressão feita às universidades (setor que mais tem obstaculizado a Reforma da Previdência) faz parte de pressão política e social para aprovação da reforma ("nova previdência"). Embora o discurso seja de economizar preventivamente, o que se verificará é a paralisação e/ou suspensão dos pagamentos a terceiros, além de comprometer o pagamento de contas como água, energia elétrica, serviços de limpeza e aquisição de materiais.

Um dos principais alvos de ataque foi a autonomia universitária, que diariamente é alvo de anúncio de alguma medida provisória, portaria ou decreto presidencial que interfere na autonomia universitária. O governo de extrema-direita Bolsonaro atacou diretamente a frágil autonomia universitária em diferentes ocasiões. Pode-se lembrar da nomeação do diretor-geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), o desrespeito à decisão da comunidade acadêmica da UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), da UniRio (Universidade Federal do Rio de Janeiro), da UFGD (Universidade Federal de Grande Dourados), do Cefet-RJ, da UFC (Universidade Federal do Ceará), não nomeando o primeiro colocado na consulta pública para reitor. Os ataques contra a educação superior e a Universidade Federal de Sergipe e, finalmente, o ataque contra a UFF, a UFBA e a UNB, acusadas, pelo ministro da Educação, de promoverem balbúrdia – esse ataque, posteriormente, foi generalizado para todas as universidades, IF e Cefet pelo contingenciamento anunciado pelo MEC.

Que nessa conjuntura é necessário fortalecer, como espaço estratégico a construção dos Encontros Nacionais de Educação e a Coordenação Nacional das Entidades em defesa da Educação Pública, como forma de construir um projeto classista, em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica, democrática e socialmente referenciada.

No dia 17 de julho o MEC anunciou o projeto Future-se, "Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras", que tem por finalidade: "o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior- IFES, por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à capitação de recursos próprios", que representa a mais profunda contrarreforma da educação superior no rumo da privatização do ensino.

Na educação básica temos um cenário de desmonte em toda a América Latina. Em países como o México vivemos uma luta contra a criminalização dos ativistas. Bolsonaro copia essas medidas e já há casos de demissão e perseguição em nosso país.

A terceirização já é uma realidade na educação há muitos anos, com várias formas de contratação, como os ACTs, categoria "O", contratos e outras formas de precarização das relações de trabalho na educação. Os setor de limpeza e portaria já é terceirizado em boa parte do país. Segundo dados do próprio governo, dos cerca de 2 milhões e meio de trabalhadores da educação básica, 800 mil são contratados em caráter temporário.

Embora nem todos reconheçam, os(as) funcionários(as) de escola são um setor essencial para o funcionamento de toda a escola. Apesar disso, esse importante setor vem sofrendo com o descaso dos governos. Sofrem durante décadas com a falta de concurso, salários rebaixados, terceirização etc. A maioria não tem estabilidade e nem plano de carreira, sofrem com constante assédio moral, com doenças oriundas da sobrecarga de trabalho. É fundamental que organizemos este setor para que lute de forma conjunta com toda a categoria.

Já aprovamos no terceiro Congresso da CSP-Conlutas, uma resolução em que defendemos o fim da terceirização e pela efetivação imediata de todos os trabalhadores terceirizados e também daqueles em regime precário de trabalho (contratos, designações, etc.), é fundamental reafirmarmos que não podemos permitir a continuidade da precarização do trabalho. O governo reacionário de Bolsonaro e também os governos estaduais querem cada vez mais retirar direitos.

Para implantar a meritocracia, que desmonta as tabelas de carreira, Bolsonaro e os governos estaduais e municipais fazem uso de demissões e punições para quem não alcança as metas ou para quem luta em defesa da educação e dos direitos.

A meritocracia como linha mestra do ensino usa a aplicação de bônus e premiações, estabelecendo dentro das escolas uma divisão entre os trabalhadores da educação e uma corrida individual para ver quem tem direito a esse "prêmio" traiçoeiro.

Como foi aprovada durante o governo Temer a famigerada Emenda Constitucional 95 (anterior PEC 55) os recursos para educação pública estão, na prática, congelados por 20 anos.

O Governo Bolsonaro do PSL busca, através do corte de verbas e do congelamento dos recursos, cada vez mais formas de privatizar o ensino. Neste segundo semestre, foram cortados 1 bilhão de reais da educação, sendo 348 milhões da educação básica. E este corte se soma a outros.

A mercantilização da educação aumenta através da política de fundos que permitem desvios de verbas públicas. Planos como o PNE legalizam a privatização, através de parcerias público-privadas e destinação de verbas públicas para escolas particulares.

Em vários estados e municípios, os governos já utilizam a forma de PPPs para a construção e reformas de escolas, entregando todo o gerenciamento da unidade para a inciativa privada. Outras modalidade para privatização e destruição da educação pública são a cessão de escolas para a administração de "organizações sociais".

O piso nacional aprovado em 2009, que já era insuficiente, não é aplicado em quase nenhum estado, tanto no que se refere ao seu valor quanto no tempo de hora atividade, e agora a política é acabar com a Lei do Piso e rebaixar ainda mais os salários da educação. Não podemos nos esquecer que não existe uma legislação que garanta um piso salarial para os funcionários de escola, setor mais precarizado da educação.

A evasão escolar no ensino médio só aumenta. Só metade dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados. A reforma do Ensino Médio, ao contrário do que diz o governo, vai fragilizar ainda mais essa situação. A reforma do Ensino Médio é combinada com o modelo de privatização da educação pública.

Enfrentamos também a imposição de sistemas educacionais como os sistemas de ciclos e semestralização do Ensino Médio, visando aligeirá-lo sem qualidade, não respeitando o desenvolvimento dos estudantes e impondo a aprovação automática sem real desenvolvimento estudantil, tudo para tornar tanto o Ensino Médio quanto o Fundamental dispensáveis e, assim, destruí-los. O processo de municipalização da educação avança com o peso, o que irá significar mais precarização, inclusive com a redução e fusão de turmas.

Tal crime é complementado com a militarização das escolas, que passam a ser geridas pela Polícia Militar como temos visto no estado de Goiás, RS, DF e outros. Tal medida gera um modelo excludente e baseado somente na instrução disciplinadora e robotizante da juventude.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Lutar contra todas as políticas neoliberais e imperialistas que atacam a educação pública. Em defesa da Educação Pública, Gratuita e de Qualidade.

Organizar a luta contra os ataques de Bolsonaro que quer destruir a Educação Pública em todo Brasil e criminalizar os trabalhadores em educação.

Denunciar e lutar contra os cortes na educação implementados pelo governo de extrema-direita Jair Bolsonaro, com ênfase especial para os cortes anunciados pelo ministro Weintraub.

Por 10% do PIB exclusivamente para a Educação Pública Já e não somente em 2024.

Pela Gestão Democrática de todos os níveis da Educação Pública, envolvendo todos os segmentos das comunidades escolares! Por diretorias colegiadas nas escolas. Denunciar o desrespeito, as comunidades acadêmicas, realizadas pelo Ministério da Educação nas eleições para reitore(a)s ao não nomear o primeiro colocada nas votações.

Contra a Meritocracia! Em defesa dos direitos trabalhistas na Educação.

Lutar em defesa dos direitos dos funcionários de escola.

Pela garantia dos planos de carreira dos trabalhadores da Educação.

Tecnologia na escola só para educar! Contra o uso da tecnologia para espionar trabalhadores e estudantes e facilitar punições contra os trabalhadores por atrasos e licença médica.

Pela garantia de todos os recursos constitucionais para a Educação! Abaixo os cortes, contingenciamento e desvio de verbas da educação.

Contra a política de fundos de financiamento da educação! Pelo envio de dinheiro direto para escola.

Auditoria no Fundeb para detectar os desvios das verbas para a educação.

Por uma legislação que reconheça as doenças oriundas da sobrecarga de trabalho.

A defesa intransigente de todos os trabalhadores que sofrerem perseguição política. Reintegração de todos os demitidos.

Contra o PNE e seus similares estaduais e municipais que permitem a privatização da educação pública. Pela elaboração de planos de educação dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Em defesa da lei do Piso Salarial Nacional baseado no salário mínimo do Dieese. 50% de hora-atividade.

Pela revogação da Reforma do Ensino Médio. Aprendamos com as lições das Ocupações. Pelo debate permanente e elaboração de programas educacionais de acordo com as comunidades escolares.

Pela educação para o combate ao machismo, ao racismo, contra a lgbtfobia e todas as formas de opressão.

Contra a "lei da mordaça". Contra a censura imposta pelo governo de extrema direita de Bolsonaro e seus comparsas nos estados e municípios. Por uma educação livre, laica, anti-opressora a serviço e sob o controle dos trabalhadores e do povo pobre.

Contra a imposição de sistemas educacionais nas escolas! Pela garantia da autonomia pedagógica das escolas. Que cada escola escolha que sistema pedagógico quer usar.

Contra as OSs e PPPs na Educação.

Contra a Militarização da Educação.

Derrotar nas ruas as medidas do Governo de Extrema Direita de Bolsonaro.

Construir, junto com as entidades da educação, mais uma Greve nacional da Educação no segundo semestre de 2019.

Propor a Conedep a construção do IV Encontro Nacional de Educação em 2021.

Levar para a Conedep, no processo de organização do IV Encontro Nacional de Educação, a avaliação e a mudança dos seguintes aspectos: (a) metodologia do ENE; (b) necessidade de maior articulação entre etapas preparatórias e o encontro nacional, considerando especialmente as resoluções locais e regionais; (c) definição de critérios de participação na etapa nacional a partir da participação nas etapas preparatórias; (d) ampliação do arco de entidades e movimentos que compõem a Conedep; (e) rateio real das despesas envolvidas na construção do ENE.

Posicionar-se e lutar contra o projeto Future-se do governo federal.

Denunciar e combater todas as tentativas de regulamentar a educação domiciliar (homeschooling) de crianças e adolescentes em idade escolar, especialmente a proposta de Medida Provisória ligada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que foi apresentada como uma das prioridades do novo governo federal.

Lutar pela revogação do Decreto 9.465/2019, apresentado pelo Presidente Bolsonaro, que institui uma mudança total na educação básica pública do país, ao induzir os sistemas públicos de ensino a aderirem ao modelo de escola militar.

Lutar contra a educação a distância na educação básica e no ensino superior, pela revogação da Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018, que amplia para 40% a carga horária à distância dos cursos presenciais, gerando um movimento de esvaziamento destes cursos, bem como pela revogação do Decreto nº 9.057/17, que institui o(a)s profissionais da educação com notório saber, para exercer o papel de professor(a) na EAD a fim de evitar o aprofundamento da precarização do trabalho docente.

Denunciar e lutar contra toda e qualquer proposta de cobrança de mensalidades nas Universidades, Institutos Federais e Cefet.

13 - MEIO AMBIENTE

Considerando que:

O atual modelo de produção e consumo capitalista, guiado pelo lucro é a causa determinante do aumento das desigualdades sociais e a degradação do meio ambiente. O aumento da acumulação capitalista exige uma produção crescente de mercadorias e a maior apropriação da natureza (na forma de matérias-primas e outros produtos), impendindo-a de se recompor. As mudanças climáticas são oriundas de um sistema capitalista cada vez mais degradante, que é responsável pelo avanço da piora das condições de vida em nosso planeta.

A degradação ambiental é reflexo do aumento da exploração capitalista. As crises alimentar e climática, a contaminação dos mares e oceanos e da terra, a perda acelerada da biodiversidade é responsável também pelo aumento da pobreza e deve ser preocupação de todas as organizações e movimentos sociais lutar para que a classe trabalhadora em seu conjunto tenha assegurado recursos, bens e serviços essenciais, como a água potável, energia, segurança e soberania alimentar e nutricional dentro dos limites dos recursos do planeta;

A questão climática a cada dia ganha importância no cenário mundial, inclusive com disputas interburguesas sobre matriz energética sobre o petróleo e carvão;

O Brasil está no centro do debate ecológico, seja pela importância da região amazônica e a questão do desmatamento, como por Bolsonaro ser o principal defensor dos interesses capitalistas e das madeireiras, mineradoras, latifúndio e agronegócio. Bolsonaro incentiva o avanço do desmatamento, do garimpo e das queimadas com seu discurso antiambientalista, com a perseguição a cientistas e aos órgãos de fiscalização ambientais e com o desmonte de todo o serviço público voltado à área.

Bolsonaro já deu declarações de que iria fechar o Ministério do Meio Ambiente e contingenciou 187 milhões no seu orçamento anual, sendo 89 milhões do IBAMA e 50% do programa PrevFogo. Para defender os ruralistas e madeireiros bravateou contra a suposta "indústria da multa", interviu na troca de profissionais dos postos de trabalho e criou o Núcleo da Conciliação para anistiar as multas sobre crimes ambientais do agronegócio e madeireiras;

O resultado foi um aumento drástico do desmatamento da área amazônica. A política e o discurso de Bolsonaro estimularam a grilagem de terras públicas, de áreas indígenas e até mesmo de assentamentos agroextrativistas, expulsando os pequenos agricultores dos mesmos. Resultado intensificação do desmatamento, que vinha em queda até 2012. A partir de 2013, acompanhando a intensificação da crise econômica e política do país, ele voltou a crescer e explodiu em 2019. Segundo dados do Inpe, o mês de junho teve um crescimento de 88% de áreas desmatadas em comparação com 2018. Os municípios que mais desmataram na Amazônia brasileira e que concentram os focos de queimadas são aqueles que ficam na zona de expansão do agronegócio;

As queimadas em diversos pontos da América do Sul, como na tríplice fronteira entre Bolívia, Paraguai e Brasil, pegando parte do Pantanal, além da Amazônia tiveram índices recorde. Só nos primeiros 8 meses deste ano, o número de queimadas praticamente dobrou em relação a 2013. Dessas, 51,9% afetam a região amazônica e 30,7% o cerrado. Junto com as queimadas, o desmatamento destas regiões para expansão de plantações de soja e a criação de gado servem somente à ganância do agronegócio e ao latifúndio.

Diversos governos imperialistas (França, Alemanha e Noruega, por exemplo) criticaram o governo brasileiro, mas sabemos que a preocupação deles é antes de tudo com a riqueza da floresta, que em grande medida já está nas mãos dos capitais transnacionais. O governo da Noruega foi quem mais doou dinheiro para o Fundo Amazônia de preservação da floresta, mas também é quem controla a maior planta de beneficiamento de alumínio do planeta (a estatal Norsk Hydro), que fica em Barcarena-PA. Ela derrama rejeitos de minérios nos rios e floresta da região, além de expulsar a população local de suas terras;

Mas Bolsonaro e Ricardo Salles, seu ministro do meio ambiente, não só desregulamentam as ações de fiscalização (que caíram 58% no Brasil e 69% na Amazônia Legal), como também contestam os dados dos institutos de pesquisa. Interviram na diretoria do ICMBio, instituto que fiscaliza as unidades de conservação, colocando em sua presidência um coronel da Polícia Militar de São Paulo, demitiu o presidente do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Ricardo Galvão, por divulgar dados sobre a alarmante situação da Amazônia e acusa ONGs e a população de estarem ateando fogo nas áreas.

Para avançar no ataque ao meio ambiente, burguesia e governo precisam atacar os maiores defensores da natureza. Assim, há um avanço na perseguição aos indígenas e quilombolas, trabalhadores e pequenos proprietários rurais. É uma política de extermínio da floresta e do povo que dela depende, inclusive aprovando no parlamento, com apoio da bancada da bala e ruralistas, leis que facilitam a posse de armas para grandes proprietários de terra, incentivando assim a perseguição e o assassinato de ativistas do campo e das florestas. Isso provoca a expulsão dessas populações de seus territórios (desterritorialização), o que também ocorre por conta da construção de grandes obras públicas e privadas (hidrelétricas, portos, estradas, etc.);

Além da enorme biodiversidade, alvo da biopirataria, a Amazônia dispõe de aproximadamente 15% das reservas de água doce superficiais do planeta. É um recurso estratégico à sobrevivência humana e objeto de disputa geopolítica mundial. Além disso, temos enormes reservatórios subterrâneos (aquífero Guarani, no Centro-Sul do Brasil e os aquíferos Solimões e Alter do Chão na Amazônia). Mas os rios e lagos cada vez mais agonizam com a poluição, trazendo à tona em épocas de seca o debate da distribuição de água potável para a população e a escassez para o povo pobre como ocorreu nos grandes centros do Sul e Sudeste e que a cada ano leva ao martírio do povo do Nordeste. As queimadas na Amazônia, além de elevarem o aquecimento global, reduzem a evaporação de água da floresta e dos rios. Esse vapor d'água é responsável por parte importante das chuvas que caem no Sudeste brasileiro;

O Brasil é campeão mundial no uso de agrotóxicos. No primeiro semestre deste ano o governo Bolsonaro liberou um total de 239 agrotóxicos no mercado brasileiro. A pulverização, tanto terrestre como aérea, é usada em ampla escala, contaminando o solo, a água e o ar. Desta forma, ninguém escapa dos malefícios da contaminação: trabalhadores rurais no contato direto e os demais moradores através da ingestão de alimentos e água. Registros científicos também revelam aumento do número de cânceres e doenças crônicas.

Frente a todos esses ataques à nossa biodiversidade e às comunidades que vivem na floresta, a classe trabalhadora e a juventude têm mostrado que o caminho é a luta. No dia 23 de agosto milhares saíram às ruas ecoando a palavras de ordem "Bolsonaro sai, Amazônia fica!" A preocupação com a Amazônia não é apenas dos brasileiros, a comunidade internacional também realizou atos em vários países. Novas manifestações foram convocadas em mais de 125 países para a semana de mobilização global pelo clima de 20 a 27 de setembro.

O saneamento é outro ponto fundamental já que 80% da população está concentrada em regiões urbana. As cidades, maioria absoluta construída pela vontade e necessidade popular, sem o mínimo planejamento, sem drenagem, tem impedido o ciclo geográfico da água, gerando o desperdício de um recurso natural tão precioso e indispensável para a reprodução da vida quando de outro lado a falta de destruição adequada de agua potável e a falta de tratamento de esgoto fazem avançar os problemas de poluição dos rios como o avanço de doenças.

Os dois maiores crimes ambientais no Brasil, executados pela mineradora Vale, em Mariana e Brumadinho, no estado de Minas Gerais, são provas da irresponsabilidade com o meio ambiente e com a vida humana.

Esses crimes podem aniquilar os ecossistemas de água potável de Minas Gerais. Tudo isso com o aval dos governos municipais, estaduais e federais. E a principal causa destes crimes começam com a privatização da Vale do Rio Doce, colocando todo o sistema de extração e processamento nas mãos de capitais privados, liberando licenças ambientais para mineradores extraírem minérios próximos de nascentes, mananciais, as margens de rios e córregos, em áreas de preservação ambiental, e autorizando elevações dessas barragens de rejeitos. O problema não é só o sistema de contenção de rejeitos das barragens, mas sim, do modelo de exploração e produção de minério, que extrai, processa, explora, e exporta, as riquezas deixando os buracos nas barragens de rejeitos e os crimes ambientais e trabalhistas, que matam o ser humano, a fauna e a flora, para obter lucro acima de tudo.

O movimento sindical e popular desempenha um papel vital na luta por um modelo de sociedade baseado nas necessidades das pessoas, na solidariedade, na democracia e em uma real e justa distribuição da riqueza, assegurando assim a preservação do nosso planeta para as próximas gerações. E esse modelo de sociedade só poderá ser garantido a partir da expropriação da burguesia através de uma revolução socialista que coloque o controle da produção e distribuição da riqueza nas mãos dos trabalhadores e da juventude.

O 4º Congresso da CSP-Conlutas resolve:

Lutar para que os recursos naturais e energéticos sejam mantidos ou devolvidos à propriedade pública, assegurando sua preservação e a administração pública com controle social.

Isso coloca a necessidade de travar a luta e o debate pela reestatização da Vale do Rio Doce, pela não privatização da Petrobrás e pela estatização das grandes cadeias do agronegócio. Defendemos o fim das concessões, ou "parcerias" com o setor privado em setores estratégicos e reestatização de empresas privatizadas ligadas à exploração de petróleo, minério, fornecimento de energia, água e controle de esgoto.

Incorporar nas lutas sociais demandas sobre governos com exigências que impeçam que a temperatura média do planeta suba mais que 1.5°C, baseado na recomendação do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Exigir investimentos públicos em uma matriz energética limpa e renovável, o desenvolvimento do transporte público e a mobilidade sustentável, a renovação eficiente dos edifícios, a promoção de uma agricultura, pesca e silvicultura ecológicas, a redução reutilização e reciclagem de resíduos e a promoção da visão do ciclo de vida dos produtos.

Pelo desenvolvimento de políticas públicas que garantam a saúde pública e de qualidade à população, como o direito à informação sobre as propriedades e impacto das substâncias químicas em ambiente de trabalho.

Eliminação, substituição e controle de substâncias nocivas e perigosas nos diferentes setores da produção e serviços. Proibição do uso e comercialização do amianto, endosulfán, paraguat, benzeno, cádmio, mercúrio e chumbo, entre outros nocivos à saúde.

Por um sistema unificado de saneamento básico, com financiamento público baseado em recursos da União, estados e municípios que assegurem a universalização dos serviços e envolva a participação popular, através do controle social e do planejamento das ações de saneamento básico, combatendo a privatização, terceirização e municipalização dos serviços;

Reforma urbana, conduzida a partir das demandas e das entidades representativas dos movimentos de luta das cidades.

Preservação dos bens comuns, alimentos e recursos naturais administrados por organismos públicos e com controle popular.

Lutar por mudanças que permitam o fim da dependência dos combustíveis fósseis.

Abaixo a política anti-ambientalista de Bolsonaro e Ricardo Salles! Derrotar nas ruas o projeto entreguista do país e de nossas riquezas naturais! Em defesa da Amazônia e dos povos da floresta!

Incorporar o calendário de lutas em defesa do meio ambiente.

Buscar, junto às entidades filiadas à CSP Conlutas, organizar um seminário e/ou encontro para debater e elaborar políticas sobre a questão ambiental.

14 - SERVIDORES PÚBLICOS: EM DEFESA DOS SERVIDORES E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS!

Considerando que:

Bolsonaro tem intensificado os ataques aos serviços públicos, promovidos desde os anos 90 pelos governos de plantão, impulsionados pelos planos neoliberais de estado mínimo. FHC, Lula, Dilma e Temer fizeram privatizações, terceirizações, criaram as OSs (Organizações Sociais) e legislações que engessaram o Estado, como a lei da Responsabilidade Fiscal e a EC95 (Emenda Constitucional 95), implementando um teto, como forma de impedir maiores investimentos nos serviços públicos. Essas políticas garantem o saque de quase metade do orçamento da União para os banqueiros, desviando os recursos dos serviços públicos e para o pagamento de juros e amortizações de uma falsa dívida pública.

As políticas neoliberais também buscam transformar os serviços públicos em negócios rentáveis, subvertendo a lógica de que são direitos e devem ser garantidos pelo Estado, transferindo para a iniciativa privada sua prestação, reduzindo salários, diminuindo o número de trabalhadores, entre outros ataques.

As políticas ultraliberais de Bolsonaro pretendem intensificar ainda mais o desmonte dos serviços públicos, através de ampla reforma administrativa, impondo medidas como enxugamento máximo das estruturas e do gasto com servidores, extinção de órgãos, entidades, carreiras e cargos; redução do quadro de pessoal, evitando a contratação via cargo público efetivo; redução de jornada com redução de salário;

instituição de um carreirão horizontal e transversal, extinguindo a referência das lotações; congelamento salarial e redução dos benefícios do funcionalismo; aumento da alíquota sobre o PSS; possibilidade de redução do valor atual da aposentadoria com a cobrança da contribuição previdenciária; redução do salário inicial do funcionalismo e intervalo maior para atingir progressões; fim da estabilidade; ampliação da contratação temporária, terceirização e autorização para a União criar fundações privadas, contratar organizações sociais e serviço social autônomo; contrato de gestão ou mesmo convênio, para prestar serviços ao Estado nas diversas áreas do serviço público.

Assim, o sucateamento dos serviços públicos avança exponencialmente. Diante deste cenário, a luta em defesa dos serviços públicos exigirá esforço redobrado e também irá requerer maior participação dos trabalhadores e fortalecimento das entidades. Por este motivo, o Governo se adianta na tentativa de desorganizar os trabalhadores, promovendo a descentralização, mediante a transferência de atribuições e responsabilidades para estados e municípios; tenta criar programas de automação e digitalização de serviços de maneira a terceirizar as atividades públicas, além de querer regulamentar, de modo restritivo, o direito de greve do servidor público e outros ataques às organizações sindicais.

Para a educação, o projeto do governo Bolsonaro é a destruição da rede de educação superior, composta pelas Universidades e Institutos Federais. Neste sentido, o MEC (Ministério da Educação) apresentou um projeto chamado Future-se, cujo propósito altera o conceito de educação para instituições com fins financeiros, que visam a captação de recursos como prioridade. Para executar tal projeto, as IFES (Instituições Federais de Educação Superior) perderiam sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão para entregá-la às OS. Esse projeto de educação foi apresentado como forma quase impositiva, já que o Governo promoveu cortes que já atingem R$ 6,1 bilhões neste ano, o que levará as IFES a pararem as suas atividades já no segundo semestre. Como existe resistência na comunidade acadêmica aos projetos de Bolsonaro e seu ministro, a política do Governo tem sido de desrespeitar as consultas que indicam os Reitores e dar posse a Reitores que garantam a aplicação de suas medidas, ou até mesmo de nomear agentes de sua confiança para atuar e intervir nas IFES.

Políticas semelhantes são aplicadas nos diversos órgãos do Executivo, como o esvaziamento da Funai; o enfraquecimento do Incra, do Ibama e do ICMBio; o fim dos Ministérios do Trabalho, da Cultura, do Desenvolvimento Social e Esportes. Como os ataques visam também a desorganização dos trabalhadores, o mais fatiado foi o Ministério do Trabalho. As atividades desenvolvidas pelo extinto ministério foram pulverizadas em diferentes órgãos. No Ministério da Economia criaram a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e, logo abaixo no organograma, a Secretaria do Trabalho. Parte dele também foi para os "superministérios" da Justiça, de Sérgio Moro e para a Cidadania.

Outro foco do governo Bolsonaro tem sido a destruição do meio ambiente para promoção do agronegócio, mineradoras e madeireiras. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente deixou de servir ao seu propósito e o ministro Ricardo Salles vem colecionando ações que demonstram total desprezo com a proteção ao meio ambiente, prometendo até revisar todas as multas lavradas pelos fiscais do Ibama.

Bolsonaro também defende a exploração mineral em terras indígenas, principalmente na área da reserva Ianomami onde, segundo ele, há "bilhões ou trilhões de dólares" debaixo da terra. Isso representa o fim das reservas, desmatamento, expulsão das comunidades, mortes, extinção de espécies da fauna e flora.

Para dar cabo a esses diversos ataques, Bolsonaro criou o "superministério" da Justiça, num contexto em que a reforma trabalhista, a lei das terceirizações e a recém aprovada MP 881 retiram direitos dos trabalhadores e a Justiça do Trabalho se apresenta como mais frágil para defesa dos trabalhadores. Por isso, a luta pela democratização do judiciário e do Ministério Público da União, tanto das relações internas quanto das relações com a sociedade, onde verificamos o descrédito cada vez maior na atuação de seus membros e cúpulas. Isto impõe um cenário de mais dificuldades para valorização dos servidores.

É preciso debater o papel da Justiça, como parte do aparelho de estado, na retirada de direitos, na perpetuação de desigualdades e na repressão das lutas sociais. É preciso democratizar o acesso e enfrentar os privilégios mantidos em seu interior, com aplicação de política salarial voltada apenas aos juízes e procuradores, que consome parcelas cada vez maiores do orçamento, em detrimento dos servidores.

Essa diferença, existente entre um grupo minoritário que detém poderes absolutos, foi inclusive utilizada pelo Governo e pela mídia como justificativa para avançar com a Reforma da Previdência. Sob o eco de atacar os "privilegiados", a reforma da previdência manteve os privilégios destes intactos, desferiu grandes golpes ao conjunto dos trabalhadores e foi dura também no funcionalismo.

A aprovação da Reforma da Previdência representa o desmonte da seguridade social brasileira e um duro ataque ao conjunto dos trabalhadores. Os servidores públicos sofrerão com medidas como: vedação de incorporação de vantagens; modalidades de aposentadorias (por incapacidade, compulsória e voluntária); limites máximos e mínimos dos proventos; vedações de acumulação de aposentadorias e de pensões; tipos e formas de contribuições previdenciárias; a permissão para que o regime de previdência complementar fechada (os fundos de pensão) possa ser gerido por entidades abertas (bancos e seguradoras) etc. O texto permite, ainda, a extinção de regime próprio de previdência social (RPPS) e a transferência para Regime Geral de Previdência Social (RGPS), bem como instituírem alíquota progressiva da contribuição previdenciária para ativos, aposentados e pensionistas; ampliar a incidência da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, cobrar dos aposentados e pensionistas contribuição extraordinária por até 20 anos, entre outros ataques ao regime de previdência social.

As diversas regras de redução do cálculo das aposentadorias, bem como o aumento do tempo de contribuição e da idade mínima atinge tanto os trabalhadores da iniciativa privada como os trabalhadores do funcionalismo. Querem aumentar a miséria do povo para beneficiar os verdadeiros privilegiados, 1% da população, especialmente os banqueiros. É um duro ataque aos direitos de milhões de trabalhadores.

Os ataques seguem também para a saúde, que deveria ser promovida pelo Governo federal. Parte significativa dessa prestação é composta pelos HUs (Hospitais Universitários), que foram entregues às OS através da EBSERH. Agora, o projeto do governo é de piorar ainda mais a saúde pública e retirar leitos dos SUS para o atendimento a convênios privados nas redes públicas.

Os HUs, por concentrarem pesquisadores, ainda cumprem um papel de atendimento de doenças complexas para o povo pobre. Essa associação tende a tornar os HUs cada vez mais dependentes financeiramente dos empresários da saúde e, portanto, mais inacessíveis para tratar condições como cânceres, partos de risco, transplantes, transtornos psiquiátricos graves, doenças raras e vários outros atendimentos de ponta.

A condução do Ministério da Saúde por Luiz Henrique Mandetta também tem sido muito problemática. A suspensão dos contratos com vários laboratórios para produzir 19 medicamentos distribuídos gratuitamente pelo SUS é uma tragédia que já prejudica cerca de 30 milhões de pacientes pelo país e vai aumentar a quantidade de mortes por câncer, rejeição de transplantes, diabetes e hipertensão.

Seguindo a política de extermínio da população negra e LGBT de Bolsonaro, Mandetta também atacou o Programa Brasileiro de Aids, um dos mais importantes do mundo, ao acabar com o departamento específico e agrupá-lo numa coordenação conjunta com doenças cujo enfrentamento é completamente diferente, como hanseníase e tuberculose, exatamente em um momento que a incidência de novos casos de HIV volta a crescer entre jovens e adolescentes, entre outros ataques.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Construção de uma Greve Geral para derrubar a Reforma da Previdência de Bolsonaro, Guedes e Maia.

Revogação da Reforma Trabalhista e da Lei de Terceirização; Defesa da justiça do trabalho e recriação do Ministério do Trabalho! Não à Carteira de Trabalho "verde-amarela", sem direitos.

Valorização dos serviços e servidores públicos! Por mais concursos públicos e pela manutenção da estabilidade do funcionalismo, retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF; arquivamento imediato do PL 248/95, PLS 116 e de todos os projetos que atacam a estabilidade.

Em defesa da Educação pública, gratuita, laica e de qualidade; não ao Future-se.

Eleições livres, democráticas e paritárias dos reitores, diretores e demais dirigentes dos serviços públicos, pelos trabalhadores e usuários! Não aos interventores.

Em defesa do SUS 100% público, gratuito, estatal, de qualidade e socialmente referenciado.

Fim da EBSERH e efetivação de seus funcionários ao efetivo das universidades pelo RJU (Regime Jurídico Único).

Estatização das empresas e equipamentos de saúde privada.

Por um plano de produção de medicamentos por estatais do setor farmacêutico para distribuição gratuita para a população! Retorno imediato dos contratos para produzir remédios para diabetes, câncer, hipertensão e outros! Retorno do Programa Brasileiro de Aids, com a verba necessária e sem ingerência moralista por parte de nenhum governo.

Investimentos em moradia e saneamento básico.

Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria.

Correção salarial com aplicação de índice até janeiro de 2020 (Índice do Dieese e Sinal, próximo de 33%); política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias. Pela garantia do direito à data-base, em primeiro de maio. Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes; garantia plena da licença capacitação e qualificação do servidor público. Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos; regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário.

Contra as privatizações e o desmonte dos serviços públicos! Reestatização, sem indenização, das empresas privatizadas pelos governos anteriores!

Em defesa das liberdades democráticas e da livre manifestação e organização dos trabalhadores! Não ao ataque às entidades sindicais! Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT. Liberação de ponto para as atividades sindicais e de dirigentes sindicais, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas.

Por um plano emergencial de geração de emprego, com direitos e salário digno.

Suspensão e auditoria imediata do pagamento da dívida pública.

Não à Corrupção! Punição e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores!

15 - MINERAÇÃO

Considerando que:

Na mineração, nos últimos anos, sobretudo depois do crime de Mariana/Brumadinho, vem deixando mais claro a etapa da decadência do capitalismo e da nova divisão internacional do trabalho imposta nos últimos 30 anos. Nessa nova divisão o Brasil é rebaixado a exportador de matérias-primas e plataforma regional para as multinacionais, enquanto setores inteiros da indústria são desativados (como a de informática), o que chamamos de relativa desindustrialização.

As medidas que os governos levam para adequar o Estado Brasileiro como privatizações, retiradas e flexibilização de direitos trabalhistas, desmonte de conquistas sociais, como saúde e educação levam a destruição de forças produtivas, (piora considerável das condições de vida da população, a destruição do planeta em níveis jamais vistos, o genocídio da juventude negra, a perda da soberania). Esses são traços não só no Brasil, mas em toda América Latina, e no conjunto dos países semicoloniais.

No caso da Vale, em Mariana e Brumadinho, pode afetar milhões de pessoas, além das mortes, pela falta de água potável, doenças, destruição de Rios e Bacias hidrográficas importantes, como o Rio Doce, Rio Paraopebas, Rio São Francisco.

A burguesia nacional com sua covardia, aceita passivamente as migalhas que o imperialismo joga de sua mesa. Antes, aliada ao projeto "nacional-desenvolvimentista", com "desenvolvimento com dependência", promoven-

do uma "certa" industrialização, hoje dedica-se a saquear o Estado, através de títulos da dívida pública, ou da corrupção velada, e parte do agronegócio e comércio. Sua subserviência ao imperialismo mata qualquer possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas no país. Sua decadência produz a barbárie de viadutos caindo, museus queimados, genocídio da juventude negra, destruição da Amazônia, dos Rios, ameaçando diretamente sobrevivência do conjunto da população.

O reformismo do PT, de Lula e Dilma, com seu social-liberalismo só aprofundou essa dinâmica e suas consequências. Utilizando dinheiro público do BNDES foram criados grandes grupos como competidores globais, em setores primários e secundários: a própria Vale privatizada, JBS, BRFoods, Gerdau, CSN, entre outras. O objetivo utópico era entrar no mercado mundial com grandes empresas capazes de dominar, ou pelo menos, disputar os seus "nichos".

Com a crise econômica mundial de 2007/2008 que começou nos EUA, os países dependentes, como os BRIC´s adotaram as chamadas medidas anticíclicas, com investimentos estatais em infraestrutura, (PAC, e crédito para financiar o consumo). O resultado foi que na disputa por "nichos" acelerou o processo de colonização e "especialização" ainda maior em determinados produtos primários, como o minério-de-ferro. A partir de 2010 a Vale concentra sua produção em minério de ferro, e começa a desfazer de ativos com outros tipos de minerais. Além de aplicar uma reestruturação produtiva e precarização que, entre outras coisas, levam a demissão de pelo menos 12 mil trabalhadores.

O caso da Vale é um escândalo. Foi privatizada por 4 bilhões, em 1997. Desde então multiplicou por 4 a produção de minério de ferro, comprando outras mineradoras menores, aumentando a produtividade e, por consequência, os rejeitos, com os mesmos métodos de barragens já antiquados. Entre os anos de 2000 e 2017 a empresa teve um lucro líquido de US$ 86 bilhões de dólares, desses US$ 41,6 bilhões de dólares foram entregues aos acionistas como dividendos. Isso foi possível pelo enorme aumento de produtividade conseguido pela empresa a custa de milhares de demissões, da piora constante das condições de trabalho. E essa dinâmica não é diferente nos outros setores da mineração como a CSN privatizada no mesmo período.

À medida que avança os traços parasitários da atividade mineradora, mais claros também ficam os traços autoritários. As expansões da produção e, por consequência das barragens são feitas utilizando por um lado o método de barragem por "alteamento a montante", que é mais barato, e com mais risco também. Era o mesmo usado na barragem de Fundão, em Mariana. Os impactos dessas expansões eram feitos sem levar em consideração as condições físicas das barragens, sem discussão com as comunidades, muitas vezes perseguidas por capangas contratados pelas mineradoras e pressionadas pelos prefeitos e vereadores, financiados pela Vale. E como já dissemos, acompanhada por demissões, terceirizações e precarização das relações de trabalho.

Além disso, a fraude nos licenciamentos ambientais avalizada pelos governantes, sejam do PSDB, Aécio e Anastasia ou Pimentel (PT), auxiliaram em criar várias "bombas-relógios" no Estado. São 698 barragens estimadas e pelo menos 300 delas apresentam riscos. Algumas delas estão abandonadas há décadas sem nenhum controle do Estado.

Para garantir seus interesses, as mineradoras garantem investimento nas campanhas eleitorais dos principais candidatos, em todos os estados onde tem atividades. O financiamento das campanhas eleitorais se estende à Câmara Federal, Senado, Assembleias Legislativas, Prefeituras, Câmaras Municipais. Nas eleições de 2014, a Vale gastou R$ 82 milhões, em 25 Estados. 139 parlamentares estaduais e 101 federais, além de sete governadores e dez senadores, foram eleitos em 2014 - para a legislatura que se encerra agora - com alguma participação dessas mineradoras em suas campanhas.

A corrupção se estende também ao judiciário. A Vale deve bilhões em multas ambientais, previdenciárias e trabalhistas, sem que isso signifique uma intervenção e que tanto governantes e judiciário a obrigue a pagá-las. Em Mariana não pagou nenhuma multa por ter matado 19 pessoas, destruído diversos povoados, destruído córregos e o Rio Doce, afetado a vida marinha, os pescadores, enfim... Ninguém foi preso até hoje.

Isso garante que esses governos sucateiem os órgãos de fiscalização e concessão de licenças ambientais. Além de aprovar leis que limitem as multas em caso de desastre ou mesmo que facilitam a concessão dos licenciamentos. Em 2015, por exemplo, 20 dias após o rompimento da barragem de Fundão, o governador do PT, Fernando Pimentel, enviou projeto para a Assembleia Legislativa, que flexibiliza e acelera o licenciamento para concessões de mineração, sancionado em 2016. As mudanças nesse projeto foram usadas pela Vale para aprovar a expansão em 70% da Mina Córrego Feijão, em Brumadinho. Além da facilidade de licenciamento também tem as fraudes nos laudos ambientais promovidas por empresas contratadas e diretores da própria Vale. Nesse momento questiona-se que a validade de outros laudos de outras minas promovidos pelos mesmos que certificaram a Mina de Córrego-Feijão. Podemos ter outros desastres consecutivos. Na expansão da Mina Casa de Pedra, da CSN, em Congonhas, o desastre pode ser maior ainda. Um colosso de 50 milhões de metros cúbicos (seis vezes maior que Córrego Feijão), 76 metros de altura, classificada como classe 6 (mais alto grau de risco), que paira sobre milhares de famílias, como uma lembrança de que suas vidas estão por um "fio". A sede da CSN por lucro quer aumentar em mais 11 metros alimentados para abastecer o bolso dos acionistas e mais pânico na população.

A Vale tem política específica de controle absoluto dos partidos e políticos da burguesia e das cidades mineradoras. A dependência que esses municípios passam a ter da mineração torna a economia refém das mineradoras. Essas cidades dependem quase que exclusivamente de impostos sobre a mineração para manter os órgãos públicos.

Com o agravamento da crise o capital financeiro e o imperialismo aprofundam a "rapina". Desde o caso Mariana as ações da Vale cresceram 200% em relação a 2015. A partir de 2017 os acionistas estrangeiros conseguem mudar a composição acionária e passam a ter o controle absoluto da Cia, que também não é um processo isolado. Nessa esteira tem a venda da Embraer para a Boeing, os leilões do pré-sal para as multinacionais, mais privatizações, e a ofensiva sobre os direitos trabalhistas e previdenciários.

O caso de Brumadinho e Vale escancaram todas as relações de classe. Entre o Estado e o capital financeiro internacional. A subserviência da burguesia nacional e dos governos, de todas as esferas. O racismo colonial e a imposição e desarticulação de comunidades. O descaso com a vida e a precarização do trabalho e direitos sociais.

Governos de Zema e Bolsonaro propuseram ampliar os desastres. Zema semanas antes de Brumadinho estava negociando a facilitação da volta das operações da Samarco em Mariana. Propôs, inclusive, que as próprias mineradoras se "auto certificassem". Ou que auditorias privadas realizassem o processo de licenciamento ambiental, ao estilo da empresa Tuv-Sud, empresa de consultoria alemã, que aprovou os laudos em Brumadinho. Bolsonaro disse que acabaria com a indústria de multas do IBAMA, para favorecer o agronegócio e as mineradoras.

Agora, tanto o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ex-secretário de meio ambiente de São Paulo, quanto o Secretário do meio-ambiente de Minas Gerais, Germano Luiz Gomes Vieira, são acusados de favorecerem as mineradoras. O Ministro responde a diversos processos de improbidade administrativa por favorecimento destas. O Secretário de Minas Gerais, nomeado por Pimentel, permaneceu no cargo como representante direto das mineradoras.

Frente ao crime da Vale em Brumadinho os dois governos e seus porta-vozes não tiveram dúvidas em defender a empresa e abstiveram prontamente de intervir. Coube à justiça prender alguns executivos de 2º escalão da empresa e de empresa terceirizada. Que já podem ser soltos a qualquer momento. O Ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni descartou qualquer possibilidade do governo federal intervir na direção da Vale. Segundo ele isso "sinalizaria muito mal para o mercado e investidores estrangeiros".

A Vale tem uma política de cooptação muito forte isso ocorre em Mariana, Nova Lima, e Complexo Pará. Nossa Central tem um peso político minoritário, mas importante dentro do movimento geral da mineração, principalmente pela nossa intervenção, nas Minas de Timbopeba (Ouro Preto), e Mina de Fábrica (Congonhas), e nossa intervenção na Mina de Casa de Pedra, da CSN (Congonhas), além do nosso fortalecimento no Metabase Itabira recém incorporado na nossa Central, que tem em torno de 10% da produção mineral da Vale em nível nacional.

- Após os crimes cometidos pela Vale e Samarco (Vale/BHP) em Mariana em 2015 e Brumadinho em 2019, e toda situação de vulnerabilidade das comunidades atingidas pela mineração e seus trabalhadores, quanto à segurança e suas vidas, há um crescimento vertiginoso de adoecimento mental entre os operários e a população em geral, tornando uma questão chave de saúde pública na região.

- Por exemplo, em Mariana, de 2015 até esse ano houve um crescimento de mais de 300% de atendimento no CAPS e 67% de aumento nas tentativas de suicídio, além de uma média de 5 suicídios consumados por ano para uma cidade de 50 mil habitantes nos últimos 4 anos, sendo que a OMS (Organização Mundial de Saúde) considera aceitável uma média de 1 a cada 100 mil habitantes.

- Em Brumadinho, no primeiro semestre desse ano, houve uma alta de 23% nas tentativas de suicídio, e um aumento de 60% no uso de antidepressivos e 80% de ansiolíticos.

- Já em Itabira, cidade berço da Vale, com uma economia quase integral vinculada a mineração, tem historicamente taxas de suicídios superior à média nacional.

- Essa realidade pode ser observada também em outras cidades como Congonhas, Itabira, Barão de Cocais, Nova Lima, Itabirito e Ouro Preto, que vivem diretamente ameaçadas pelo fantasma do rompimento de barragens, e cortes públicos em saúde e assistência social com a justificativa da crise econômica.

- Mais grave ainda é a situação do operário e operária da mineração que vive um cenário do medo por suas vidas e também do desemprego, já que há uma ameaça por parte das empresas de fechamentos de minas.

Nesse congresso queremos impulsionar uma ampla campanha nas nossas estruturas e trabalhar em frente única com outras entidades. Realizar palestras em universidades, escolas, a partir de nosso programa, junto com a denúncia da Vale, na nossa atuação cotidiana.

O 4º Congresso da CSP-Conlutas resolve:

Toda solidariedade ao povo de Brumadinho e aos trabalhadores da Vale S/A e suas famílias!

Chega de Impunidade: a Vale criminosa tem que pagar por seus atos! Cadeia e confisco dos bens dos responsáveis!

Estatização sem indenização da Vale, Samarco, CSN sob o controle dos trabalhadores e das comunidades!

Por mais investimentos públicos na fiscalização das barragens e da atividade minerária!

Pelo fim das barragens! Por mais investimentos para mudança no modelo de beneficiamento de minérios, que gere empregos e preserve o meio ambiente e as comunidades!

As grandes empresas e seus governos são responsáveis por essa situação dramática de adoecimento mental nas cidades mineradoras! Por isso é preciso exigir que as grandes empresas mineradoras e o poder público ampliem a ação e aumentem os investimentos em prevenção e tratamento de doenças mentais de forma pública, de qualidade e universal!

Por um novo modelo de mineração, em que a riqueza produzida esteja a serviço da classe trabalhadora e sirva para o desenvolvimento do conjunto da sociedade e não baseada no lucro acima das necessidades básicas dos trabalhadores e das cidades mineradoras. Por um novo modelo de mineração que não nos explore, adoeça e mate!

16 - BANCOS PÚBLICOS E SISTEMA FINANCEIRO

Considerando que:

Desde 2008 vivemos uma crise mundial, ainda não superada, que irrompe como uma crise no sistema financeiro, se irradiando para o restante da economia global.

Desde o início do século, a fusão do capital industrial e o capital bancário geraram o capital financeiro, que possui enorme poder de decisão sobre onde serão alocados os recursos da economia.

A existência de 13,1 milhões de pessoas desempregadas apenas no Brasil, sem contar os altos índices de subemprego e desalento.

Os cinco maiores bancos do Brasil lucraram, apenas em 2018, a cifra pornográfica de R$ 86 bilhões.

As altas taxas de juros cobradas tanto nos títulos da dívida pública como no mercado geral de crédito resultam que o sistema financeiro drena a maior parte da mais valia nacional.

Em 2017, o valor destinado à Dívida Pública correspondeu a 39,7% de

todo o orçamento, e equivaleu a R$ 986.110.833.381,14, ou seja, quase 1 trilhão de reais. Valor este que em sua quase em sua totalidade foi apropriado pelos rentistas nacionais e internacionais.

A interligação global dos fluxos de capitais implica que os valores expropriados pelos bancos como juros, em todo o mundo, tendem a ser canalizado para os investidores dos países centrais do imperialismo.

A situação atual de drenagem e dependência dos Estados com a dívida pública, inclusive para gastos correntes levam a que toda a sociedade seja vítima de chantagem dos organismos multilaterais e do capital financeiro internacional. A dívida pública, ainda mais em um país dependente, inviabiliza qualquer intento democratizante sério.

Esse poder desproporcional, por parte do capital financeiro, tem resultado na aprovação de leis e reformas altamente prejudiciais a classe trabalhadora, como a Reforma da Previdência e o teto de gastos sociais, que garantem a apropriação privada descarada de fatias ainda maiores dos recursos estatais pelo sistema financeiro.

As novas tecnologias que vem sendo desenvolvidas (em especial a robótica e o 5G) permitem reduzir muito o trabalho necessário para a reprodução da vida humana, mas que até o momento esses avanços têm se transformado em desemprego e não em mais tempo livre para os trabalhadores.

Bolsonaro se comprometeu a não privatizar Banco do Brasil e Caixa. Apesar disso, toca uma política de sucateamento e desinvestimento, vendendo partes estratégicas do negócio para a concorrência. Nos bancos estaduais e regionais a situação é ainda mais grave.

O 4° Congresso Nacional da CSP Conlutas resolve:

Entendemos ser estratégica a defesa dos bancos públicos, frente às ameaças de privatização e sucateamento, pois os bancos públicos têm a função de fornecer crédito menos caro à pequena produção e aos trabalhadores mais humildes.

A tarefa imediata de defesa dos Bancos Públicos não nos impede de ver que apenas a expropriação dos bancos privados e a concentração de todo o sistema de crédito nas mãos do Estado podem viabilizar os meios necessários para que a economia seja regida pelos trabalhadores.

A estatização do sistema financeiro não dará, entretanto, esses resultados favoráveis a não ser que o poder do próprio Estado passe inteiramente às mãos dos trabalhadores.

A expropriação dos bancos não significa de nenhum modo a expropriação dos pequenos clientes.

17 - POR UMA SAÚDE 100% PÚBLICA E ESTATAL

Considerando que:

Vivemos uma grave crise econômica estrutural do sistema capitalista e que a única saída encontrada pela burguesia é o ataque à classe trabalhadora. E que os governos tiram proveito para lucrar mais e mais a custa da exploração dos trabalhadores. Atacam os trabalhadores com demissões, arrocho e redução dos salários, flexibilização dos direitos, aumento do ritmo de trabalho. Todos esses fatores têm uma piora qualitativa na saúde dos trabalhadores e suas famílias. Cresce os casos de assédio moral e adoecimento psíquico, que muitas vezes resulta em aumento do número de suicídios. No setor de saúde, a maioria dos trabalhadores são mulheres e em funções inferiores aos homens, e tem uma sobrecarga maior devido à dupla jornada, além do assédio moral e sexual que sofrem dos seus "chefes superiores".

No Brasil avança uma grande ofensiva liberal do imperialismo e de desnacionalização promovido pelo governo Bolsonaro, sobre as empresas estatais e os serviços públicos. A falta de investimento ao longo dos anos contribui para a desvalorização e consequentemente a entrega do patrimônio público. Que os setores mais afetados são os que são essenciais à população como saúde e educação, que vem sendo atacados há décadas.

A saúde nos termos da Constituição Federal de 1988 é um direito do cidadão brasileiro, assegurado por políticas sociais e econômicas e pelo acesso universal e igualitário aos serviços de saúde. É dever do Estado garantir o exercício desse direito, por força de sua responsabilidade tanto no campo específico das ações e serviços públicos de saúde, exercida por meio do SUS (Sistema Único de Saúde), como, no âmbito geral, ao promover o desenvolvimento social e atuar sobre os determinantes das condições de saúde. (Art.196).

No entanto, na própria Constituição Federal de 1988 já aparece o Art. 199, que cria o "sistema de saúde complementar", privado, que não faz parte do SUS, ou seja, o caráter público e estatal do sistema de saúde já nasce contaminado com o vírus privatista. O nome "complementar" ou "suplementar" dá a entender que é um sistema pequeno, satélite do SUS, mas é exatamente o contrário. Atualmente, o sistema complementar movimenta nada menos do que 57 bilhões de reais por ano, sem contar as isenções fiscais permitidas pelo governo (abatimento do Imposto de Renda).

A vitória que o movimento obteve com a criação do SUS vem sendo sistematicamente atacado e ameaçado pelos sucessivos governos de plantão. Os principais ataques são no financiamento e na sabotagem do caráter estatal do SUS. Os governos do PT Lula e Dilma manteve e ampliou estes ataques. No tocante ao financiamento da saúde não teve nenhuma diferença entre FHC e os catorze anos dos governos de Frente Popular: Fazem uma defesa formal do SUS, mas ataca em suas bases, a saber, seu caráter público e estatal, através de privatizações e do "investimento mínimo" em saúde. Pois todos eles mantiveram fixa a percentagem do PIB que destinam à saúde pública. Mantiveram as isenções fiscais para a saúde privada e filantrópica, que de filantropia não tem nada. Que nada mais é que uma forma que o setor financeiro da saúde se utiliza para adquirir uma serie de incentivos e isenções fiscais dos governos.

Em uma análise histórica, o orçamento da união destinou cerca de 45% para o pagamento da dívida pública, enquanto para saúde a média foram apenas míseros 4% de todo o gasto. Por exemplo, em 2016 foram gastos 3,89% na área da Saúde enquanto para o pagamento da Dívida Pública foram investidos 44,69%. Esses dados fazem com que os gastos com a saúde seja o menor dentre os países integrantes da OCDE- Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Para os demais países, a média é 7,6%.

A situação ficou ainda pior quando analisamos os impactos que a PEC do Teto dos Gastos, promulgada em dezembro de 2016 pelo governo Temer, que impôs o congelamento dos gastos públicos. Na pratica não é só o congelamento dos gastos, mas a redução considerável dos investimentos em saúde, considerando que o crescimento populacional e o envelhecimento da população deveriam ser acompanhados de maior assistência.

Em 2018 já sob o efeito da PEC do teto dos gastos, o governo federal destinou apenas 3,6% do orçamento para a saúde. É abaixo da média mundial, de 11,7%, de acordo com a OMS. É menor do que a média no continente africano (9,9%), nas Américas (13,6%) e na Europa (13,2). Na Suíça, essa proporção é de 22%.

A situação da saúde e da classe trabalhadora se agravou mais a partir de 2019, com Bolsonaro presidente, que é um governo sem limites que ataca os direitos essenciais a população, principalmente a mais pobre. Não bastasse a Reforma da Previdência que acaba com a possibilidade da aposentadoria e os ataques à educação pública, ao meio ambiente, a área da Saúde, também está sendo desmontada por esse governo de ultradireita.

Através do Ministério da Saúde suspendeu contratos com vários laboratórios públicos nacionais para a produção de 19 medicamentos distribuídos gratuitamente pelo SUS, destinados ao combate de doenças como câncer, diabetes e transplantes, o que prejudicou 30 milhões de pacientes em todo o país.

É um retrocesso para a indústria nacional de medicamentos e um risco para a saúde de milhões de pacientes. É um verdadeiro desmonte de milhões de reais de investimentos que foram feitos pelos laboratórios ao longo dos anos, além de uma insegurança jurídica nos Estados e entes federativos.

Embora repleto de problemas e historicamente vítima de falta de recursos, o SUS está entre os modelos mais abrangentes de atendimento no planeta. Cerca de 70% da população brasileira depende exclusivamente do serviço público e muitos tratamentos de alta complexidade só são oferecidos pela rede pública de saúde. Qualquer ataque ou medida que sucateie ainda mais o sistema precisa ser firmemente repudiado pelos trabalhadores e pela população em geral.

O Brasil é 8º maior mercado da saúde privada no mundo. A saúde privada é um dos mercados mais promissores para o grande capital. Mesmo com o reflexo do desemprego que acarretou a perda de planos coletivos para mais de 1,5 milhões de pessoas, o setor segue crescendo seja aplicando reajustes acima da inflação para os consumidores, aumentando a exploração dos trabalhadores do setor e ainda se beneficiando fiscalmente com desonerações para produtos médico hospitalares acrescido de redução de atendimentos que na forma operacional se expressa em beneficiários dos planos que utilizam o SUS.

Dos mais de 245 mil estabelecimentos de saúde no Brasil, 73% são privados e os governos sucateiam o SUS para que todos migrem para o setor privado. Esse mercado altamente lucrativo é resultado dos poucos investimentos na saúde pública, pois obriga a população brasileira a recorrer a serviços privados.

Embora mais de 90% da população seja usuária do SUS, apenas 28,6% utilizam exclusivamente o sistema público; mais da metade dos brasileiros (61,5%) precisa complementar o atendimento do sistema público com pagamentos de consultas e exames, planos de saúde popular, etc. mesmo sem condições de pagar, assim, a saúde privada é uma forma de complementação para os usuários da saúde pública.

O capital privado na saúde encontra-se hoje diversificado em diferentes frentes de atuação, por meio dos chamados planos de saúde, das cooperativas que mantêm convênio com os sistemas municipais e ainda por intermédio da manutenção de convênios com o SUS.

Mesmo com a crise econômica que atinge vários setores da economia, os lucros das operadoras não param de crescer, a receita das empresas que oferecem serviços de plano de saúde cresceu 12% e em 2016 o lucro do setor de saúde privada atingiu 66%.

Lutar contra a privatização da saúde. Por meio das Organizações Sociais, Fundações Estatais de Direito Privado, e a EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), o processo de privatização vai sendo implementado por estados e municípios nos hospitais, nas UPAS e postos de saúde. Cresce a participação das Organizações Sociais (OS) e as Fundações Estatais que, pouco a pouco, substituem os servidores que se vêem obrigadas a assinar contrato de prestação de serviços para essas empresas, senão ficam desempregados. Este chamado 'modelo de gestão', aplicado por todos os governos – seja PT ou PSDB, representa o maior desprezo do direito universal à saúde de responsabilidade estatal, ao passo que estimula a privatização, transfere recursos públicos para o setor privado e compactua com a precarização das condições e relações de trabalho.

Todos os recursos públicos devem ser investidos na saúde pública, pois o motor e a finalidade da iniciativa privada é o lucro e não a saúde plena da população.

Lutar contra a precarização do trabalho na saúde. A terceirização cresce na saúde e tem sido utilizada pelos empregadores tanto do setor público quanto do privado, para diminuir os custos com a remuneração da força de trabalho e para fugir das conquistas salariais e direitos trabalhistas dos trabalhadores efetivos da empresa-mãe.

Segundo pesquisa divulgada em 2015, da Fiocruz/Coren, os trabalhadores da saúde são submetidos à multiempregos, com diversidade de jornadas de trabalho (12, 20, 24,32 e até 44 horas semanais), num cenário de subsalário inferior ou igual a R$1000,00. A jornada média de 100hs semanais, inclui a sub jornada extensiva (bicos). O setor privado é o campeão do subemprego e do subsalário seguido pelo setor filantrópico, público e ensino respectivamente. O setor privado filantrópico, responsável por cerca de 40% do emprego no setor da saúde, registra a maior instabilidade em relação às condições de trabalho.

O setor da saúde no Brasil emprega mais de 3,5 milhões de trabalhadores. A realidade vivenciada por àqueles que laboram no setor público e privado não é muito diferente, cabendo apenas alguns recortes quanto às especificidades de cada setor. Tais profissionais se veem obrigados a trabalhar em dois ou até três empregos, já que a média salarial da categoria não alcança três salários mínimos mensais. O salário médio tem decaído, e ainda os profissionais do setor privado percebem salários 30% menores que àqueles que laboram na saúde pública.

Os profissionais da saúde privada são pressionados pelo cumprimento de metas, pelos padrões impostos nos processos de certificação das unidades de atendimento, assediados e atemorizados pelas ameaças frequentes de demissão; já os profissionais que laboram na saúde pública sofrem com a sobrecarga de trabalho, pelo descumprimento dos planos de cargos e salários, com a falta de condições materiais e com a impossibilidade de atender toda a demanda,

que é crescente e vem acompanhada do sucateamento dos hospitais, UPAs e postos de saúde. Ambas as áreas são afetadas por frequentes acidentes com perfuro cortante e ainda alto índice de depressão e outras doenças relacionadas às condições de trabalho.

Precisamos defender um sistema público que preste a devida assistência aos trabalhadores brasileiros, sem ter como fim o lucro. Este sistema só é possível se gerido pelos próprios trabalhadores. Não podemos esperar que os capitalistas gananciosos ou que o Estado, com seus gerentes corruptos, faça algo por nós.

A Saúde não pode e não deve ser tratada como mercadoria, é um direito básico que todos devem ter acesso. Para isso, é preciso estatizar os hospitais, laboratórios e clinicam privadas, garantindo acesso em todos os níveis, e assistência e tratamento médico integral para os trabalhadores e a população pobre. É preciso investir de forma maciça em saúde, revertendo o que hoje vai para o pagamento da dívida aos banqueiros para essas áreas sociais.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Defender incondicionalmente o SUS! Exigimos universalização total e estatização de todo o sistema, hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias, todos os hospitais privados inclusive filantrópicos. Por um SUS 100% público e estatal!

Nenhum dinheiro público para a rede privada.

A defesa do SUS passa necessariamente pela derrota de todo o processo de privatização.

Isonomia salarial e contratação todos pelo estado, fim das terceirizações, redução da jornada, gerará mais de dez milhões de empregos públicos.

Assegurar mais recursos e responsabilidades do Estado brasileiro no financiamento da saúde, exigindo o fim da DRU (Desvinculação de Recursos da União), que retira 20% dos recursos constitucionalmente destinados às áreas sociais e recursos específicos para ações e serviços de saúde.

Rejeitar a adoção do modelo de gerenciamento por fundação estatal de direito privado, organizações sociais e Oscip (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), bem como regimes de concessão pública. Defendemos a ampliação dos serviços públicos como condição para efetivar a universalidade e a integralidade da atenção.

Proibir a cessão de servidores públicos para as Oscip e coibir que hospitais privados usem recursos e patrimônios públicos.

Defendemos a rejeição pelo Congresso e Senado Federal do Projeto de Lei nº 92/07 e determinar ao Ministério da Saúde e às secretarias de saúde a realização de auditorias nas unidades e serviços de saúde terceirizados, contratualizados e em regimes de concessão pública efetivados pelo SUS, com o objetivo de cancelar todas as terceirizações no setor de saúde pública.

Pela absorção dos(as) trabalhadores(as) do setor privado pelo governo federal, acabando assim as terceirizações e a precarização desses setores.

Contratação de profissionais de Saúde em todos os níveis, incluído os médicos, abertura imediata de concursos públicos para tal.

Criar política de desprecarização garantindo os direitos trabalhistas e os meios de efetivação de todos os trabalhadores da saúde nos vários níveis de atenção, teto salarial, isonomia salarial para profissionais de mesmo nível de formação e de carga horária, adicionais de insalubridade, risco de vida e periculosidade aos profissionais de saúde, em exercício nos serviços de saúde, nos índices de 40% sobre o piso salarial.

Que seja garantida a isonomia do piso salarial mínimo do Dieese de R$ 4.259.90 a todos os trabalhadores da saúde no Brasil.

Regulamentar a jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os trabalhadores da saúde.

Implementar as políticas e as normas relacionadas à saúde do trabalhador, fomentar e implementar ações de promoção, pesquisa e prevenção por meio da elaboração do mapeamento de risco ocupacional e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional para planejamento de ações visando à adequação e à melhoria do ambiente e das condições de trabalho, garantindo os direitos de todos os trabalhadores, bem como garantir o adicional de insalubridade para todos trabalhadores da saúde.

Lutar pela insalubridade de todos os trabalhadores da saúde:

Implantar e garantir que os cargos de diretor e gerente das unidades públicas de saúde, incluindo os hospitais de pequeno, médio e grande porte, sejam escolhidos pelos trabalhadores e usuários por meio de eleições diretas;

Revogação imediata da Reforma Trabalhista;

Revogação da lei da terceirização;

Revogação da EC 95/2016;

Contra a Reforma da previdência! Em defesa das aposentadorias;

Nenhum serviço a menos! Nenhum trabalhador de saúde a menos!

18 - AS REFORMAS TRABALHISTAS E O DESMONTE DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Considerando que:

Segundo dados de 2019 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a média mundial de mortes de trabalhadores e trabalhadoras em acidentes de trabalho é de 1000 por dia. Além disso, contam-se 6500 óbitos devido a doenças ocupacionais, totalizando cerca de 2,8 milhões de vidas perdidas anualmente. No Brasil, contam-se cerca de 700 acidentes de trabalho por dia e a cada 3h38 um trabalhador morre pela ausência de prevenção e políticas de preservação da sua saúde. As mulheres são especialmente afetadas.

No contexto da crise econômica, a flexibilização das relações de trabalho imposta pela sede de lucro da burguesia contribui enormemente para agravar este quadro. Não é à toa que, em nosso país, de cada 10 mortes, 08 são de trabalhadores terceirizados e com relações de trabalho frágeis.

A reforma trabalhista é um marco na ofensiva contra a classe trabalhadora brasileira. Como pode ser lido na Carta de Xerém, aprovada no 3º Encontro de Saúde do Trabalhador da CSP-Conlutas (2018): "A reforma trabalhista [...] já começa a fazer seus efeitos no julgamento das ações trabalhistas e nas mudanças nos contratos coletivos de trabalho, nas convenções coletivas e nas alterações das NRs (Normas Regulamentaras)". Esse processo só veio se aprofundando desde então, como exemplifica a MP 871 que promove, nas palavras do governo, um "pente-fino" nos benefícios concedidos pelo INSS, mas na realidade visa retirar direitos de ainda mais trabalhadores.

Simultaneamente, o governo também ataca em outra frente: desmonta toda a estrutura do Estado que, mesmo não sendo por si só favorável aos trabalhadores, abre brechas para garantia de conquistas, como o MTE (Ministério do Trabalho) e a Fundacentro, órgão responsável exatamente por produzir e difundir conhecimentos sobre as questões de saúde do trabalhador. A extinção do Ministério do Trabalho já está significando menos fiscalizações para cumprimento das normas de segurança, sem contar na diminuição de quadros de fiscais e equipe que em algumas regiões do país atuavam eficazmente coibindo os desmandos dos patrões. Ainda temos que falar da situação dos servidores alocados neste extinto órgão, a maioria deles estão adoecidos por não conseguirem atender a população com os serviços públicos, que as superintendências prestava.

Os cortes de investimento também arriscam a existência do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, vinculado ao MPT (Ministério Público do Trabalho), cuja base de dados é de grande valor para o conhecimento da realidade da classe trabalhadora neste aspecto.

Não temos memória curta. O governo Bolsonaro avança a passos largos no processo descrito até aqui, mas não o iniciou: o gradual desmonte tem precedentes nos governos anteriores, a exemplo da medida do governo petista de Dilma Rousseff que restringiu o acesso ao seguro-desemprego e ao abono do PIS em 2015. A própria defesa da reforma da Previdência feita por governadores petistas hoje mostra que a agenda do ajuste fiscal anti-povo é compartilhada por alguns setores da oposição ao presidente atual.

Um fenômeno que vem ganhando cada vez mais visibilidade de dois anos para cá é o da chamada uberização. Como forma radical de precarização do trabalho, tem colocado a vida dos trabalhadores em risco real. O triste episódio da morte do entregador do aplicativo Rappi Thiago de Jesus Dias, que faleceu em consequência de um AVC quando fazia entrega em bairro da classe média alta paulistana e não teve nenhum tipo de apoio da referida empresa, ilustra esta realidade.

O Brasil tem hoje mais de 45 mil desempregados e mais de 33 mil subempregados, totalizando uma massa de 78,7 milhões de trabalhadores fora do mercado de trabalho formal, o que é usado pelos capitalistas como elemento de pressão sobre os direitos da classe, inclusive no que toca às condições de saúde e segurança, como bem mostra o caso das alterações nas NRs que aumentam o risco para quem trabalha com máquinas e equipamentos e libera a maioria das empresas brasileiras da orientação de possuir um designado com funções equivalentes à CIPA.

A tragédia de Brumadinho é um símbolo da situação da classe trabalhadora brasileira: o maior acidente de trabalho desta década, conforme a OIT, vitimou 277 trabalhadores da Vale e moradores da região, sem contar que ainda há 49 desaparecidos que possivelmente nunca terão a chance de ser enterrados por suas famílias. A imensa onda de lama que ceifou estas vidas é a imagem mais crua do destino que o capitalismo brasileiro reserva aos de baixo.

Houve avanços importantes no último período no Setorial de Saúde da central, como demonstrado no sucesso do Encontro de Xerém no ano passado.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Orientamos os sindicatos da central que estruturem departamentos ou secretarias de saúde para atuar junto às CIPAs com o objetivo de que sejam instrumentos reais de defesa dos interesses da classe no local de trabalho com papel ativo na elaboração de documentos como o PPRA, PCMSO e mapas de risco.

Estes organismos devem incluir a atenção aos terceirizados, maiores vítimas de acidentes de trabalho. Além disso, os sindicatos devem buscar abarcar a luta pela saúde e segurança dos trabalhadores subempregados, como os vinculados aos aplicativos de entrega e transporte (Uber, Rappi etc).

Organizar a luta contra a flexibilização das NRs, porta aberta para ampliar os já altos índices de acidentes de trabalho no país e para acabar com as CIPAs.

Também é necessário enfrentar as consequências da Reforma da Previdência, que obrigará quem realiza funções caracterizadas como insalubres ou com risco direto à vida a cumprirem a idade mínima para requerer aposentadoria, acabando com a aposentadoria especial e expondo os trabalhadores ao risco por muito mais tempo.

Dar continuidade a campanha pela Reestatização da Vale e demais Mineradoras sob o controle dos trabalhadores. Exigimos a punição aos culpados pelo Crime da Vale em Mariana e Brumadinho, indenização a todas as famílias das vítimas, plano de recuperação ambiental e adequação imediata das barragens ao menor risco ambiental e à vida dos trabalhadores.

Orientamos os sindicatos que façam notificação dos adoecimentos e acidentes de trabalho. Há algumas formas possíveis de notificação, uma delas é a abertura de CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho), porém, a utilização nas categorias públicas é mais dificultada, necessitando talvez de cooperação com Cerests (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador) ou outras instituições. Em alguns serviços públicos há o CAS (Comunicado de Acidente em Serviço), existe também o Sistema de Informação de Agravos de Notificação, ou mesmo a possibilidade de o sindicato construir um instrumento próprio para sistematizar os dados de acidente e adoecimento. O importante é que os sindicatos se organizem para utilizar algum destes sistemas, produzindo dados estatísticos sobre a ocorrência de acidentes e enfermidades relacionadas ao trabalho na categoria.

Para embasar as lutas, incentivar que os sindicatos elaborem pesquisas na base das categorias, utilizando, por exemplo, questionários a serem respondidos pelos trabalhadores com questões sobre assédio, sintomas de adoecimento, LER-DORT entre outros podem ser valiosos para identificar problemas. Pesquisas qualitativas também são importantes - reuniões com grupos de trabalhadores para levantar quais elementos da organização do trabalho são percebidos como potenciais adoecedores, quais seus efeitos e como os trabalhadores lidam com eles.

Buscar auxílio técnico nas instituições públicas e universidades para assessorar nesta luta, bem como se posicionem contra o seu desmonte pelo governo Bolsonaro. Alguns exemplos são: a Fundacentro, presente em diversos estados brasileiros; universidades, pois algumas possuem laboratórios, cursos e grupos de pesquisa que abrangem esta temática e podem ajudar; ou mesmo os Cerests, órgão do SUS que, dentre suas funções está principalmente na assistência, vigilância e fiscalização, mas em vários locais também auxi-

lia tecnicamente empresas e sindicatos.

Realizar atividades de formação, publicação de cartilhas e outros materiais sobre saúde e segurança para as categorias, como meio de passar informação qualificada sobre o assunto e fomentar a luta.

Avançar da organização do Setorial de Saúde e Segurança do Trabalhador, realizando encontros e espaços de debate.

19 – AGRONEGÓCIO E O CAMPO

Considerando que:

Existe um grande avanço do agronegócio brasileiro, baseado no aumento do latifúndio, da exploração do trabalho, na degradação do meio ambiente, e no uso desenfreado de agroquímicos nocivos a saúde humana e ao ecossistema.

Que este projeto, integrado ao capitalismo internacional, foi fomentado durante os governos traidores do PT, e tem alcançado seu ápice neste governo de ultradireita de Bolsonaro, à custa da destruição da natureza e dos povos do campo.

Vivemos uma verdadeira tragédia ambiental, onde a destruição do meio ambiente cada vez mais se torna uma política de estado, e o desmatamento, queimadas, ação de mineradoras e a monocultura têm devastado os biomas de norte a sul do Brasil. Ao norte o desmatamento e as queimadas na Amazônia ameaçam um cataclismo global, enquanto ao sul a monocultura da soja vem assolando o bioma pampa. Junto a isso, a caça e tráfico de animais silvestres põem em risco de extinção espécies únicas da fauna brasileira.

Tem ocorrido um aprofundamento dos ataques aos territórios indígenas, quilombolas e povos tradicionais da floresta, por parte do estado, de grileiros, latifundiários, mineradoras e madeireiras, que tem se constituído em um verdadeiro genocídio físico e cultural. Sendo esses povos a maior resistência de oposição ao modelo de expansão do agronegócio, e por isso se tornado alvo principal da violência do capital no campo.

A aniquilação dos direitos trabalhistas e previdenciários que afeta diretamente os trabalhadores rurais assalariados, junto ao desmantelamento das políticas públicas de incentivo a agricultura familiar e camponesa tem aprofundado a exploração do trabalho e o êxodo rural, com o empobrecimento e esvaziamento das comunidades rurais.

Essa situação põe em risco a soberania alimentar brasileira, onde 70% dos alimentos são produzidos pela agricultura familiar e camponesa. O sucateamento do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e por consequência a paralisação total do Programa Nacional de Reforma Agrária e das políticas de estruturação dos assentamentos, tem sido uma política desde os governos do PT até o governo Bolsonaro, e tem se aprofundado devido à criminalização dos movimentos sociais e das lutas no campo, com o aumento do número de assassinatos de lutadores e lutadoras do campo, e o abandono e isolamento dos assentamentos da Reforma Agrária.

A violência contra a mulher e a opressão de gênero é uma realidade cotidiana no campo brasileiro, onde o patriarcado mantém fortes estruturas tradicionais, que na maioria das vezes se mantém veladas devido ao isolamento geográfico e familiar.

A política traidora, reformista e de conciliação de classes do PT, enfraqueceu e cooptou várias lideranças, organizações e movimentos camponeses, tendo sido uma derrota para a classe como um todo e tendo freado a luta dos camponeses e camponesas em comparação ao período anterior ao governo Lula.

Existe a necessidade de construção de um programa realmente revolucionário e socialista para o campo, que unifique os povos do campo e da floresta e as pautas ambientais, econômico-produtivas e culturais para a luta e a resistência contra o agronegócio e o latifúndio capitalista.

A crise do sistema econômico e de suas instituições após a derrota do projeto de Frente Popular resultou na eleição de um governo de ultradireita apoiado pelo agronegócio e latifúndio.

Essa crise que atinge diretamente o setor de produtos industrializados fortaleceu a participação do agronegócio no PIB (Produto Interno Bruto). O agronegócio fechou o ano de 2018 com participação de 21,6% do PIB e a estimativa para 2019 é de crescimento de 5,0 a 6,0%, apesar do recuo de 0,15% em janeiro/2019.

O agronegócio brasileiro é dividido em 04 segmentos: insumos, primários, agroindústria e agro serviços. Esses segmentos correspondem a um a cada três empregos gerados no ano de 2018. O fortalecimento da participação do agronegócio no PIB é resultado direto da precarização das relações de trabalho: reforma trabalhista e lei de terceirizações e da flexibilização da legislação de proteção ambiental a Lei de Florestas Públicas (Marina Silva/PT/2006) e da aprovação do Código Florestal (Aldo Rebelo/PCdoB/2012).

Em 2019, no governo Jair Bolsonaro, foram aprovados 169 novos agrotóxicos, número que supera o total de 2015, sendo que 48% são de alta toxidade e 25% proibidos na União Europeia. Essa grande aprovação de agrotóxicos influi diretamente no PIB no seguimento de insumos que já apresenta alta de 0,86% em maio/2019.

A reconfiguração dos postos de trabalho tem deixado milhares de trabalhadores sem emprego no campo. A redução dos postos de trabalho ampliou a exploração do trabalho e aumentou a quantidade de acidentes de trabalho fatais no campo. O PNAD (Plano Nacional de Amostras de Domicílios) de 2013 identificou que 72,3% dos assalariados rurais não tem carteira de trabalho assinada; 88,9% são do sexo masculino; 68,9% se declaram negros ou pardos e 58% estão acima dos 39 anos de idade.

O governo do Temer (PMDB) seguindo os passos de Lula e Dilma (PT) priorizou o agronegócio em detrimento da agricultura camponesa. Nos anos de 2001 a 2008, o Brasil passou de 6º para 3º maior produtor mundial de commodities.

O Ministério da Agricultura Pesca e Abastecimento, a partir de Lula passou a ser ocupado pelo agronegócio. A frente do MAPA, Kátia Abreu aprovou no governo Dilma o Plano Safra 2015/2016 o valor de 187,7 bilhões e em 2016/2017 foram investidos 202,8 bilhões; contra 28,2 e 30 bilhões para a Agricultura Familiar no mesmo período. Já Bolsonaro suspendeu e repasse de R$ 800,00 milhões do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) 2018/2019 e no Plano Safra 2019/2020 destinará para o agronegócio o valor de R$ 220,56 bilhões contra R$ 31,22 bilhões para a Agricultura Familiar.

O agronegócio, que tem sua maior concentração no sudeste, no estado de São Paulo com a cana-de-açúcar. Avança a passos largos para as áreas do chamado Matotiba, composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, expulsando comunidades quilombolas e indígenas de suas terras, além dos pequenos agricultores para implantar monocultura de cana, soja, eucalipto, dendê, entre outras.

Em 2019, Jair Bolsonaro, nomeia para o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Tereza Cristina, deputada eleita pelo DEM/MS e presidente da FPA (Frente Parlamentar Agropecuária). Bolsonaro e Tereza Cristina implementam no governo o discurso belicista usado na campanha eleitoral, realizam uma ampla reorganização na governa de terras através da Medida Provisória nº 870 incorporando o Incra e a demarcação de terras indígenas a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, sob o comando de Nabhan Gracia, no MAPA. Nabhan é presidente da UDR (União Democrática Ruralista) e foi investigado em 2003 pela CPMI da Terra por formação de milícias rurais contra os movimentos sociais.

Com o resultado das eleições de 2018, o agronegócio passou a ser governo. Os ruralistas incorporaram ao governo a suspensão da demarcação e titulação de terras e criação de assentamentos da reforma agrária e unidades de conservação. Nabhan Garcia arquivou todos os todos os processos de desapropriação de terras e Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente defende a extração mineral e de madeira em unidades de conservação e terras indígenas. A suspensão das políticas públicas de acesso e permanência na terra potencializam conflitos fundiários individuais e coletivos.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Contrapor o agronegócio e o latifúndio capitalista, com um projeto e um modo de produção socialista e agroecológico de desenvolvimento para o campo.

Luta pela defesa e autonomia dos territórios e povos indígenas, quilombolas e tradicionais do campo.

Lutar pela defesa do meio ambiente e pela preservação e conservação de fauna e flora de todos os biomas brasileiros. Contra a monocultura, o desmatamento, as queimadas, a caça predatória e a mega mineração.

Lutar por uma reforma agrária socialista e territórios coletivos.

Combater o patriarcado capitalista e a violência contra a mulher, assim como a LGBTfobia, aprofundando o debate feminista e de gênero no campo.

Fomentar a construção de grupos e territórios coletivos e autogestionários com trabalho comunal no campo, com base em valores de solidariedade e apoio mútuo.

Fomentar redes de cooperação, comercialização e solidariedade político-produtiva entre os povos do campo, da cidade e da floresta.

Defender e fortalecer as escolas e a educação do campo, com uma pedagogia de educação popular do campo e para o campo.

Estatização das terras para garantia de usufruto pra quem nela trabalha.

Cobrança imediata das dívidas previdenciárias, trabalhistas e ambientais do agronegócio.

Expropriação e destinação para o Programa Nacional de Reforma Agrárias das propriedades identificadas com trabalho escravo ou análogo a escravidão tráfico de drogas.

Criação de Unidades de Conservação Extrativistas.

Demarcação de terras indígenas e titulação dos quilombos.

Proibição de extração mineral e madeireira em terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação.

Estatizar as agroindústrias, sob o controle dos trabalhadores, com produção voltada à soberania alimentar e ao consumo interno.

Uso coletivo da terra.

Reforma agrária sobre o controle dos trabalhadores.

20 - APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Considerando que:

Os trabalhadores e trabalhadoras aposentados são memória viva da coragem e das lutas do povo brasileiro, elo entre as batalhas de ontem e as de hoje;

A crise econômica persiste no Brasil e os principais indicadores socioeconômicos acusam a piora do nível de vida da classe trabalhadora brasileira, como mostram os 78 milhões de desempregados e subempregados;

Uma das consequências deste fato é que, na medida em que adultos jovens não conseguem se colocar ou se manter no mercado de trabalho, cada vez mais famílias dependem da renda dos aposentados para chegarem ao fim do mês. Em 2018, estimava-se que 5,7 milhões de famílias, 12% a mais que três anos antes, dependia quase exclusivamente dessa renda;

A população com mais de 65 anos representa hoje 14,3% da população economicamente ativa no Brasil, de 15 a 64 anos, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O país tem mais de 30 milhões de idosos e essa proporção tende a crescer. Assim sendo, se faz importante ter políticas públicas para a atenção a população idosa bem como que os movimentos populares incorporem a pauta dos idosos;

A projeção é para que em dez anos a população idosa no Brasil chegará a 38,5 milhões (17,4% do total de habitantes); exatamente por isso teremos que ter políticas para impedir que essa população seja tão atacada pelos governos como é hoje;

Vivenciamos o sucateamento paulatino do SUS – Serviço Único de Saúde. A intenção de todos os governos é entregar a saúde pública de bandeja para os grandes tubarões do sistema privado. Desta forma, a população que mais necessita de acolhimento e atendimento médico, fica refém dos altos preços dos planos de saúde, quando conseguem pagar; e se por hora esperam o SUS, amargam a falta de atendimento;

Quando se considera que os reajustes das aposentadorias têm sido pequenos, ao mesmo tempo em que aumentam as tarifas de serviços básicos como luz, água, transporte, bem como o preço dos aluguéis, vê-se que as perspectivas de milhares de famílias trabalhadoras são muito preocupantes;

O governo de Jair Bolsonaro, tal como já fizeram gestões anteriores, classifica os aposentados como privilegiados. Uma mentira deslavada, já que a maioria dos benefícios pagos pelo INSS não passa de um salário mínimo;

Toda esta situação é respondida ainda pelo governo com uma política econômica que só favorece a burguesia brasileira e a internacional, a exemplo da Reforma da Previdência;

Tal plano consiste no desmonte do Estado brasileiro, de inúmeras conquistas das gerações de trabalhadores e

trabalhadoras nos últimos 40 anos, de entrega do patrimônio nacional à burguesia estrangeira, como a Embraer, Correios e Petrobras;

Mais do que nunca é necessário que a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) avance na articulação e unificação de iniciativas das diversas entidades filiadas para resistirmos aos ataques dos governos.

A mesma tarefa segue colocada também a nível estadual para a Fapesp)Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado de São Paulo).

O 4o Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Participar ativamente das lutas dos trabalhadores (as) aposentados e pensionistas, incorporando suas reivindicações cada vez mais às pautas gerais de luta.

Lutar pela revogação da Reforma da Previdência, da Trabalhista e demais ataques que atingem o conjunto de nossa classe.

Trabalhar ativamente para avançar na unidade dos trabalhadores da ativa e dos aposentados, como forma de fortalecer a luta coletiva contra os governos e seus ataques. Para isso, as entidades filiadas à central precisam avançar na organização dos aposentados em suas bases.

Lutar pela valorização dos serviços públicos e contra sua privatização, dado que sua transformação em fonte de lucro para os empresários explica o aumento das tarifas que corroem o orçamento familiar.

Pela defesa do SUS como sistema público que tenha políticas de acolhimento e atendimento à população idosa.

Que as entidades sindicais fortalecem a organização dos aposentados e da população idosa, criando departamentos, secretarias ou associações específicos para organizar os aposentados.

Que as organizações sindicais enviem representantes aposentados a reunião da coordenação nacional da CSP-Conlutas para que tenham espaços de debater de forma unitária e nacional a luta dos aposentados no Brasil.

Que a CSP-Conlutas organize o 1° encontro de aposentados e pensionistas da central.

Participação garantida dos aposentados e pensionistas nas discussões das reuniões, congressos e demais articulações como cláusula aprovada neste congresso.

Que a CSP-Conlutas encaminhe a luta dos servidores aposentados e pensionistas para que a lei 13324-16 que trata da gratificação de desempenho seja estendida a todos os aposentados e pensionistas que ficaram de fora.

Plano de saúde para aposentados e pensionistas e idosos subsidiados pelo governo

Denunciar a restrição no atendimento do INSS à população e imposição de metas abusivas aos servidores. Os servidores federais, trabalhadores do INSS, vem a público denunciar no 4° Congresso Nacional da CSP-Conlutas, realizado entre os dias 03 e 06 de outubro de 2019, para todas as entidades e para a população brasileira, a política de restrição de acesso às agências do INSS, seguindo a dinâmica de desmonte e Extinção da Previdência Pública, que através de atos e portarias internas do INSS está proibindo o atendimento presencial à população.

O INSS ainda é o maior distribuidor de renda do país, atendendo mais de 35 milhões de brasileiros.

A implementação de novas tecnologias e o chamado INSS Digital, que deveria ser mais uma opção de acesso aos serviços, vem sendo utilizado como forma de restringir o acesso e com isto precariza o atendimento de milhares de pessoas, desconsiderando que grande parte da população Brasileira não tem acesso sequer a internet.

Cabe destacar que os maiores prejudicados pela restrição de acesso é a população pobre do país e principalmente os mais idosos.

Apesar da propaganda de modernização, o INSS possui problemas estruturais com déficit de funcionários, lentidão de sistemas, rede de internet precária em mais de 65% das agências e parque tecnológico obsoleto.

Cabe ressaltar que as novas tecnologias estão sendo implementadas no contexto do ajuste fiscal, fechando agências e visando substituir mão de obra de trabalhadores em uma categoria que já se encontra com seu quadro funcional defasado, tendo a perspectiva de aposentadoria de mais da metade de seu efetivo até o início do próximo ano.

Hoje a quantidade de servidores para atender a população é insuficiente para o tamanho da demanda. As filas que antes se aglomeravam nas portas das agências, agora ficam ocultas na nuvem virtual. O tempo mínimo de espera para a análise da maioria dos benefícios ultrapassa os seis (6) meses.

O INSS e o governo Bolsonaro além de penalizar a população que depende desse serviço, penalizam os trabalhadores do INSS que estão sofrendo assédio institucional com a imposição de metas abusivas e condições de trabalho injustas, com a transformação da análise e reconhecimento de direitos em uma verdadeira linha de produção.

Os trabalhadores do INSS não são responsáveis pelo colapso e crise da rede de atendimento do INSS, essa crise foi criada pelo governo e pela gestão deficitária e o Instituto encontra-se á beira de um colapso.

Por fim, defendemos que o INSS:

- Não restrinja o atendimento em suas agências à população;

- Que as modalidades virtuais sejam utilizadas como uma opção de acesso e não como forma de restrição de acesso à população;

- Pela abertura imediata de concurso público como forma de garantir um serviço público com eficiência e qualidade para a população;

- Contra o Assédio Moral imposto aos trabalhadores do INSS e por condições de trabalho dignas.

21 - UNIFICAR A JUVENTUDE COM OS TRABALHADORES PARA LUTAR CONTRA OS ATAQUES DE BOLSONARO!

Considerando que:

Os novos ataques do governo Bolsonaro, como a reforma da previdência e a medida provisória dos trabalhos aos domingos, afetam diretamente a juventude trabalhadora. Hoje, grande parte da juventude encontra-se no desemprego ou em empregos informais e precarizados, como empregos de aplicativos, vendedores ambulantes ou emprego sem direitos trabalhistas formais, fazendo com que a perspectiva de futuro da juventude sob o capitalismo seja cada vez pior.

A perspectiva de futuro precário à juventude trabalhadora se acentua com os grandes ataques que o governo Bolsonaro desfere à educação pública. A começar pelos cortes na educação, com o contingenciamento de 30 % das verbas das instituições públicas federais em maio, agora já somam um total de 6,2 bilhões em cortes.

Existe uma interferência ideologia do governo e do MEC nas escolas e instituições públicas, com nomeações de reitores ou interventores feitas pelo governo em diversas universidades, institutos federais e escolas, como no colégio Pedro II, no Rio de Janeiro e na UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), entre outras.

O projeto do governo é uma política de avançar cada vez mais na privatização da educação, projeto este que tem como pano de fundo uma política entreguista do governo e reflete uma política do imperialismo para a educação na América Latina, para garantir lucro das grandes empresas de educação. A máxima deste projeto entreguista foi encabeçada pelo ministro da educação, Abraham Weintraub, chamado "Future-se" reflete isso.

Na educação básica, a reforma do ensino médio está sendo aplicada nas escolas, fazendo parte desse projeto de precarização e privatização do ensino básico.

As escolas públicas estão cada dia mais sendo precarizadas, com cada vez situações mais difíceis de trabalho para os professores e com uma estrutura cada vez pior.

Existe uma política de repressão das lutas e de apoio do governo a ditadura, como Bolsonaro já declarou várias vezes, e que isso reflete em mais policiamento dentro das escolas, institutos e universidades. Em São Paulo, por exemplo, o governador João Dória (PSDB), que implementar um projeto chamado "Aula Segura", que de acordo com ele vai servir para "expulsar os estudantes transgressores", mas que de fundo é uma política para reprimir a luta e organização dos estudantes.

Além deste cenário de falta de perspectiva, a juventude negra e pobre da periferia está sofrendo cada dia mais com o genocídio nas favelas, com uma política evidente de extermínio do estado e do governo, como por exemplo aconteceu no mês de agosto no Rio de Janeiro, em que seis jovens foram mortos pela polícia em menos de 6 horas.

A juventude LGBT também é perseguida. O Brasil é um dos países que mais mata LGBTs no mundo, que Bolsonaro e seus agentes, como Damares, impõe uma política de ataques as LGBTs, que influenciam diretamente na vida da juventude LGBT. Isso reflete diretamente na instabilidade do trabalho, que se leva essa população aos empregos mais precarizados ou à marginalidade.

Soma-se a essa situação o fato de que os cortes na educação e o projeto "Escola Sem partido", fazem com que a discussão de gênero e sexualidade nas escolas fique mais restrita, fazendo com que a situação da juventude LGBT piore.

Às mulheres jovens a situação não é diferente. A decadência do capitalismo coloca mais ainda uma situação de violência contra as mulheres. No Brasil, os índices de feminicídio aumentaram neste ano de 2019. Além disso, o Governo promoveu cortes que impactam diretamente no combate à violência machista, o que reflete que as mulheres jovens são vítimas constante do assédio, da violência e dos estupros.

Contra esse cenário de falta de perspectivas de um futuro, a juventude e os trabalhadores protagonizaram no início desse ano lutas muito importantes no Brasil, contra os cortes na educação e a reforma da previdência, que colocaram milhares de pessoas nas ruas do país.

A UNE, direção majoritária do movimento estudantil atualmente, muitas vezes capitula ao projeto de conciliação de classes do PT e PCdoB, e em muitos momentos ao longo desses anos traiu a luta da juventude.

A luta da juventude acontece em nível internacional, como vimos esse ano também na Costa Rica, Argentina e, mais recentemente, no Chile, como parte dessa luta pela educação e contra a precarização da vida. Além das lutas protagonizadas pelos jovens na Europa, que construíram lutas ao redor do mundo para lutar por medidas efetivas que combatam as mudanças climáticas.

A luta em defesa da educação e contra as reformas também deve combinar com a luta contra o capitalismo. O sistema capitalista faz que a educação esteja a serviço da burguesia e do lucro, e torna a vida da juventude e dos trabalhadores cada vez pior e com menos perspectivas.

As lutas da juventude devem estar sempre aliada a luta dos trabalhadores, como fizemos na luta contra a reforma da previdência, pois só assim conseguiremos avançar na luta em defesa dos nossos direitos e na luta contra o capitalismo.

O Governo Bolsonaro ataca frontalmente a ciência e a tecnologia no Brasil, sobretudo com os cortes e contingenciamentos das agências de fomento do país (Capes, CNPq e Finep), fragilizando a ciência e a soberania nacionais.

Esses cortes afetam diretamente os estudantes de pós-graduação que vivenciam uma precarização histórica sem reajuste das bolsas desde 2012. Além do baixo valor das Bolsas e da obrigatoriedade da dedicação exclusiva (estudantes bolsistas não podem trabalhar), os estudantes da pós não são reconhecidos enquanto profissionais da ciência, não gozam de direitos trabalhistas e nem de regulação da atividade. Muitos desses estudantes não têm o direto a férias e não possuem horário de trabalho regulamentado, sendo obrigados à jornadas exaustivas sem pagamento de horas extras.

A situação torna-se ainda mais crítica para pesquisadoras mulheres, negras e negros, LGBT's e migrantes que, muitas vezes, além de sobreviverem com o baixo valor das bolsas, precisam enviar parte da renda para suas famílias. Em um ambiente de forte exploração e opressão, não há sequer nenhuma iniciativa a nível nacional de auxílio psicológico, apesar do alto número de transtornos e suicídios.

Frente aos ataques sofridos pela educação pública brasileira, em especial no caso da educação superior, em que o projeto de privatização se apresenta hoje com mais violência no programa Future-se, encaminhando para ser consolidado em proposta no dia 15 de outubro e que pode, inclusive, passar em seguida a tramitar como Medida Provisória, considerando que o movimento estudantil traçou várias batalhas através de passeatas e paralisações, ocupações que foram vitoriosas, mas que não resultaram em nenhum recuo do Governo Federal.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Contra a reforma da Previdência e a medida provisória do trabalho aos domingos! Pela revogação da reforma da trabalhista e da lei da terceirização! Em defesa do emprego!

Contra os cortes na educação e o projeto "Future-se"! Não a privatização da educação!

Fora ministro da educação!

Chega de ingerências conservadoras nas escolas e universidades!

Não à reforma do ensino médio! Por mais verbas para a educação pública!

Contra os cortes e contingenciamentos da Capes, do CNPq e da Finep.

Pelo reajuste imediato das bolsas de pós-graduação e que as mesmas sejam reajustadas anualmente.

Que os alunos da pós-graduação oriundos de outros estados também tenham direito à moradia estudantil.

Não à criminalização dos movimentos sociais! Lutar não é crime!

Pelo fim do genocídio da juventude negra, pobre e das periferias! Pela desmilitarização já e pelo fim da PM!

Basta de violência contra as LGBTs! Não ao projeto "Escola Sem Partido"!

Chega de violência machista! O capitalismo e o machismo estão nos matando!

Em defesa da unidade da juventude com os trabalhadores, através do fortalecimento da CSP-Conlutas, que se mostra como uma alternativa popular e sindical.

É preciso pautar por uma saída efetivamente radical para a luta: Greve Nacional da Educação por tempo indeterminado, buscando construí uma greve geral.

Todo apoio e solidariedade às lutas da juventude ao redor do mundo! Nossa luta é uma só!

22 - OS POVOS INDÍGENAS

Considerando que:

São 519 anos que o capitalismo tenta cometer o total genocídio contra os povos indígenas. Aos brasileiros que estão assustados com os ataques deste governo dizemos: sejam bem-vindos ao Brasil! Durante muitos anos os povos indígenas lutaram sozinhos, os povos originários estão denunciando a destruição dos territórios, da cultura para o dito progresso. Mas nesse momento os indígenas enfrentam um governo de ultradireita, estão estendendo as mãos, estão conseguindo amplificar a voz, se conectar com outros povos, movimentos e outras lutas.

Com essa mobilização conseguiram derrotar a municipalização da saúde indígena, realizaram o Acampamento Terra Livre na Esplanada dos Ministérios, com muita mobilização dos povos de todo o país forçaram a fala os presidentes do Senado e da Câmara dos deputados e conseguiram derrotar também a afrontosa destruição da Funai.

Os povos indígenas demonstram que não tem medo e que não irão recuar.

Sabemos que a principal estratégia do governo é dividir o povo, e os ruralistas que dominaram o governo e a pasta de assuntos fundiários especialmente o Sr. Nabhan Garcia, estão percorrendo várias aldeias de nossos parentes se aproveitando da situação difícil que os povos indígenas enfrentam pela ausência de políticas públicas adequadas, obstáculos para a demarcação de terras indígenas e sucateamento da Funai, para assediar as comunidades com promessas vãs de que devem arrendar suas terras, abrir espaço para mineração, plantio de soja, eucalipto e outras formas de destruição da natureza e da cultura, a eles os povos indígenas estão dizendo: não iremos recuar!

Sabemos da estratégia do capitalismo que dividiram o continente sul americano com o objetivo de explorar o rio, a mata os minérios para mandar todo esse recurso para a Europa, e outros continentes, passamos por esses processos todos desde os jesuítas, bandeirantes, perseguição da ditadura militar.

Também já enfrentamos a perseguição cristã que até hoje se mantém presente, dizendo que a religião, modo de vida, tradição e crenças não são verdadeiras....

Destacamos que a luta dos povos originários do mundo é a mesma luta que vemos aqui no Brasil, denunciamos que estão matando as nossas comunidades, matam nossas lideranças, levam corpo não sabemos para onde.

Na região Oeste do Paraná, os ruralistas e políticos como a senadora Gleisi Hoffmann (PT) falam que não existe indígenas na região, quando na verdade fomos expulsos de lá para construir a Itaipu, grande 'progresso nacional da morte' que inundou as aldeias e quando os indígenas retomaram esse território, foram chamados de invasores.

Em Santa Catarina dizem que o Povo Guarani é paraguaio, jogando a opinião pública contra os povos originários, essa estratégia é conhecida, eles atacam a identidade para negar os direitos, a isso os povos da região respondem: nossa terra é a Yvyrupa, não temos fronteiras!

É um momento difícil, os povos indígenas estão sendo impedidos pela justiça de se manifestar, uma decisão da justiça de Umuarama criminaliza as lideranças dizendo que os indígenas não podem usar os símbolos da sua cultura porque isso ofende a polícia. Os povos originários falam em bom tom reafirmando que não irão se calar, os povos indígenas estão vivendo sob a ameaça do governo Bolsonaro, e as manifestações devem aumentar cada vez mais mostrando a resistência dos povos originários.

Destacamos que, além dos direitos relacionados à terra, os indígenas sempre tiveram que lutar pelo direito à educação diferenciada, sonegada pelo Estado brasileiro, ao saneamento básico e à saúde indígena, que foi construída de maneira participativa nos últimos anos, chegando a uma proposta que precisa ser melhorada e aprofundada, e não destruída, desmontada ou desmembrada para os municípios.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Repudiamos quaisquer alterações nas estruturas do Governo Federal que tentem colocar para enfraquecer os direitos territoriais, como a Medida Provisória 870/2019 e Decreto 9667/2019, que violam o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, e através da qual o representante máximo do Poder Executivo pretendia cumprir suas promessas de campanha e garantir que não haja, em sua gestão, nenhum centímetro de terra demarcada para indígenas e quilombola.

Denunciamos as propostas do Governo Federal que atacam os direitos fundamentais relacionados à saúde indígena, e novamente violam o direito à Consulta Livre Prévia e Informada, além de apagar as especificidades culturais conquistadas com a saúde diferenciada, ao propor a municipalização da saúde indígena, precarizando ainda mais a já mal executada política pública.

Nos levantamos contra os retrocessos na Educação, feitos por um Ministério desqualificado que busca a todo custo cortar recursos em todas as áreas e favorecer interesses de empresas privadas, tendo extinguido de saída a SECADI, secretaria que tinha função de promover os direitos constitucionais de uma educação indígena, diferenciada e específica para cada um dos povos indígenas.

Por fim, nos manifestamos contra a Reforma da Previdência e nos somamos aos trabalhadores da sociedade brasileira na luta contra a retirada dos nossos direitos historicamente conquistados, particularmente quanto às mudanças na aposentadoria rural, que afetarão profundamente as comunidades e os anciãos.

Defendemos e lutamos pela demarcação de todas as terras indígenas, pelo não retrocesso e garantia dos direitos originários e pela segurança e não criminalização das lideranças.

BALANÇO

23 - BALANÇO POSITIVO REAFIRMA CSP-CONLUTAS E TRAJETÓRIA DE COMBATIVIDADE E POLO DE ATRAÇÃO PARA ORGANIZAR E DIRIGIR A CLASSE TRABALHADORA

Considerando que:

A nossa Central se construiu fruto de um amplo processo de luta e ruptura com o governo de Lula e a sua reforma da Previdência. Nasceu com vocação para a luta, independência em relação aos governos, contra a conciliação de classes, combativa, internacionalista e com uma estratégia socialista.

Tem um formato inédito de organização sindical e popular que reúne não só trabalhadores organizados em sindicatos e oposições, mas também movimentos populares, juventude e de luta contra as opressões, e se consolidou como o polo mais importante de resistência e reorganização sindical e popular à esquerda, confirmando um acerto político e estratégico.

Vivemos uma forte guerra social no Brasil e no mundo e uma polarização política que se acirrou no país desde as jornadas de junho de 2013. Diante do aprofundamento da crise, a CSP-Conlutas se distinguiu de outras centrais com uma posição independente, priorizando a construção de um campo classista e a busca incessante da unidade de ação nas lutas, para enfrentar os ataques dos governos. Sejam os de Frente Popular (Lula e Dilma) ou da direita clássica, como de Temer (MDB), e agora, de extrema direita, de Jair Bolsonaro (PSL).

Em 2017, apesar dos efeitos da crise econômica, o desemprego e os ataques aos direitos, os trabalhadores demostraram uma grande disposição de luta e realizaram uma forte greve geral em 28/4, a maior da história do país. A marcha de 120 mil no Ocupa Brasília de 24/5 colocou a Central num patamar diferenciado de combatividade, resistência e bravura, quando dirigiu a resistência dos trabalhadores contra a repressão da PM. Esses processos foram determinantes para a derrota do governo Temer na tentativa de aprovar a reforma da Previdência.

Ainda em 2017, aconteceu o primeiro chamado à Greve Internacional de Mulheres e a CSP-Conlutas foi a única central a apoiar e construir ações em suas bases, repetindo essa orientação nos anos seguintes.

Em 2018, nossa Central votou a consigna do FORA TEMER e esteve à frente de todos os processos de luta contra o governo, bem como participou dos atos #EleNao, que foram as grandes expressões nas ruas contra o projeto de ultradireita de Bolsonaro, mesmo antes dele ser eleito. Lutamos contra a intervenção militar no Rio de Janeiro, cujo único objetivo era impor a violência contra o povo pobre e preto das favelas.

A Central não vacilou em apoiar com firmeza o movimento de greve dos caminhoneiros. Apesar das contradições de sua forma organizativa e composição social, essa greve paralisou o país em colocou em xeque o governo Temer. Nosso apoio veio seguido das exigências de redução e congelamento dos combustíveis e do gás de cozinha, defesa da Petrobrás 100% estatal, dentre outras. Enquanto as demais centrais vacilaram, a CSP-Conlutas não teve dúvidas em apoiar o movimento desde o seu início.

No marco das lutas contra a reforma trabalhista, a Central defendeu uma nova greve de 48h junto ao Fórum das Centrais Sindicais. Foi aprovado realizar uma greve geral em 30/6, no entanto, às vésperas da data, a maioria das centrais recuou sob a promessa de que o governo apresentaria uma alternativa ao financiamento da atividade sindical, após o fim do imposto sindical. Essa traição resultou na aprovação desta reforma, praticamente sem resistência. A CSP-Conlutas foi a única a desenvolver alguma luta no dia da votação.

Neste mesmo ano, participamos de um calendário intenso de atividades, como a luta contra a PEC dos gastos públicos e o projeto Escola sem Partido. Fomos à luta nos dias 29/8 e 7/9 (Grito dos Excluídos). A Central se incorporou às lutas de diversos setores da classe: 30 e 31/8 e 1°/9; Seminário do Fonasefe: 12/9; Caravana dos SPF à Brasília: 28/9; Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta de Descriminalização do Aborto; além da participação e organização em vários outros seminários. No terreno da formação e fortalecimento das relações internas e com os movimentos populares, foram realizados o Encontro Nacional do Luta Popular e Seminário Nacional do Campo, além do Seminário Jurídico Nacional.

Nossa Central segue atenta ao tema das opressões e nesse período tivemos várias iniciativas, como o envio de delegação para a Argentina na luta pelo aborto legal, a realização de marchas contra a falsa Abolição e por reparações ao povo negro, bem como campanhas e consolidação de debates sobre o tema, que se tornaram tradição, por exemplo, nas reuniões da Coordenação Nacional.

Nas eleições presidenciais, nossa posição foi afirmar que "não há saída por dentro do sistema e que é necessário construir uma frente de ação permanente na busca do poder para os trabalhadores e o povo pobre, oprimido e explorado, tendo em vista que a principal contradição da realidade brasileira opõe os interesses da ampla maioria do povo àqueles que representam o capital internacional, os grandes monopólios e o latifúndio". Indicamos o voto nos candidatos da classe, os lutadores sociais. Frente à possibilidade de eleição do ultradireitista Bolsonaro, indicamos o voto crítico em Haddad, de forma independente e sem nenhuma adesão programática à FP. Foi um acerto político importante que nos favoreceu no diálogo com o ativismo que tinha receio da eleição do candidato do PSL.

Em dezembro, tivemos a participação com uma delegação expressiva nas manifestações contra o G20 na Argentina, sob o mote "Não ao G20 e suas políticas neoliberais de ataque aos trabalhadores e à juventude". Uma importante ação internacionalista, que combinou com as campanhas pela libertação de Daniel Ruiz e contra a perseguição de Sebastian Romero, e con-

tra a extradição de Cesare Battisti.

O ano de 2019 é marcado pela eleição e luta contra o governo de Bolsonaro, uma figura de ultradireita, defensor da ditadura e tortura; apologista da perseguição aos comunistas (movimentos sociais e sindicatos), racista, LGBTfóbico, xenófobo, machista e toda forma de discriminação e opressão. O projeto de Bolsonaro e seu ministro da economia, Paulo Guedes, propõe a venda do país e entrega da Amazônia para o agronegócio e a mineração, além da destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários. Bolsonaro nunca foi o candidato privilegiado da burguesia, mas desde o início de seu governo se impôs uma grande unidade dos setores burgueses para aprovação de reformas e ajustes fiscais. Com a ajuda de Rodrigo Maia, presidente da Câmara, o governo conseguiu impor uma derrota aos trabalhadores com a aprovação da Reforma da Previdência. No entanto, a luta não acabou e uma das tarefas mais importantes neste momento é seguir organizando os trabalhadores para tentar derrotar a reforma, unindo o conjunto da classe e construindo uma nova greve geral do país. Há que se registrar que novamente o papel das Centrais Sindicais e da dita esquerda institucional foi traidor e nefasto. Após a importante greve geral de 14J, as centrais e se recusaram a organizar um novo processo que poderia reverter essa derrota. A política foi privilegiar as negociações no Congresso e retirar alguns pontos da reforma, atendendo os governadores, incluindo os do PT e PCdoB que estão a favor do projeto da burguesia. Uma posição criminosa! Nossa central não vacilou em denunciar essa traição e se diferenciou realizando um Dia Nacional de Lutas em 06/08 (incorporado formalmente pelas Centrais) que, embora minoritário, serviu para mostrar a combatividade da Central e que há um setor que não se entregou e resiste. Foi marcante também a presença de nosso ativismo na greve nacional da educação e nas manifestações do 13 de agosto.

A busca da unidade de nossa classe impôs esforços na construção e integração em espaços de articulação amplos na tentativa de destravar as lutas, como o Fórum das Centrais, Fórum pelos direitos e liberdades democráticas, Brasil Metalúrgico, Fonasefe etc. Porém, manteve uma postura independente e classista não se incorporando às frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, que, apesar de se apresentarem como um polo à esquerda, defendem um projeto que de conteúdo não se diferencia dos projetos de FP. Não são fóruns de unidade de ação, de luta, mas frentes orgânicas que se articulam com um programa de combate ao "golpe" e objetivo eleitoral em favor de um governo dito "progressista", ainda que muitas vezes travestida de mal menor, e que se expressa no movimento "Lula livre". Esses setores não levam em consideração que a frente Popular esteve no poder, se utilizou dos mesmos métodos de corrupção dos partidos genuinamente burgueses; fez um governo de conciliação de classes que beneficiou banqueiros e todo o empresariado, atacando os direitos dos trabalhadores e desenvolvendo projetos que hoje são base para Bolsonaro aplicar no terreno das reformas.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

A CSP-Conlutas deve reafirmar sua não participação e total independência em relação a frentes de defesa dos objetivos frente-populistas. Nossa política foi, e seguirá sendo, de se empenhar na construção de frentes e espaços de unidade de ação para lutar com vários objetivos: Não à reforma da previdência; Não ao projeto Escola sem Partido; Contra a carteira de trabalho sem direitos; Não às privatizações; Em defesa das liberdades democráticas, pelo direito de manifestação, organização e greves; Por emprego, salário, terra e moradia; Contra toda a forma de opressão e discriminação; Não à criminalização das lutas e dos movimentos sociais. É nesse sentido que nossa ação deve se desenvolver no próximo período.

Devemos seguir batalhando para a mais ampla unidade de ação, porque ela é necessária para a mobilização da nossa classe para enfrentar o governo de ultradireita de Bolsonaro. Neste sentido, temos que impulsionar a unificação das campanhas salariais do 2° semestre e também na unidade entre as lutas dos sindicatos e dos movimentos populares pela não aprovação e contra a reforma da Previdência. Neste marco, a unidade deve estar a serviço de enfrentar de conjunto a política ultraliberal e de semiescravidão de Bolsonaro, derrotando seu projeto nas ruas e nas greves. Ao mesmo tempo, a Central deve seguir mantendo sua autonomia programática e estratégica.

Devemos estimular todos os setores que se aproximam para que tenham uma participação orgânica, nos fóruns e na construção da Central. A Central vem se fortalecendo neste último período de lutas e precisamos avançar na organização mais ampla dos setores classistas dispostos a construir uma alternativa unitária.

Reafirmar a vocação da Central em construir a unidade na luta e seguir fortalecendo essa alternativa classista; uma organização de frente única de caráter sindical e popular, estimulando e participando e disputando os processos que ocorrem na base, em particular no movimento operário e no campo, apresentando nossa alternativa e aproximando ainda mais estes setores de nossa entidade.

No terreno da reorganização, os setores mais dinâmicos têm sido os de luta por moradia e pela terra. A CSP-Conlutas, a exemplo dos projetos de expansão e de seminários camponeses já realizados, deve investir ainda mais nesses setores, sem abandonar, mas combinar, com o trabalho de enraizamento da Central nos setores operários. Nesse sentido, devemos manter o curso e disputar os trabalhadores da base das centrais burocráticas, através do estímulo das oposições sindicais, das disputas pela filiação à Central nos fóruns do movimento, etc.

Para isto é decisivo a auto-organização nas fábricas, nos bairros, nas escolas, nos locais de trabalho, nos movimentos populares e de luta contra as opressões, estudantis, entre outros. A CSP-Conlutas com sua estrutura e organização está a serviço desta estratégia transformadora e para superar aquelas direções que pregam a conciliação de classes e levam os trabalhadores a derrotas.

Continuaremos participar de todas as iniciativas que buscam unir a luta, Fórum das Centrais, Fórum por Direitos e Liberdades Democráticas, Brasil Metalúrgico, Fórum Contra as Privatizações, Fonasefe e outros.

PLANO DE AÇÃO

24 - SOBRE PLANO DE AÇÃO

Unificar as lutas já para derrotar Bolsonaro e seu projeto de ditadura e proposta de semiescravidão! Frente Única e unidade de ação para lutar e derrotar Bolsonaro! Encontro e unidade dos lutadores!

Aos nove meses desse governo autoritário e de extrema direita de Bolsonaro/Mourão é possível perceber a violência do projeto de ditadura, entrega do país e da proposta de semiescravidão que ele quer aplicar.

A floresta amazônica queima e as árvores vêm abaixo para servir aos interesses de mineradoras, grileiros e latifundiários. O desemprego agride violentamente as famílias trabalhadoras mais pobres e junto com isso assistimos à redução dos salários, a precarização do trabalho, a ofensiva sistemática contra direitos trabalhistas e sociais, como o ataque às aposentadorias com a recém aprovação da Reforma da Previdência no Senado.

O ataque à soberania nacional e o projeto de entrega do país – das estatais, do território, do subsolo - para o capital internacional e para o sistema financeiro é uma verdadeira pilhagem. Trata-se de um governo capacho de Trump e inimigo da classe trabalhadora, da juventude e do povo pobre.

Esse governo ultraliberal na economia tem um projeto político conservador e autoritário. Bolsonaro, seus filhos e toda uma ala desse governo defendem o revisionismo histórico, a ditadura, a tortura e o obscurantismo. Atacam a ciência, a pesquisa, a cultura, as universidades, os professores e defendem o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Não à toa estamos assistindo um aumento avassalador dos crimes de machismo contra as mulheres, bem como da LGBTfobia.

Sendo um governo militarizado, faz um discurso que lembra a defesa dos esquadrões da morte da ditadura (no que é copiado por governadores como Witzel-RJ). Faz apologia e propaga a violência da polícia e do Estado nas comunidades pobres, aumentando o genocídio da juventude e do povo pobre e negro das periferias e o encarceramento em massa.

Assistimos estarrecidos uma menina como Ágatha, no Rio de Janeiro, ser baleada pelas costas, com seus 8 anos de idade. Os nossos tombam diariamente nas periferias. No campo brasileiro e na floresta, vemos avançar o latifúndio, grileiros armados e mineradoras sobre as terras de quilombolas, dos povos indígenas e povos da floresta. Na Amazônia, podemos estar sob a ameaça de um novo genocídio indígena, sob a cumplicidade das FFAA, que não auxiliam o Ibama e, na verdade, protegem os que promovem o desmatamento.

O governo estimula o assédio moral nas empresas, quer aumentar a repressão sobre as lutas (com ajuda de governadores, como fez Doria e sua PM na Embraer) e ataca as liberdades democráticas. Tenta trazer de volta a censura (mais uma vez com ajuda de governadores e prefeitos); ataca e tenta restringir o direito de greve, de expressão e de organização da classe trabalhadora e dos movimentos populares. Ataca os sindicatos e o movimento sindical e não esconde querer acabar com "todo ativismo". Tenta atacar também a liberdade de imprensa, vide as ameaças ao jornalista Glenn Greenwald; atacou o pai do presidente da OAB Fernando Santa Cruz, que foi morto pela ditadura. Atacou a Comissão da Verdade e desmontou a Comissão de Mortos e Desaparecidos, nomeando uma maioria de defensores da ditadura e dos torturadores.

Mas a reação e enfrentamento da nossa classe é incessante e nos mostra o caminho que devemos trilhar e fortalecer. Desde a campanha eleitoral existe um movimento nas ruas em oposição ao Bolsonaro, conforme vimos nos protestos do #EleNão liderado pelas mulheres em outubro de 2018. Após a posse Bolsonaro e Mourão têm o menor nível de popularidade para esse tempo de gestão. É um governo improvisado, produto do profundo grau de crise do sistema capitalista, do esgotamento do regime da Nova República, do projeto neoliberal e de reversão colonial do país, aplicados por todos os governos, incluindo os do PT. Ele pode ser derrotado.

Esse governo, embora seja tolerado pela maioria da classe dominante e tenha apoio dela para aplicar o "ajuste" ultraliberal, se desentende quando se trata de dividir a pilhagem e o roubo da superexploração. É um governo frágil para aplicar o projeto que defende e tende a crises.

Apesar das nuances em temas ligados a pauta autoritária e dos costumes existe todo um setor de direita, liderado por Rodrigo Maia (DEM), que atua em unidade com Bolsonaro, o general Mourão e o Ministro Guedes para votar medidas no congresso nacional.

Embora carregue o perigo do autoritarismo, ao ter atrás de si a alta cúpula dos militares, de onde nunca se pode descartar hipóteses de autogolpes, por outro lado, pode também arrastar as FFAA (Forças Armadas) para dentro da crise, com o aumento do desgaste do governo e o aprofundamento da polarização da luta de classes.

De todas as suas contradições, a maior delas é que a classe trabalhadora, os setores populares do campo e da cidade e a juventude não estão derrotados, têm capacidade de luta e podem derrotar nas ruas, com greves e manifestações, Bolsonaro-Mourão e seu projeto de ditadura, de entrega do país e semiescravidão.

Desde o carnaval, que a oposição das ruas entrou em cena. O 8 de março e os atos por Marielle cumpriram seu papel. A Assembleia da Classe Trabalhadora, em fevereiro, pavimentou o caminho do dia nacional de lutas das Centrais contra a reforma da previdência em 22 de março. O 15 de maio foi um ponto alto, com atos massivos pelo país no que ficou conhecido como o tsunami da educação. Dia 30 de maio, foi outro dia importante. O 14J, dia da Greve Geral, poderia ter sido um dia mais forte e menos desigual, não fossem as cúpulas das Centrais iniciar o desmonte do processo de luta contra a reforma da Previdência e em defesa do emprego e da educação, para privilegiar negociações no Congresso (enquanto governadores da oposição negociavam e defendiam claramente a Reforma da Previdência, com pequenas diferenças, junto com Rodrigo Maia).

Como bem definiu a SEN (Secretaria Executiva Nacional) da nossa Central: "Apesar dos esforços e insistência política da CSP-Conlutas, bem como das denúncias contra a cúpula dirigente das Centrais Sindicais, o fato é que essas direções se recusaram a chamar nova Greve Geral ou mesmo um novo 'Ocupa Brasília'. Essa atitude acaba por colaborar com o espúrio acordão que vimos se realizar no meio parlamentar. Tanto parte da cúpula das Centrais, como Paulinho da Força Sindical ou Wagner Freitas, presidente da CUT, respectivamente, comemoram o 'resultado' do 1º turno da votação na Câmara dos Deputados ou limitam-se a dizer que 'a luta agora deve ser Senado', revelando seus propósitos de seguir impondo a paralisia do movimento da classe trabalhadora contra essa 'reforma' e o fazem

juntamente com dirigentes de outras Centrais" (SEN da CSP-Conlutas).

Contudo, nem bem o governo e a burguesia acabavam de ter uma vitória econômica com a votação da Reforma da Previdência, abriu-se a crise com os incêndios na Amazônia, levando Bolsonaro pela primeira vez a falar em cadeia nacional de rádio e televisão e receber um panelaço como resposta. E explodiram atos positivos da juventude em todo pais.

Quando realizamos nosso Congresso, podemos estar entrando em um novo momento em que há possibilidade e necessidade de organizar e unificar as lutas de batalhões pesados da classe trabalhadora brasileira, como petroleiros, trabalhadores dos Correios, metalúrgicos, eletricitários, estudantes, trabalhadores da Educação, funcionalismo público federal e outros, juntamente com os movimentos populares, indígenas e quilombolas. Todas essas lutas do ponto de vista objetivo enfrentam politicamente o governo Bolsonaro e seu projeto. Essa é, como veremos abaixo, a primeira tarefa do nosso plano de ação. Defender a organização unitária da greve em petroleiros e demais setores, e uma agenda unificada.

A contradição maior, mais uma vez, é que enquanto a Petrobrás e Bolsonaro usam o TST (Tribunal Superior do Trabalho) para tentar dividir e impedir os petroleiros de lutar, a FUP (Federação Única dos Petroleiros) joga suas fichas na Justiça e segura a greve dos petroleiros. No Senado, o governo aprova a Reforma da Previdência em acordo com a oposição, que em troca de negociar a partilha da cessão onerosa do pré-sal (privatização da Petrobrás), aceitou não fazer obstrução.

Governo e oposição (governadores e parlamentares) negociam a grana do mega leilão de privatização do petróleo que vai ocorrer mês que vem, sendo que, depois da entrega da BR Distribuidora, estão na fila sete refinarias para serem privatizadas. Isso tudo quando os petroleiros poderiam estar organizados para entrar em greve com Correios, eletricitários e outros setores, encurralando o governo.

Da mesma maneira, a oposição, o PT e seus governadores estão negociando a PEC Paralela (Projeto de Emenda Constitucional), que deve votar a reforma da Previdência de professores e servidores de estados e municípios, e Bolsonaro e Rodrigo Maia já falam em reforma Administrativa.

Vemos às vezes também uma verdadeira "unidade de ação" entre governo e oposição. Um exemplo é o que fez e está fazendo o governador Flávio Dino, do Maranhão (PCdoB), em relação à entrega da base de Alcântara aos EUA e à desocupação de comunidades como a do Cajueiro e dos quilombolas.

A tarefa da nossa classe e de todas suas organizações é organizar a luta unificada, em defesa das nossas reivindicações, da soberania do país, do meio ambiente, das liberdades democráticas para derrotar o governo autoritário de Bolsonaro e seu projeto já, nas ruas, nas mobilizações e greves.

O caminho para derrotar Bolsonaro não é desmontando e segurando as lutas; aceitando negociar a retirada de direitos e privatizações no Congresso, compondo Frentes Amplas, eleitorais e de colaboração de classes com a burguesia para 2020 e 2022. Unificar os setores em luta e as lutas é fundamental. A construção da Greve Geral segue sendo uma necessidade.

Se as cúpulas das maiores centrais e de diversas organizações que intervêm na classe trabalhadora tivessem o compromisso de realmente defender os direitos e impedir os ataques do governo, seria o caso de realizar unitariamente um Encontro Nacional de Base de toda a classe trabalhadora e setores populares para organizar a luta. Isso seria uma enorme alavanca para a luta e para a derrota de Bolsonaro. Mas, infelizmente, não é a defesa até o final dos direitos da nossa classe e a luta unificada a prioridade delas.

Nós seguiremos defendendo e intensificando esforços para realizar toda Frente Única possível, entre todas as organizações da classe e movimentos populares, para lutar em defesa das nossas reivindicações. Da mesma maneira que, perante qualquer ameaça às liberdades democráticas, defendemos realizar toda unidade de ação para lutar, como se fez em defesa das greves, contra a censura na bienal do livro, no ato em defesa de Glenn, na defesa do acampamento terra livre, contra os ataques quilombolas, etc.

Nesse sentido, devemos propor um programa mínimo para a ação, com as reivindicações mais importantes e capazes de unir na luta a classe trabalhadora, os setores populares, oprimidos, a juventude. Este programa devemos discutir junto às bases, em assembleias e reuniões, e também às cúpulas das organizações.

- Lutar já pela unificação das lutas em curso

Buscar conscientemente unificar os setores que podem entrar em luta nesse momento, lutar contra o desmonte e entrega de direitos e cercar de solidariedade as lutas que existirem. Unir petroleiros, trabalhadores dos correios, universidades, funcionalismo público, metalúrgicos, bem como indígenas, movimentos populares e defensores da Amazônia e meio ambiente. Articular um plano de lutas e ação unificada em defesa das reivindicações de todos esses setores.

- Manter o chamado à Unidade de Ação e à Frente Única da classe trabalhadora para lutar

Contra Bolsonaro-Mourão, em defesa de um programa mínimo para lutar, devemos seguir propondo e buscando construir a Frente Única e a unidade para lutar com todas as organizações da classe trabalhadora e do movimento popular. Foi isso que fizemos até aqui e seguiremos afirmando que o caminho da luta unitária é o caminho necessário e mais seguro para derrotar esse governo. Seguiremos nos esforçando para que esta unidade para lutar aconteça, mas não nos paralisaremos perante o desmonte de mobilizações ou o imobilismo.

A Frente Única deve ser uma frente de luta. Se ela se converte no seu contrário, ou seja, numa frente que se torna obstáculo para as lutas e sua unificação, é preciso romper o bloqueio e unir quem quiser lutar.

- Unir os que querem lutar e organizar os lutadores

Buscaremos organizar e dar alternativa para unir as lutas e os lutadores, coordenar uma movimentação que permita, desde os estados ou regiões, juntar os setores que querem lutar em torno a um programa mínimo que defenda nossas reivindicações e enfrente a ofensiva dos governos e patrões. Vamos, onde for possível e necessário, realizar encontros de lutadores, que reúna as organizações sindicais, populares e estudantis dispostas a lutar.

Esse processo fortalece a construção pelos lutadores de um polo alternativo de luta, de organização e de independência de classe, e a própria CSP-Conlutas, ajudando a combater o vazio e a desmoralização que as traições e vacilações das cúpulas burocráticas causam na classe e no ativismo.

Vamos colocar a nossa Central ao serviço de ser esse polo consciente da busca da mais ampla unidade de nossa classe para lutar, com independência de classe, e enfrentar os ataques.

Um programa mínimo para ação unitária de nossa classe:

- Em defesa do emprego; redução da jornada, sem redução de salários e plano emergencial de obras públicas nas áreas de saneamento, moradia popular, saúde, infraestrutura e educação;

- Nenhum direito a menos. Contra a Reforma Trabalhista, a Carteira Verde Amarela e a MP 871. Pela anulação das leis das terceirizações. Direitos iguais para todos os trabalhadores;

- Defesa da Educação pública, gratuita e de qualidade; não aos cortes na educação, extensão e pesquisa;

- Defesa dos serviços públicos; valorização, concurso e estabilidade dos servidores públicos das três esferas;

- Em defesa do SUS! Pela distribuição gratuita de medicamentos;

- Defesa da Previdência Pública, das aposentadorias e da seguridade social. Não à Reforma da Previdência e ao projeto de PEC paralela;

- Defesa da soberania nacional. Não às privatizações da Petrobrás, Correios, Bancos Públicos, setor elétrico e outros. Não à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Reestatização das empresas privatizadas;

- Reforma Agrária, já, sob o controle dos trabalhadores. Titulação de todas as terras quilombolas e demarcação de todas as terras indígenas;

-Defesa da Amazônia, do meio ambiente e dos povos da Floresta, contra Bolsonaro-Mourão-Trump; e também contra Macron e demais capitalistas que destroem a floresta, os povos da floresta e o planeta;

- Fim do teto de gastos. Os ricos é que devem pagar pela crise. Suspensão do pagamento da dívida e auditoria;

- Contra toda forma de opressão. Basta de machismo e violência contra as mulheres. Não ao Racismo, LGBTfobia e xenofobia;

- Contra o feminicídio e qualquer forma de violência contra a mulher;

- Defesa das liberdades democráticas; liberdade de expressão, de manifestação, de greves, de organização, de imprensa. Nenhuma censura! Punição aos torturadores e assassinos da ditadura. Ditadura Nunca Mais;

- Derrotar Bolsonaro-Mourão e seu projeto de ditadura e semiescravidão.

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA SINDICAL

25 - SOBRE ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA SINDICAL

Considerando que:

O governo Bolsonaro tem a nítida intenção de liquidar, desorganizar e atacar os sindicatos e o movimento sindical, para dificultar e impedir a luta organizada contra seu projeto de precarização do trabalho e eliminação dos direitos.

Começou esta ofensiva tentando asfixiar financeiramente os sindicatos com a proibição de descontos em folha de pagamento das mensalidades e qualquer contribuição sindical, através da MP 873 que, embora tenha perdido a validade, pode voltar em novo projeto que está sendo anunciado.

A CSP-Conlutas sempre se posicionou contrária ao chamado imposto sindical (contribuição sindical compulsória) por significar um atrelamento em relação ao Estado, gerar uma série de sindicatos "fantasmas" sem representatividade e interessados apenas em abocanhar esses recursos. Por isso, em congresso da Central aprovou-se resolução com orientação para que as entidades devolvessem esse dinheiro aos trabalhadores da base.

Apesar de não termos acordo com este tipo de imposto, sempre nos posicionamos contrários às mudanças feitas pela reforma Trabalhista, como em relação às contribuições sindicais e a MP 873. Isto porque, em nosso entendimento, são os trabalhadores que devem decidir soberanamente em suas assembleias as formas de sustentação de suas entidades e não o Estado, seja pelo Executivo ou Parlamento.

A forma como os ataques do governo Bolsonaro vem sendo feitos implicou em uma crise financeira e política de diversas entidades sindicais, chegando a inviabilizar algumas delas.

Sabendo que novos ataques virão é necessário enfrentar conjuntamente esta situação e defendermos um projeto de sustentação financeira democrático, decidido pela base das categorias.

Tem sido anunciado que o próximo passo do governo Bolsonaro é apresentar uma reforma Sindical cujo objetivo é pulverizar a organização sindical, abrindo caminho para sua liquidação. O fato é que o projeto de ditadura de Bolsonaro não pressupõe sindicatos livres e democráticos.

Paralelamente, a reestruturação produtiva que vem ocorrendo há alguns anos, aprofundada com a reforma Trabalhista e a lei das Terceirizações, impõe uma precarização maior do trabalho, uma divisão entre os trabalhadores, novas categorias de contratos, como o trabalho intermitente, aumento da terceirização, generalização de trabalhos por "aplicativos", a chamada "pejotização" e as novas tecnologias. Isto impõe a necessidade de uma maior organização dos trabalhadores para enfrentar os desafios, dentro e fora dos locais de trabalho.

No funcionalismo público, parte dessa reestruturação produtiva se aplica, especialmente com os cortes públicos e a terceirização da administração do Estado para as chamadas OS (Organizações Sociais), fim dos concursos, propostas de fim da estabilidade, redução da jornada com redução de salário, entre outros ataques. Essa desorganização é combinada com a falta de regulamentação que obriga o Estado a negociar com os trabalhadores do funcionalismo, bem como a insegurança jurídica com relação ao direito de greve do setor, que está entre os projetos que o governo promete implementar.

Por tudo isso, é necessário retomar alguns entendimentos de organização sindical que estiveram presentes na nossa tradição. Neste sentido, a proposta de estrutura sindical que defendemos parte da completa independência em relação ao Estado e aos patrões. Nossa máxima é a organização democrática dos trabalhadores desde os locais de trabalho até centrais sindicais, de acordo com suas decisões, respeitando a democracia operária.

Para fortalecimento das entidades, defendemos a unidade dos trabalhadores em grandes sindicatos e organizações de massas para enfrentar os capitalistas, seus governos e regimes. Essas entidades não podem ter suas bases definidas por lei e sim pelo conjunto dos trabalhadores que devem ser livres para se auto organizarem. Por isso, sempre fomos contrários à unicidade sindical imposta por lei, que impede a livre organização dos trabalhadores em sindicatos, da forma como acharem necessário para encaminhar suas lutas.

A nossa defesa é a unidade sindical na base, a partir da decisão dos próprios trabalhadores, para que possam se auto organizar. Hoje, por exemplo, a unicidade impede que trabalhadores do mesmo local de trabalho estejam sob o mesmo sindicato porque têm contratos de trabalhos distintos, como terceirizados, quarteirizados e vínculo direto. Além disso, impede que trabalhadores de categorias profissionais distintas se organizem coletivamente em uma mesma entidade.

A unidade sindical que defendemos não pode ser confundida com a unicidade. A unicidade prevê um único sindicato por critérios da legislação, imposto pelo Estado e não determinado pelos trabalhadores. Também não pode ser confundida com a dispersão e fragmentação dos trabalhadores como propõe o Governo Bolsonaro, levando à divisão dos trabalhadores com o chamado sindicato orgânico ligado às centrais sindicais, independente da vontade da categoria.

A condição para a unidade dos trabalhadores e da categoria é a democracia operária. O respeito à decisão dos trabalhadores, o livre debate no interior dos sindicatos, a expressão livre das correntes políticas e sindicais. Eleições periódicas e democráticas controladas pelos trabalhadores com condições igualitárias entre as chapas em disputa.

Não cabe ao Estado interferir na estrutura e organização sindical. A legislação deve garantir o livre exercício da liberdade sindical através da proibição das práticas antissindicais, garantir a representação nos locais de trabalho, o direito dos trabalhadores decidirem a forma de financiamento de suas entidades com desconto e folha de pagamento, assegurar a estabilidade no emprego, garantia contra demissões de dirigentes sindicais e das liberdades democráticas relativas às atividades de natureza sindical, como negociação coletiva, direito de greve, liberdade no recolhimento das contribuições sindicais etc.

Parte destas garantias básicas para o exercício da livre negociação e da liberdade sindical é a estabilidade no emprego para todos os trabalhadores. A ausência desta estabilidade faz com que os patrões façam todo tipo de chantagem e imponham sua vontade, deixando os trabalhadores em desvantagem ainda maior.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Se contrapor à reforma Sindical do governo Bolsonaro que tem como objetivo aniquilar com os sindicatos

Apresentar uma proposta que seja construída pelo debate junto com o movimento no sentido do desatrelamento dos sindicatos em relação à estrutura do Estado, com garantias de autodeterminação, auto-organização e independência em relação ao Estado e patrões, baseada na democracia operária.

Orientar todos os sindicatos filiados à Central a fazerem uma grande campanha de sindicalização, organizar grupos no local de trabalho, comissões e demais estruturas que fortaleçam a organização pela base.

Exigir estabilidade no emprego para delegados sindicais e comissões de empresa, bem como a garantia do direito de liberação para as atividades sindicais.

Os próprios trabalhadores devem decidir em assembleias massivas e democráticas as formas de contribuições sindicais, a serem descontadas em folha de pagamento, sem interferência do Estado ou da patronal.

Defender a Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) no que se refere ao direito de organização sindical e livre negociação dos trabalhadores do serviço público, em seus pontos que não implicam em atrelamento ou subordinação ao Estado.

Trazer a luta contra as opressões para dentro dos sindicatos: o machismo, o racismo e a LGBTfobia dividem a nossa classe e temos que fazer da nossa organização um ponto de união dos setores mais oprimidos, que precisam se sentir representados nas nossas ações sindicais. Os sindicatos devem organizar espaços, como setoriais ou secretarias, que tratem e organizem a luta contra as opressões sob o ponto de vista classista.

Fortalecer a unidade operária e popular: é decisivo unificar todos os setores explorados e oprimidos em uma mesma luta e organização e a CSP-Conlutas por seu caráter e perfil cumpre esse papel, que deve ser reafirmado e fortalecido ainda mais. Essa unidade, com uma visão classista e de independência de governos e patrões, potencializa nossa luta contra o sistema capitalista, pela transformação da sociedade e pela construção do socialismo.

Orientar as entidades sindicais a promover esse debate de maneira ampla em suas bases, através dos princípios que nortearam a CSP-Conlutas desde sua origem, tais como a independência de classe, democracia operária e amplo trabalho de base como forma de fomentar uma elaboração coletiva.

Delegar à Coordenação Nacional a construção de uma elaboração coletiva que inclua a realização de seminários, se aproprie dos acúmulos produzidos pelas entidades e elabore um plano com propostas sobre as mudanças necessárias nos nossos sindicatos para enfrentar a nova situação.

ESTATUTO

26 - PARIDADE DE GÊNEROS PARA SECRETARIAS ESTADUAIS

Ampliar a política da paridade de gênero para as Secretarias Executivas Estaduais. Nos Estados onde não for possível implementar imediatamente a paridade, deverá ser garantido o percentual máximo possível de mulheres na composição das chapas e na direção.

COMBATE ÀS OPRESSÕES

27 - COMBATER AS OPRESSÕES PARA UNIR A CLASSE NA LUTA

CONTRA O CAPITALISMO

Considerando que:

O aprofundamento da crise econômica mundial acirra a polarização na sociedade. A política dos sucessivos governos para salvar os capitalistas da crise é atacar os direitos dos trabalhadores. As consequências dessa política e os efeitos da crise têm levado ao rebaixamento das condições de vida do conjunto da classe trabalhadora e submete um setor da classe, especialmente as mulheres, negras e negros, imigrantes e LGBTs, a uma condição de barbárie social com o aumento da miséria, desemprego e violência.

Bolsonaro se elegeu apoiado em um discurso de ódio contra mulheres, negros, LGBTs e imigrantes. Chamou quilombola de vagabundo e incapaz até de reproduzir! A ministra Damares ataca as LGBTs, a "ideologia de gênero", defende uma única forma de família e a submissão da mulher. Reproduzem o que há de mais atrasado em relação aos preconceitos e discriminações criados pelas ideologias de opressão. Para garantir os privilégios da burguesia, intensifica ainda mais a perseguição aos setores oprimidos da classe trabalhadora e institui políticas que restringem o acesso aos direitos democráticos mínimos.

É preciso resistir para barrar as contrarreformas e o seu teor discriminatório contra a Educação Pública, Mulheres, população LGBTT, população Negra e Indígena. As ações do governo Bolsonaro desde o início de seu mandato evidenciam seu ódio ao Movimento Feminista, Negro, Indígena e LGBTT, tendo em vista suas contrarreformas com medidas machista, misógina, LGBTTfóbica e racista, seu projeto elitista repudia todas as políticas de ações afirmativas e sua narrativa moral e discriminatória está sendo usada para justificar os cortes na educação superior e básica, um projeto anticiência está em curso como forma de destruir os espaços de diversidade e de construção do pensamento crítico.

A Reforma da Previdência proposta por Paulo Guedes é o reflexo das políticas discriminatórias do Governo Federal, ao tentar impor a aprovação dessa contrarreforma previdenciária cujos impactos mais duros novamente recairão sobre as mulheres, e de forma ainda mais perversa nas trabalhadoras rurais e domésticas, hoje composta por sua maioria por negras, povos originários e populações tradicionais. Os critérios adotados pelo governo desconsideram persistentes formas de desigualdades de gênero no trabalho.

Em 2018, segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do total de mulheres ocupadas, 23,3% trabalhavam sem carteira de trabalho e 23,9% estavam em atividades por conta própria ou auxiliares da família, ou seja: quase metade (47%) das mulheres inseridas no mercado de trabalho não possuía registro em carteira, o que dificulta a contribuição previdenciária. As mulheres são mais dependentes da pensão por morte (83,7%, contra apenas 16,3% dos homens). Entre os dependentes dos benefícios assistenciais ao idoso(a), dentre elas o BPC (Benefício de Prestação Continuada), que são os obtidos por quem não preencheu os requisitos para a aposentadoria, as mulheres também são maioria: 59,1% foram destinados às mulheres; e 40,9%, aos homens. Por tudo isso, a reforma representa um projeto misógino, um atraso e um ataque às mulheres, especialmente aquelas que são chefas ou arrimo de família. Por tudo isso, barrar este projeto de morte é tarefa central para a classe trabalhadora.

Na reestruturação dos ministérios ficou evidente o foco sobre as mulheres, como por exemplo, com o fim do MDH (Ministério dos Direitos Humanos) e a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A nomeação de uma pastora fundamentalista, do Movimento Nacional Brasil Sem Aborto, que defende a necessidade do combate a "ideologia de gênero" para este ministério não significou um avanço para as mulheres, pois a agenda conservadora está na pauta que retirou a população LGBTT das diretrizes de políticas públicas que constavam no MDH e que recentemente colocou em risco as famílias que participam do Programa de Proteção de Vítimas e Testemunhas do Rio de Janeiro ao suspender repasses financeiros e solicitar dados que podem comprometer a identidade e segurança das pessoas envolvidas.

O pedido de desarquivamento da PEC 29/2015, que trata da proibição de qualquer tipo de aborto, inclusive nos casos previstos em lei, poderá resultar no aumento da mortalidade de mulheres negras e pobres ao propor a alteração do 5º artigo da Constituição que garante a "inviolabilidade da vida desde a concepção". A PEC 29/2015 desconsidera dados já expostos pela OMS (Organização Mundial de Saúde), cerca de 1 milhão de abortos inseguros são realizados por ano no Brasil, e a cada dois dias uma mulher morre por causa de aborto ilegal. Considerando a clandestinidade dessa prática, entretanto, os números podem ser ainda maiores. O aborto é, ainda, o quinto causador de mortes maternas no país, sendo que as mulheres negras apresentam o dobro das chances de vir a óbito em decorrência desse procedimento.

Outro ataque às mulheres foi protagonizado pelo Ministério da Saúde que publicou despacho em 03 de maio de 2019 sobre o fim do uso do termo "violência obstétrica" afirmando que considera a expressão imprópria e inadequada, por não agregar valor ao parto humanizado. Tal medida contraria os dados que apontam o Brasil como um dos países que mais realiza cesárias desnecessárias no mundo e com alto índice de mortalidade materna, principalmente entre mulheres negras.

A luta contra a LGBTTfobia ganhou espaço no STF ao pautar, por meio da ADO (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão) 26 e do MI (Mandado de Injunção) 4733, a omissão do Congresso Nacional por não editar lei que criminalize atos de homofobia e de transfobia no cenário em que o Brasil é o país que mais mata a população Trans e Travesti.

No âmbito das universidades, IF e Cefet os ataques desse governo perpassam declarações desrespeitosas direcionadas à comunidade acadêmica até o anúncio de cortes baseados em justificativas "surreais". Os cortes progressivos no orçamento das IFES desde 2014 afetam, entre outras, as políticas de inclusão e permanência, atingindo estudantes negro(a)s e indígenas. A área de Ciências Humanas também é alvo dos ataques, onde os cursos e os núcleos de pesquisa direcionados à produção de conhecimento sobre gênero, mulheres, população negra, indígena e LGBTT correm sérios riscos de descontinuidade. Os retrocessos são identificados nas investidas de grupos conservadores no parlamento Federal e Estadual contra as políticas de reparação e ações afirmativas. Precisamos fortalecer a luta na defesa das cotas étnico-raciais, pois o discurso fundamentando na democracia racial defendido pelo Governo Federal de que "racismo é raro no Brasil", está inspirando as bancadas de extrema direita a atacar as

Universidades e sua autonomia quando propõem o fim das leis que garantem a entrada de estudantes negros(as) e indígenas por meio de cotas. O movimento escola sem partido e a bancada evangélica pretendem impedir o debate sobre a diversidade sexual e relações de gênero nas escolas por meio da criminalização do(a)s professore(a)s.

No movimento sindical vem avançando as políticas de combate às opressões, dentre elas uma importante conquista: a paridade de gênero nas direções e Centrais sindicais. Essa deliberação representa um avanço no combate ao machismo e a misoginia nas organizações e entidades classistas, além de contribuir com a construção de políticas de inclusão de mulheres nos espaços de liderança da classe trabalhadora.

O discurso de ódio do Governo Bolsonaro está a serviço do seu projeto de semiescravidão e recolonização do país. A opressão é utilizada como um mecanismo para superexplorar os trabalhadores, dividir a classe e subjugar as mulheres, negros, LGBT e imigrantes, relegando-os a informalidade, o subemprego, ao desemprego crônico e excluídos dos direitos básicos de saúde, educação, moradia, terra e assistência social. Os quilombolas e indígenas estão sendo expulsos de suas terras. O governo deu carta branca para um verdadeiro ataque as reservas, permitindo o garimpo e favorecendo o agronegócio, bem como o uso da violência e assassinato dos latifundiários contra as comunidades.

A reprodução da opressão é utilizada para desmoralizar a vanguarda das lutas no último período e para dividir a classe, colocando homens contra as mulheres, brancos contra negros e negras, brasileiros contra imigrantes. Há um ascenso de luta das mulheres em todo o mundo, bem como do conjunto dos setores oprimidos, como parte de uma luta geral da classe trabalhadora contra o pacote de ataques e austeridade. Em todas as manifestações no país, desde 2010, com as revoltas dos operários da construção civil nas grandes obras, categoria majoritariamente negra; passando pelas mobilizações de rua em 2013 contra o governo do PT, quando a maioria dos manifestantes eram mulheres e LGBTs; as greves e paralisações de diversas categorias e o ato do #EleNão, primeira manifestação de massas contra Bolsonaro; os setores oprimidos foram protagonistas na luta de classes do país.

Não é privilégio de Bolsonaro a utilização dessas ideologias, visto que o capitalismo como um sistema de opressão e exploração, sempre se beneficiou da condição de desigualdade dos setores oprimidos para lucrar, e a política dos governantes representantes da burguesia mantiveram as desigualdades. As mulheres, negros e LGBTs nunca tiveram os mesmos direitos sociais mesmo nos governos do PT. Foram os primeiros a serem demitidos, a perderem suas casas, a viverem na marginalidade, a sofrerem com a falta de acesso à educação e saúde pública.

Com o avanço da ultradireita em vários países do mundo até os direitos democráticos, conquistados com muita luta, estão ameaçados. Nos EUA, por exemplo, o aborto legal foi garantido às mulheres em 1973 e, desde então, sofre ataques dos setores conservadores, mas agora começa a sofrer retrocessos na legislação em vários estados, ficando proibida a interrupção de uma gestação mesmo quando fruto de incesto ou estupro. Na Rússia, houve um retrocesso na legislação em relação a punição em caso de violência doméstica e a total criminalização da homoafetividade.

Essa reação da ultradireita frente às conquistas arrancadas pelos setores oprimidos nos últimos anos, só reforça a necessidade de derrotar esses governos e seus projetos conservadores nas ruas, como foi o caso da greve de mulheres da Polônia para barrar a restrição aos casos legais de aborto no país e a luta que derrotou o "PL da cura gay" proposta pelo deputado Feliciano. Também se viu no país do sonho americano, a explosão de várias manifestações da população negra, a partir do movimento "Black lives matter" (vidas negras importam) frente aos crescentes casos de assassinato de pessoas negras por parte da polícia. Contudo, em países com governos "ditos mais progressivos" como na Suíça as mulheres fizeram greve por salário igual para trabalho igual e contra a violência machista; e mais recentemente no México houve manifestações contra o aumento da violência e o desmantelamento das políticas para mulheres por parte do governo Obrador.

No Brasil a história dos setores oprimidos é de muita violência e privações. Somos o país em todo o mundo no qual mais se assassina LGBT's. As pessoas trans sequer tem acesso ao mercado de trabalho. O fardo de ter sido o último país a abolir a escravidão de negros e negras pesa sob nossas costas até hoje, passando pelas políticas higienistas, de embranquecimento da população, ao mito da democracia racial e harmonia da miscigenação. Há um genocídio da juventude negra da periferia pela PM e milicianos, como retrata o recente e triste assassinato de seis jovens da periferia do Rio de Janeiro em 5 dias baleados em operações policiais, sem ter cometido qualquer crime. As mulheres trabalhadoras são assassinadas de várias formas seja pela violência doméstica, pelos estupros bárbaros ou pela negligencia e perversidade do Estado. No caso das mulheres negras o feminicídio é ainda maior que entre as brancas e cresceu de forma drástica, 54% nos últimos 10 anos. Os imigrantes venezuelanos, bolivianos e haitianos são obrigados a aceitar condições de trabalho terríveis, desumanas, para receber muitas vezes menos que um salário mínimo, sem qualquer direito assegurado.

Fato é que mesmo com muita resistência e conquistas democráticas dos setores oprimidos por todo o mundo, as desigualdades de gênero, racial, de nacionalidade, e de orientação sexual estão longe de acabar. A prática homoafetiva ainda é vista como crime em 70 países, sendo 33 deles no continente africano. Em seis desses países as pessoas LGBTs são condenadas a pena de morte. O aborto é uma prática legalizada apenas em 63 países. Apesar do estado ser supostamente laico, há intolerância religiosa e ataque direto a terreiros de matrizes africanas. Os imigrantes são considerados trabalhadores de segunda categoria, empregados sem direito algum e jogados na marginalidade. Hoje vivemos a maior crise migratória desde a segunda guerra mundial.

Isso só demonstra que no capitalismo as reivindicações dos setores oprimidos não se realizarão de maneira plena, completa e permanente. É necessário destruir o capitalismo que se retroalimenta e reproduz as opressões para explorar mais a classe trabalhadora de conjunto e aumentar seus lucros rebaixando as condições de vida dos setores oprimidos.

Neste sentido, para acabar com a opressão não basta eleger governantes mulheres, negros e LGBTs, ou apostar na construção de organizações que unam todas as mulheres, todos negros e negras, todas as LGBTs independentemente de sua classe social, pois apesar de todos os oprimidos sofrerem juntos e a saída para a superação da opressão se dá com a ruptura com o sistema capitalista.

Muitos dos movimentos de combate à opressão, assim como as entidades sindicais, capitularam ao governo de conciliação de classe do PT e se tornaram entrave para as lutas, como a Marcha Mundial de Mulheres, a União Brasileira de Mulheres, a Secretaria de mulheres da CUT que se calaram frente aos acordões que o PT fez com a bancada conservadora; ou o MNU que se calou frente ao estatuto da (des) igualdade racial. No mesmo sentido é a postura do PT/PCdoB, que por apoiar a ditadura de Maduro, se omitem na questão dos refugiados venezuelanos, que fugiram da situação de miséria e fome em seu país, e lutam por cidadania brasileira e condições iguais.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Chega de Bolsonaro e Mourão! Abaixo as políticas de Bolsonaro/Mourão e seus ministros que pioram ainda mais as condições de vida das mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTs e imigrantes da classe trabalhadora.

É necessário que as organizações de classe, sindicatos e movimentos populares estejam cerrando fileiras em defesa das mulheres, negras e negros, quilombolas indígenas, LGBTs e imigrantes. Temos que forjar toda a unidade de ação possível contra os ataques da ultradireita e pelos direitos democráticos. Mas para de fato avançar é imprescindível lutar com independência de classe. Os aliados dos setores oprimidos são os trabalhadores.

Por isso, sem comprometer toda unidade para lutar, apostamos na organização com independência de classe desses setores, combatendo as direções de conciliação de classe como MMM, UBM, MNU, bem como os setores burgueses liberais que defendem a libertação individual, como as ONGs no movimento LGBT, e as teorias pós-modernas, que ao não defenderem uma perspectiva estratégica e coletiva, mantêm os setores oprimido refém do capitalismo.

Participar e construir a luta em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos com ênfase no reconhecimento pelo Ministério da Saúde do termo "violência obstétrica" e na luta contra a PEC 29/2015, projeto de emenda constitucional que criminaliza todos os tipos de aborto, inclusive os previstos em lei que garantem a vida das mulheres.

Ampliar a política da paridade de gênero para as Secretarias Executivas Estaduais.

Constituir espaços formativos em âmbito nacional e local relacionado a Sindicato e as relações de gênero.

Construir políticas que garantam a participação das mulheres nas direções e nas instâncias da Central.

Nossa luta deve ter como horizonte a superação deste sistema de exploração e opressão. O capitalismo tem avançado sobre nossos direitos mais básicos. Este sistema não nos garante sequer o direito à vida! Cada conquista arrancada com luta é uma vitória, pois é um passo na organização dos setores oprimidos. Contudo, cada avanço é parcial, incompleto e provisório. Só com uma revolução dos de baixo, com a classe operária à frente, que derrube as bases deste sistema, pode nos garantir a igualdade plena.

Não pode ser livre quem oprime outro. A classe trabalhadora não poderá derrotar o projeto de Bolsonaro e do imperialismo, nem tampouco se libertar da exploração, se não levar as bandeiras contra as opressões para unir toda a classe trabalhadora: mulheres, negras e negros, LGBTs e trabalhadores de todas as nacionalidades.

Por isso, o proletariado não pode silenciar diante do feminicídio, do genocídio da população negra, dos assassinatos de LGBTs, da desigualdade de direitos dos imigrantes, da expulsão dos indígenas e quilombolas de suas terras, etc. Homens e mulheres da classe trabalhadora devem lutar juntos por igualdade salarial, brancos, negros e indígenas da classe trabalhadora devem lutar contra o racismo, trabalhadores brasileiros e estrangeiros devem lutar pelo acesso aos serviços públicos e direito ao emprego, pois nenhum ser humano é ilegal.

É necessário combater o machismo, racismo, LGBTfobia e xenofobia dentro da classe e das organizações sindicais e populares, para unir a classe trabalhadora.

28 - A SITUAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS NO MARCO DA CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

Considerando que:

As mulheres estão à frente de diversas lutas da classe trabalhadora no enfrentamento da crise econômica mundial, dos vários ataques dos governos pelo mundo e em resposta a intensificação das desigualdades de gênero e raça nos marcos do capitalismo, que impõe para as mulheres uma condição de maior violência, opressão, vulnerabilidade social e exploração da sua força de trabalho.

A crise migratória na Europa, África e cone sul da América se intensifica e as mulheres são as mais penalizadas com a perda dos maridos e filhos nas guerras e pela miséria, carregando os filhos menores para outros países, enfrentando as humilhações, os abusos e a arbitrariedade nas fronteiras, chegando a passar fome ou mesmo perder a vida.

No mundo inteiro, as mulheres trabalhadoras são protagonistas da luta contra o ajuste fiscal neoliberal dos governos justamente porque, com a exploração de classe e as opressões de gênero, étnico-racial e heteronormativa, são as mais castigadas pelo desemprego, arrocho salarial, pela precarização dos serviços públicos e retirada dos direitos trabalhistas.

No Brasil em 2018 foram as mulheres que impulsionaram as manifestações massivas contra o machista, autoritário e misógino de Bolsonaro, com os atos do #Elenão.

Em 2019, a luta em defesa da Previdência teve seu pontapé inicial no dia 8 de março, com as mulheres e os movimentos feministas na linha de frente. Pois somos também as mais ameaçadas pelo projeto autoritário e ultrarreacionário do governo Bolsonaro. Em apenas oito meses, estamos vivendo um aumento de feminicídios e da violência de gênero, potencializada pelo discurso machista, LGBTfóbico, racista e xenófobo do presidente.

Mulheres como a ministra Damares Alves também fazem parte desse projeto ao reforçar o discurso homofóbico, heteronormativo e opressor de Bolsonaro, que desde o início de seu mandato visa instaurar uma "nova era no Brasil em que meninos vestem azul e meninas vestem rosa" e recentemente justificou a violência sexual sofridas por

meninas "não usam calcinha porque são pobres".

Enquanto isso, mulheres continuam morrendo em abortos clandestinos, sofrem assédio sexual no transporte público e nos locais de trabalho, acumulam o trabalho fora e dentro de casa, sofrem com a violência lesbo-bi-transfóbica e tantos outras mazelas ocasionadas por uma sociedade machista e patriarcal que o governo Bolsonaro tenta reproduzir e, em muitos aspectos, impor um retrocesso de direitos.

No tsunami da educação, nas lutas em defesa do meio ambiente, contra o desmatamento, as queimadas e as políticas de desastre ambiental do governo Bolsonaro, vimos às mulheres na ponta de frente dessas lutas.

Infelizmente as direções das principais centrais tiveram uma política de esvaziamento das ruas e de negociações da cúpula de centrais sindicais como a CUT, CTB e Força Sindical, e de governadores de partidos de oposição como o PT e o PCdoB, com o Congresso e o governo. Por isso a reforma da previdência passou sem haver lutas.

Ao mesmo tempo em que vimos na Câmara Federal, deputadas federais da "Frente Feminina" negociando "melhoras" na reforma para as mulheres, demonstrando que esse tipo de feminismo só vai até a página 2 na defesa dos interesses das mulheres.

Nosso principal terreno de atuação é o das lutas, assim como em toda a história de conquistas de direitos das mulheres trabalhadoras, negras e pobres no Brasil, assim como na #PrimaveraFeminista de 2016, na Greve Internacional de Mulheres e na Greve Geral de 2017, no #EleNão e no #ViraVoto de 2018, no 8M, no Tsunami da Educação e na Greve Geral deste ano. Para além disso, nossa luta é permanente, pois a opressão patriarcal só pode ser enterrada com o fim do capitalismo.

No Brasil, elas são maioria entre os mais de 14 milhões de desempregados e com a aplicação da reforma trabalhista vêm suas condições de trabalho piorar. A reforma da previdência de Bolsonaro/Mourão vai significar morrer sem acessar a aposentadoria.

Isso porque as mulheres não chegam ao tempo de contribuição, devido as várias interrupções na vida laboral, seja para cuidar dos filhos, pela alta rotatividade ou pelas jornadas parciais de trabalho. Com a combinação da idade mínima de 62 anos e mais 35 anos de contribuição, fica praticamente impossível elas se aposentarem.

O capitalismo sempre se apoiou na opressão e na combinação das descriminações para explorar com maior intensidade a força de trabalho das mulheres negras, LGBTS e imigrantes. Nesse momento de total decadência desse sistema e da tentativa desesperada de garantir as taxas de lucro da burguesia, os governos de ultradireita voltam sua reação contra os direitos democráticos mínimos dos setores oprimidos, porque são incapazes de garantir qualquer igualdade, ainda que formal, para essa parcela da população.

Por isso, estamos vendo retrocessos como o projeto votado no estado do Alabama/EUA que proíbe o aborto mesmo em casos de estupro, pedofilia ou risco a vida da mulher, condenando os médicos envolvidos a prisão perpétua, projetos similares estão em discussão em mais 16 estados daquele país. No Brasil voltam a tramitar projetos como o de bolsa estupro, no qual as mulheres receberiam um salário mínimo para não interromper uma gestação fruto da violência, o projeto de estatuto do nascituro que visa mudar o texto da constituição proibindo também os casos já legalizados no país e o projeto bárbaro do vereador do PSL/SP Fernando Holiday que propõe internar em instituições psiquiátricas mulheres propensas a realização do procedimento.

A violência machista também vem avançando assustadoramente. Grande parte das agressões vem do próprio estado, seja através de seu braço armado como no caso da repressão as mulheres imigrantes nas fronteiras, nas ações cotidianas contra a população pobre de países como o Brasil, Venezuela, EUA; seja pela negligência e falta de investimento em políticas públicas que garantam a segurança e a vida das mulheres.

As mulheres negras sofrem com o encarceramento e genocídio de seus filhos. As chacinas fazem parte do cotidiano em todo o país e no Rio de Janeiro foram tomadas como política de governo.

Estudos da ONU (Organização das Nações Unidas) apontam que uma a cada três mulheres sofrerá algum tipo de violência durante a vida, sendo as principais vítimas mulheres negras, indígenas ou não brancas que vivem como imigrantes em outro país. Segundo dados da ONU, desde 1996 mais de 200 mil casos de estupros contra mulheres e meninas foram denunciados na República Democrática do Congo. Na Bélgica, onde a prostituição é legal, em 2018, as prostitutas de Bruxelas realizaram uma greve para denunciar a crescente violência a que estão expostas, após o assassinato de uma jovem imigrante nigeriana que atuava no país.

O discurso de ódio e preconceito de governos como Donald Trump e Jair Bolsonaro também contribuem para que aumente os casos de violência contra as mulheres, pois reforçam a naturalização do papel das mulheres como objeto sexual e a violência como meio de impor a vontade dos homens. Assim como outros líderes capitalistas extremistas como Vladimir Putin que impõe terror e perseguição aos LGBTs russos, dentre outros.

Representação parlamentar não tem significado avanço nas conquistas das mulheres trabalhadoras. A ministra dos Direitos Humanos, Mulher e Família, Damares Alves, não apenas reproduz o machismo em suas declarações como atua para ajudar Bolsonaro em concluir seus ataques sobre as mulheres e homens trabalhadores; o governo de Dilma Rouseff/PT se deu através de duros ataques aos direitos tanto democráticos quanto trabalhistas, que afetaram diretamente as mulheres; no Reino Unido, Teresa May tem sido a carrasca que persegue os refugiados; na Argentina, Cristina Kirchner pode ser eleita na chapa da presidência, a mesma que em anos de governo nunca encaminhou a pauta da legalização do aborto e governou de mãos dadas com a burguesia, contra as mulheres trabalhadoras. Todos esses exemplos reafirmam que não basta ser mulher, é preciso ter os mesmos interesses de classe para representar as mulheres trabalhadoras e para, fortalecer essa luta, é preciso combater o machismo no interior da classe para poder unificá-la.

As mulheres têm dado muitos exemplos de luta. A argentina que já vinha protagonizando manifestações gigantescas contra a violência machista sob o lema "Ni una a menos" também iniciou a maré verde por toda a América Latina na defesa da legalização do aborto. Também na Polônia uma greve de mulheres impediu o avanço de um projeto de criminalização do aborto. Na Irlanda, fruto da manifestação das mulheres, um referendo garantiu o direito ao aborto legal no país.

Na Suíça houve paralisação por salário igual para trabalho igual e contra a violência sexual. Na Índia 05 milhões de mulheres fizeram uma parede humana para garantir o direito da parcela feminina da população frequentar os templos da religião hindu. Há três anos, o movimento de mulheres tem conseguido construir a chamada greve internacional de mulheres que assume caráter especifico de acordo com a realidade local, mas atingiu 170 países em 2018 inclusive países como o Irã, onde a manifestação pública de mulheres é proibida; e em 2019 levou mais de meio milhão de pessoas às ruas da Espanha, contando com o apoio massivo dos homens, diferente do que defendia os movimentos feministas do país.

Mobilizações importantes ocorreram contra os projetos reacionários e neoliberais. A marcha de mulheres contra Trump foi a maior mobilização realizada em um dia na história dos EUA, ocorreram 408 marchas pelo país e mais 168 atos de apoio pelo mundo, as manifestações contaram com uma atuação bastante radicalizada das mulheres negras. No Brasil, o chamado das mulheres constituiu a primeira grande manifestação contra o projeto Bolsonaro, mesmo antes de sua eleição. As manifestações do #EleNão refletiram a disposição de luta dos setores oprimidos contra qualquer governo que ataque direitos e queira impor a volta para a cozinha, o armário ou a senzala.

Todas essas mobilizações são parte da reação à situação dos trabalhadores em geral que vem tendo seus direitos históricos retirados, sendo os setores oprimidos os mais penalizados. Entretanto, ainda há dificuldade de unificar essas lutas e de combater no interior das organizações da classe a reprodução dessas ideologias de opressão, o que dificulta e limita o poder de reação unificada contra os reais inimigos: a burguesia e seus governos lacaios.

Além disso, muitas dessas mobilizações são dirigidas por setores que defendem a conciliação de classe e a busca de reformas nos marcos do capitalismo, o que é nefasto para as mulheres trabalhadoras.

Por isso, é fundamental cada vez mais fazermos do debate sobre as opressões e as desigualdades impostas e esse setor da classe, parte de nossas tarefas cotidianas para construirmos de fato uma direção consequente que aponte a libertação de toda a classe trabalhadora e destruição completa do capitalismo e as ideologias que lhe dão sustentação.

O 4º congresso da CSP-Conlutas resolve:

Contra o projeto de espoliação da classe trabalhadora colocada em curso pela burguesia mundial e seus governos lacaios! Nossa luta é contra todos que oprimem e exploram!

Chega de Bolsonaro e Mourão! Não ao projeto ditatorial e escravista desse governo!

Contra as reformas que jogam nas costas dos trabalhadores o preço da crise econômica mundial! Não a reforma da previdência e trabalhista! Não a terceirização!

Por emprego para a classe trabalhadora! Por salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres!

Não a xenofobia! Nenhum ser humano é ilegal! Toda solidariedade aos refugiados!

Lutar não é crime! Pelo fim da perseguição aos que defendem os interesses da classe trabalhadora!

Não ao pagamento da dívida pública! Por mais investimento nas políticas para mulheres! O capitalismo e o machismo estão nos matando! Contra toda forma de violência à mulher!

Chega de racismo e injuria racial, genocídio e feminicídio negro!

Não a LGBTfobia! Basta de assassinato da população LGBT! Por igualdade de direitos democráticos!

Pelo direito de decidir sobre nosso corpo! Educação sexual e acesso a contraceptivos para decidir, aborto legal e seguro para não morrer! Por condições para exercer a maternidade!

Pela construção dos comitês de base contra a retirada de direitos! Unidade dos trabalhadores contra o machismo, a violência, o governo e o patrão!

Pela incorporação cotidiana das pautas dos setores oprimidos da classe trabalhadora por todas as entidades e movimentos filiados a CSP-Conlutas! Não a conciliação de classes e encerramento de nossas lutas nos limites do capitalismo! Combater as opressões para unificar a classe trabalhadora!

Por uma sociedade socialista, sem opressão e sem exploração!

29 - A LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS E A NECESSIDADE DE COMBATER O MACHISMO PARA UNIFICAR A NOSSA CLASSE

Considerando que:

As mulheres são mais de 50% da força de trabalho no Brasil, que com o aprofundamento da crise social, política e econômica houve também um aumento absurdo da violência contra as mulheres, impulsionada inclusive pela eleição de Bolsonaro, declaradamente machista, racista e LGBTfóbico, que está comprando o congresso nacional para aplicar uma Reforma da Previdência para matar as trabalhadoras de trabalhar, principalmente as mulheres negras, que estão localizadas nos subempregos e na informalidade, sendo diaristas, merendeiras, babás ou terceirizadas.

O Brasil ocupa o 5º lugar em um ranking internacional de países onde mais se matam mulheres. Os dados são alarmantes em nosso país e tem aumentado desde o início do ano para cá. As mulheres negras têm sido as principais vítimas dessa violência. No último ano, uma pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) demonstrou que a violência contra mulheres não negras reduziu em 13%, ao passo que contra as mulheres negras aumentou em 47%.

As mulheres LGBT's também se encontram expostas a todo tipo de violência. O Brasil é o país no qual mais se mata LGBT's no mundo, com um assassinato a cada 27 horas. Dentre as vítimas, as mulheres trans são maioria, apresentando expectativa de vida de apenas 37 anos em nosso país. O preconceito começa desde cedo, leva ao alto índice de evasão escolar e, consequentemente, a localização em postos de trabalho precários. Grande parte da população trans é jogada na prostituição, ficando vulnerável a violência policial e das ruas.

As mulheres lésbicas e bissexuais enfrentam os estupros corretivos que somam 6% do total de estupros notificados, que além da violência física é também uma violência psicológica, pois ocorre na perspectiva de corrigir a orientação sexual da mulher.

Damares Alves, ministra da mulher, família e direitos humanos, uma das poucas mulheres no governo Bolsonaro é também uma das maiores reprodutoras de ideias machistas e tem aplicado projetos que pioram a condição das mulheres trabalhadoras. Ao defender que as mulheres sejam submissas dentro de casa, a ministra reforça impunidade e a exposição da mulher a violência doméstica. Ao mesmo tempo em que tem realizado um verdadeiro desmonte nas poucas políticas de apoio as mulheres: extinguiu a secretaria de mulheres e as Comissões de Combate a Violência de Gênero, Igualdade e Diversidade, paralisou a construção das "Casas da Mulher Brasileira" por falta de verbas e sequer tem garantido a manutenção das que já existem.

A criminalização do aborto também tem se intensificado no país. As leis que existem não impedem que 1 milhão de abortos induzidos ocorram todos os anos no Brasil, sendo que a cada 2 dias uma mulher morre por conta do procedimento. Obviamente, mulheres de todas as classes sociais contribuem para esses números, mas são as mulheres jovens e negras que mais recorrem ao procedimento, sendo que só as pobres e trabalhadoras perdem a vida ou a liberdade. A ação dos setores reacionários tem feito voltar a tramitação de projetos como o estatuto do nascituro, bolsa estupro e tantos outros.

Nos últimos anos tem crescido as denúncias de violência obstétrica. Ou seja, independente da escolha que fazem, seja interromper a gravidez ou exercer a maternidade, as mulheres são humilhadas e agredidas.

Enquanto são cobradas a cumprir o papel de mãe, as mulheres tem que enfrentar condições cada vez mais precárias para criar seus filhos. O nível de desemprego já é o maior dos últimos 30 anos, são mais de 15 milhões de desempregados formais, sendo que a pesquisa inclui nos dados todos que contribuíram ao menos um dia com o INSS no último ano. As mulheres são maioria correspondendo a 9,5% dos que não tem emprego. Em 2018, ao menos 307 mil pessoas entraram na informalidade.

O déficit de creches públicas é mais um complicador, pois, além de impedir o acesso à educação dos filhos (as) da classe trabalhadora, impedem as mães de trabalhar e as que estão desempregadas de procurar emprego. Em São José dos Campos, interior de São Paulo, só se consegue matricular a criança através de medida liminar (judicial). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD) 2017 apontam que 33,9% das crianças de 0 a 3 anos de baixa renda estão fora da creche por falta de vagas. Enquanto que os recursos para manutenção das crianças de baixa renda nas creches diminuiu em 90% entre 2015 e 2017.

Todos os cortes que o governo Bolsonaro fez à educação nos últimos meses vão piorar ainda mais essa situação. A redução do orçamento se combina com o conjunto de ataques que os governos fazem à educação nos Estados e municípios (baixos salários, escassez de concursos, precarização de trabalho, terceirização, perseguições políticas, ingerência na autonomia pedagógica e aplicação do projeto de militarização das escolas).

Tanto a reforma trabalhista quanto a reforma da previdência tem o objetivo de retirar direitos históricos dos trabalhadores para garantir os lucros de empresários e banqueiros. Essa precarização vai penalizar com maior intensidade as mulheres trabalhadoras e negras, tanto pela condição de gênero e racismo, quanto pela falta de oportunidade e desemprego ou mesmo pelos piores trabalhos que lhes são reservados.

As mulheres do campo, que já enfrentam uma jornada de trabalho pesada, sem a garantia de muitos direitos, expostas a crueldade do grande latifúndio e de intermediadores mal intencionados, terão agora maior dificuldade para se aposentar, a partir das mudanças na comprovação do tempo de trabalho previstas na reforma da previdência.

Na luta pela terra, as mulheres indígenas e quilombolas estão sendo violentadas e agredidas. A tentativa do governo de avançar sobre a exploração e especulação das terras demarcadas tem provocado uma verdadeira guerra nas florestas e regiões onde vivem os povos originários e quilombolas, bem como onde estão os trabalhadores sem-terra e sem teto.

Para todas essas mulheres trabalhadoras, que lutam ao lado dos seus companheiros, a resposta da burguesia e seus representantes lacaios tem sido a repressão, a criminalização e a violência. Por isso, nossa luta passa por combater toda e qualquer expressão do machismo em nossa sociedade, sem deixar de combinar essa luta com a necessidade de destruir esse sistema capitalista e todos os governos que se apoiam em nossa opressão para intensificar a exploração do nosso trabalho, tanto fora quanto dentro de casa.

O 4º Congresso da CSP Conlutas resolve:

Organizar as mulheres trabalhadoras contra o projeto opressor, de ultradireita e escravista de Bolsonaro. A CSP-Conlutas deve impulsionar a luta das mulheres ancorado no feminismo das 99%, classista, antiburocrático e de luta, que organize as mulheres trabalhadoras para derrotar o projeto de Bolsonaro nas ruas e nas greves, protagonizando essa disputa no movimento de mulheres.

Por emprego, salário, moradia, creche, assistência social, previdência, saúde, educação digna para as mulheres trabalhadoras. Salário igual por trabalho igual! Chega de desigualdade salarial entre os gêneros!

Pela revogação da reforma trabalhista! Não à Reforma da Previdência do governo Bolsonaro! Não ao "Future-se"! Contra os cortes na educação e nas áreas sociais! Mulheres em defesa da Amazônia! Não ao desmatamento! Não às privatizações! Pela suspensão do pagamento e auditoria da dívida pública!

Basta de violência machista! Aplicação e Ampliação da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. Punição rigorosa aos agressores;

Quem mandou matar Marielle? Intensificar a exigência de investigação e punição dos mandantes e executores do assassinato da nossa companheira com retomada de ações unitárias nas ruas.

Pelo fim do feminicídio e da violência de gênero! Os governos são responsáveis pela violência e mortes das mulheres tanto quando incentivam práticas misóginas quanto pela ausência de investimentos e/ou cortes orçamentários nas políticas públicas de combate à violência contra a mulher.

Contra a criminalização das mulheres, pelo direito à autodefesa da classe contra a violência à mulher. Desmilitarização da polícia;

Não pagamento da dívida pública e a dívida dos estados, que parte desse dinheiro seja utilizado para políticas de combate à violência e assistência às mulheres.

Contra o assédio moral, sexual e psicológico no trabalho;

Lutar contra os programas dos governos federal e estaduais que precarizam as condições de trabalho e privatizam a Educação.

Lutar pela defesa do SUS 100% estatal, público, gratuito e de qualidade sob o controle dos trabalhadores;

Ampliação dos investimentos e políticas públicas de saúde da mulher. Não à violência obstétrica. Pela qualificação permanente de profissionais para atendimento humanizado de mulheres e homens trans no parto.

Educação sexual e de gênero desde a educação básica para combater o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Não ao Escola Sem Partido. Valorização salarial das profissionais de educação infantil e básica!

Que as mulheres tenham direito a decidir sobre seus próprios corpos e ao exercício da maternidade. Educação sexual e acesso a contraceptivos para decidir! Descriminalização e legalização do aborto para não morrer! Que este procedimento seja realizado em todos os hospitais públicos e pela saúde suplementar, com assistência médica e psicológica que garanta a saúde da mulher!

Pela legalização do aborto! Educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar e aborto legal, seguro e gratuito para não morrer!

Basta ao feminicídio, à violência de gênero e LGBTfóbica! Não à cultura do estupro!

Licença maternidade de 6 meses rumo a 1 ano e licença paternidade de 90 dias rumo a 6 meses.

Pelo reconhecimento das mulheres e seus territórios! Imediata demarcação de terras das comunidades quilombolas e indígenas; reforma agrária já, sob o poder dos trabalhadores!

Basta de dor e de luto das mães negras, faveladas e das periferias! Não ao pacote "anticrime" de Moro. Contra a militarização das comunidades encabeçado pelo governo Bolsonaro, pelo governador do RJ Witzel, governador do RJ e pelo Ministro Sérgio Moro. Pelo fim do genocídio do povo negro e da guerra aos pobres.

Que mulheres acampadas, que ocupam terras e lutam pela reforma agrária, tenham garantidos seus direitos! Creches, escolas, transporte público, saúde!

Pela ampliação de creches públicas em horário integral. Ampliação da licença-maternidade para trabalhadoras do setor privado e público! Ampliação da licença-paternidade!

Construir um forte encontro de mulheres da CSP Conlutas no primeiro trimestre de 2020.

Incorporar e fortalecer todas as datas de luta dos setores oprimidos, inclusive a construção das greves internacionais no 08 de Março como forma de apoiar a luta das mulheres trabalhadoras e disputar a consciência dos homens no combate a todo tipo de opressão;

Incorporar no calendário da CSP-Conlutas o dia 08 de março como dia Internacional da greve das mulheres.

Incorporar no calendário da CSP-Conlutas o dia 22/11, como Dia nacional de combate ao racismo.

Impulsionar a construção unitária de atos no dia 25 de novembro – Dia Internacional de Combate à Violência contra a mulher.

Defender e perseguir a construção de uma sociedade sem opressão e exploração, uma sociedade socialista.

30 - AQUILOMBAR PARA REPARAR: A AUTO-ORGANIZAÇÃO NEGRA É NECESSÁRIA! PELO FIM DO FEMINICÍDIO E DO GENOCÍDIO NEGRO! BASTA DE BOLSONARO!

Setores Oprimidos: Organizar a luta contra a opressão das mulheres, negros, jovens, imigrantes, povos originários e lGBTI+ junto às lutas do conjunto do proletariado contra a exploração capitalista

Considerando que:

O lugar da Mulher negra é na história de resistência do campo e da cidade que, afastada de seu lugar de origem, por conta do tráfico, a mulher negra desde os tempos da escravidão foi condicionada aos trabalhos pesados, seja na lavoura, nas vendas em condição de escrava de ganho, ama-de-leite ou na prostituição, foi tratada de maneira desigual.

Isto a distingue de outras mulheres! O capitalismo a transformou em reprodutora do capital, para isto combinou racismo e machismo, tirando-lhe sua humanidade e buscando reduzi-la a símbolo da escravidão e objeto sexual.

O racismo no Brasil é de origem de classe, de raça e gênero, à medida que faz com que os setores oprimidos e explorados da classe trabalhadora sejam sempre os mais prejudicados na mobilidade social, racial e de gênero pela hegemonia da elite branca latifundiária e do agronegócio, da indústria e dos donos de bancos. Assim, mantém ainda hoje as mulheres negras na base da pirâmide social, com os menores salários, abaixo inclusive dos homens negros e homens e mulheres brancas da classe trabalhadora.

São os negros e negras, nordestinos e imigrantes africanos e não brancos os primeiros a serem mortos pela PM, alvos de bala "perdida" nas comunidades pobres, periferias, favelas e comunidades quilombolas e indígenas do Brasil.

Entre 2005 a 2015 foram assassinados mais de 570.000 mil jovens entre 15 e 29 anos, segundo o Mapa da Violência do IPEA. Em sua grande maioria de jovens negros. Esses são índices dentro do Governo de Lula e Dilma (PT), fomentado ainda mais, pela a Lei antidrogas e Antiterror aprovado no governo petista.

O governo de Bolsonaro já assumiu em substituição a Dilma/Temer dizendo a que veio, acelerando todo um processo de ataques neoliberais a classe trabalhadora de conjunto, e principalmente aos servidores públicos, a exemplo da PEC 55, que congelou os salários dos mesmos por vinte anos, e agora, há um aprofundamento desta questão com a privatização das estatais e das empresas públicas (Correios S/A, Petrobrás, Bancos Caixa e BB, Eletrobrás), onde a classe trabalhadora negra já vinha sendo empurrada para a terceirização, e para os trabalhos mais braçais, aviltantes, insalubres e perigosos, violando as Convenções Internacionais do Trabalho - OIT (100, 111 e 112).

Desde 2008 tramitando pelos mais diferentes governos colocada na ordem do dia em 2017 por Temer, a Terceirização (PEC 4302) atingindo mais de 60% da classe trabalhadora de conjunto, e endossada pela PEC 881 de Bolsonaro, que agora está extinguindo as NR`s, as campanhas de cláusulas sociais (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), os PCCS (Planos de Cargos Carreiras e Salários) do funcionalismo público e a investigação de Saúde do trabalhador, livrando ou desresponsabilizando os patrões e empresas multinacionais a indenização dos acidentes de trabalho permanentes.

A reforma da Previdência e Trabalhista são os maiores ataques à classe trabalhadora. A capitalização, juntamente com BPC, as pensões e assistência a familiares da população carcerária, atacando a classe trabalhadora operária e proletária. A privatização da Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social) é um crime de lesa humanidade contra os usuários do INSS e da saúde do trabalhador.

Os quilombolas e os indígenas têm sido os setores mais atacados pelo agronegócio e as empresas madeireiras nos últimos anos. Os PAC I e II (governo PT) permitiram acabar com os mananciais de águas; as hidrelétricas prejudicaram as aldeias indígenas removendo muitas populações ribeirinhas e quilombolas, ampliando o conflito para todo o país.

Hoje assistimos avançar a privatização das terras indígenas e quilombolas com violação da convenção da OIT 169, onde essas comunidades originárias deveriam controlar e decidir pelas suas culturas e seu território.

O governo Bolsonaro quer passar por cima do Congresso Nacional, acelerar a entrega da Base de Alcântara e das terras indígenas e quilombolas (organizadas pelo Moquibom, filiado à Central) e de área da Floresta Amazônica de forma ilegal e imoral para o imperialismo norte-americano e às elites oligárquicas do agronegócio. O governo Bolsonaro quer oficializar o garimpo para doar aos grupos econômicos e bancos de fora, para explorar o ouro, diamantes e metais. Também importante para as indústrias armamentistas.

Neste processo congressual, que possamos desempenhar um momento de reflexão sobre o fortalecimento de uma frente negra das entidades filiadas à Central para exercitar a solidariedade de classe e reagir contra o imperialismo na fase decadente de exploração e opressão no processo de trabalho, que retira a cada dia mais direitos sociais e pune a classe trabalhadora por meio da barbárie e de crimes contra a humanidade: estupros, imigrantes em situações vulneráveis, povos originários sendo mortos. Negras e negros, mulheres, LGBTs e transgêneros negros ganham os piores salários e ou estão nas situações mais precárias do mundo do trabalho; são os primeiros a serem demitidos e mortos pela política de estado, pelo racismo estatal, institucional do mercado e do capital.

Que a política de contrarrevolução econômica, desencadeada pelo imperialismo e governos burgueses nacionais através dos "ajustes" e "reformas", tem levado ao retrocesso nos direitos trabalhistas e sociais da nossa classe. Ao passo que os grandes capitalistas veem suas formas de reprodução ameaçadas pela crise, criam novos movimentos e condições de exploração para manter as bases de sustentação das formas de produção e opressão capitalistas, elevando as contradições sociais e a agudização entre as classes.

A população pobre, periférica e marginalizada dos grandes centros urbanos, sobretudo as mulheres, os jovens negros e pessoas LGBTTQI+, tornam-se o principal alvo dos ataques. Isto acontece porque são um setor fundamental do exército da classe trabalhadora, os quais os capitalistas usam como massa de reserva de força de trabalho em tempos de crise. Na medida em que se aprofundam os ataques aos direitos trabalhistas e sociais, criam-se novos postos de trabalho cada vez mais precários e com baixíssimos salários, e estes setores acabam se submetendo as condições desses trabalhos, pois é o que resta a eles para não viverem à margem da sociedade.

Na década de 1990, no auge do neoliberalismo tucano no Brasil, foram disseminados os call centers, que se tornaram no país o principal posto de trabalho, atrás apenas das empregadas domésticas, com mais de 1 milhão de empregos (ocupados, sobretudo, por mulheres, jovens negros e negras e homossexuais). Hoje, com a popularização dos smartphones, vemos a ascensão dos empregos informais como entregadores e motoristas de aplicativos (os chamados "infoproletários"). Além destes, os tradicionais postos de auxiliares de limpeza e serviços gerais, englobam a lista de trabalhos precarizados, com salários miseráveis e que, na maioria das vezes, são terceirizados. Estes trabalhadores, com a Reforma Trabalhista e Previdenciária, perderam quaisquer garantias de direitos, e hoje formam o setor majoritário da classe trabalhadora que não possui filiação sindical, o que diminui drasticamente as chances de se organizarem para lutar por melhores condições de vida e trabalho.

Além disto, esses postos, por serem direcionados a um determinado grupo oprimido da nossa classe, aprofundam as desigualdades da divisão social, de gênero e racial do trabalho, aumentando proporcionalmente a opressão racista, machista, xenofóbica e lgbtqi+fóbica. Esse elemento fundamental da exploração e opressão capitalistas, aliado a reprodução da moral e consciência burguesa entre trabalhadores e trabalhadoras, usada no Brasil por Bolsonaro e em diversos países por governos burgueses e imperialistas, como o de Donald Trump, nos EUA, buscam aprofundar a divisão da nossa classe e enfraquecer nossas lutas contra as medidas antioperárias e antipopulares.

A disputa ideológica tem se tornado cada vez mais dura contra nossos inimigos de classe. Os discursos "empoderados", "meritocráticos" e "empreendedores" são cada vez mais comuns e disseminados nas periferias, como saídas individuais para os problemas sociais e econômicos causados pelo próprio capitalismo. Estes discursos se contrapõem, sobretudo, às tarefas e a necessidade histórica de unidade e solidariedade de classe no enfrentamento e luta contra a opressão capitalista.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

Luta permanente por Salário Igual para Trabalho Igual, entre homens e mulheres, brancos e negros; contra a perda de direitos sociais e trabalhistas; lutar pela garantia de tratamento isonômico para todos (as) trabalhadores.

Defesa intransigente das trabalhadoras (os) que sofrem com assédio moral, racial e sexual, fruto das mazelas do capitalismo, do machismo, do racismo e LGBTfobia no mundo do trabalho e na sociedade, resgatando as Convenções Internacionais do Trabalho (100 111 112 e 113), assinadas pelo estado brasileiro.

A defesa da Educação e da Saúde 100% Pública e Estatal de Qualidade, e valorização dos Servidores Públicos; seguir na luta para que o Governo Federal garanta 10% do PIB para a Educação Pública e 10% do PIB para a Saúde Pública - verbas públicas para o SUS 100% estatal e público sem fundações, OSCIPs e OSS.

Pela garantia e implementação da Lei 10.639/03 e da 11.645/08, que institui o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena na educação.

Em defesa das políticas de Cotas Raciais, Políticas de Ação afirmativa e Reparação, nas Universidades, no Mundo do Trabalho e em todos os espaços onde não esteja refletida a realidade populacional negra.

Pela titulação das terras dos povos originários quilombolas e indígenas – que os povos originários definam o que fazer com seus territórios (de acordo com a OIT- 169).

Respeito aos cultos e religiões de Matriz africana e indígena, e garantia da laicidade (liberdade religiosa) e no Combate (Intransigente ao Racismo Religioso).

No Combate ao encarceramento em massa sem julgamento de mais de 780.000 encarcerados Negros e Negras, grande parcela de mulheres negras e jovens negros (nordestinos e imigrantes), que estão sofrendo torturas, sumindo no interior das cadeias e que a cada dia estão virando escolas de fortalecimento dos grupos organizados do crime (60% nem foram julgados), o estado os mantêm confinados para controle social, pela violência, para perpetuar o crime e fomentar a sociedade com mais violência social. E agora surge a proposta de privatização dos presídios, que nada mais é que a mercantilização da vida, com parcerias públicas e privadas das prisões, retroalimentando a corrupção dos agentes públicos e políticos de plantão.

Encampemos a luta pelas reparações históricas pelo fim do racismo e do capitalismo: Empregos, Educação e Moradia e contra o genocídio da juventude negra das periferias e da população indígena e quilombola! Derrotar nas ruas a reforma da Previdência Social e a anulação da reforma Trabalhista. Anulação do PEC 4302 - das terceirizações e fim da PEC 215, da PEC 06 e 95 e pela aprovação da OIT 169 no Congresso Nacional.

Que a CSP-Conlutas fortaleça as ações militantes das entidades sociais filiadas à Central em especial as que lutam contra o racismo estrutural dentro do capitalismo - e fortaleça o Setorial Nacional de Negras e Negros no acúmulo do debate racial, de gênero e de classe; impulsione junto aos sindicatos Estruturação de Secretarias Específicas, Debates, Formação e Campanhas contra o racismo; fortaleça a organização e construção da Marcha da Periferia e o Novembro Negro junto ao Quilombo Raça e Classe e Quilombo Brasil nos estados e a construção e organização do I Seminário Nacional de Organização Sindical pela Base da CSP-Conlutas no Combate ao Racismo no primeiro semestre de 2020, desdobrando em uma cartilha; esperamos contar com o apoio da Central e suas entidades e movimentos filiados quando da realização do I Congresso do Quilombo Raça e Classe.

Que a CSP-Conlutas organize um Seminário Nacional de Reparação Histórica do estado brasileiro - A burguesia brasileira não tem política para erradicar o trabalho escravo e nem política de estado para ações afirmativas negras e indígenas. A classe trabalhadora negra e indígena no campo e na cidade é a maioria da classe proletária e mais explorada e oprimida, e vem sendo exterminada junto com a juventude negra da periferia das cidades e as políticas do governo Bolsonaro flertam com o retorno da escravidão.

Reafirmar a importância da realização do um Seminário Internacional de Reparação Histórica: Com o tema "Colonialismo, Racismo e Reparação histórica". Que a Central organize junto à Rede Internacional!

Que o Setorial de Negras e Negros e o MNQRC elaborem um material para denunciar as mortes das trans, cuja maioria é negra, para o dia 29 de janeiro/2020 (Dia Nacional de Visibilidade Trans) e participe dos atos em unidade de ação; incorpore a bandeira das políticas afirmativas para as pessoas trans no Brasil.

É preciso organizar os de baixo contra Bolsonaro, Mourão e os governos racistas de plantão para derrotar os de cima representantes da Casa Grande e dos Capitães do Mato - racistas não passarão nos nossos Quilombos!

31 - UNIR AS LGBTS TRABALHADORAS PARA DERROTAR O PROJETO DE ULTRADIREITA E OPRESSOR DE BOLSONARO

Considerando que:

O sistema capitalista se aproveita e retroalimenta as diferenças que existem entre os trabalhadores para aprofundar as desigualdades e os mecanismos de opressão da classe. O capitalismo trata as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero das pessoas como desigualdades, pois tem como objetivo exercer a superexploração de um setor da classe trabalhadora, e assim rebaixar as condições de vida do conjunto da classe.

A LGBTfobia é incorporada como forma de intensificar a exploração capitalista e deve ser combatida junto com o próprio sistema que dela se alimenta.

O preconceito divide a classe trabalhadora, colocando homens e mulheres cisgeneros contra as LGBTs e trans. A união da classe trabalhadora, homens, mulheres, negros e negras, LGBTs e transgêneros, indígenas é imprescindível para combater este sistema de exploração e opressão. Neste sentido, a LGBTfobia se torna um obstáculo para a luta e por isso é tão importante combatê-la.

A chegada da ultradireita à presidência da República nas últimas eleições burguesas, na figura de Jair Bolsonaro e sua equipe representada em ministérios conservadores, representa uma ameaça para pessoas LGBTs, uma vez que legitimam ações de violência através de pronunciamentos e comportamentos preconceituosos e discriminatórios;

O Brasil é o país que mais mata LGBTs: em 2018 foram registradas 420 mortes por homicídio ou suicídio decorrente de discriminação, de integrantes da população LGBT.

A discriminação existente em diversos ambientes dificulta aos transexuais chegarem à conclusão da educação básica, muitas vivem na prostituição, pois são excluídas do mercado formal de trabalho. Instâncias de saúde não oferecem um programa que atenda devidamente às demandas de transexuais e o direito ao nome social é um processo burocrático. A transexualidade ainda é patologizada pela OMS! As LGBTs sofrem com a marginalização no trabalho, estando nos piores empregos, terceirizados, sem direitos trabalhistas, na informalidade e subemprego.

A reprodução da LGBTfobia, portanto, está a serviço do projeto de semiescravidão de Bolsonaro e ataque a classe trabalhadora de conjunto.

As LGBTs tem tido papel fundamental nas lutas por direitos e contra os ataques tanto dos governos do PT, Temer e de Bolsonaro. Em 2013 foram às ruas contra projetos da bancada conservadora, como o PL da cura gay, pela criminalização da LGBTfobia e por direitos sociais. Nas eleições foram protagonistas, junto com as mulheres, da primeira manifestação de massa contra Bolsonaro, o #EleNão. Além disso, es-

tão presentes nas lutas gerais da classe trabalhadora.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

A CSP-Conlutas deve seguir se apresentando como alternativa de organização para as LGBTs da classe trabalhadora frente à luta por direitos.

Por isso, é necessário fortalecer o setorial LGBT, rumo à construção do 2º Encontro Nacional LGBT da CSP-Conlutas.

Reivindicamos a Revolta de Stonewall, que 50 anos depois, segue sendo um exemplo de luta e resistência a ser seguido pelas LGBTs de todo o mundo.

A luta das LGBTs deve ter como estratégia a superação desse sistema de exploração e opressão, por isso nossos aliados não são as ONGs, nem os governos, sejam da direita ou da suposta esquerda, que pregou por 13 anos a conciliação de classes e priorizou seus acordos com a bancada conservadora. Nossos aliados são a classe trabalhadora, pois só a sua luta independente pode derrubar este sistema que se apropria e mantêm as opressões sobre LGBTs, mulheres, negras, negros e povos originários.

Pela criminalização da LGBTfobia: construir campanhas que combatam o preconceito e a discriminação e pelo amplo atendimento às vítimas de violência, com atendimento à saúde física e psicológica;

Respeito à identidade de gênero na saúde, nas instituições de ensino e em todos os espaços sociais

Não ao Projeto Escola sem Partido! Pelo debate de gênero e sexualidade em instituições escolares, com o objetivo de combater a LGBTfobia. Combater o rebaixamento pedagógico nas redes municipais de ensino, que excluem discussões sobre gênero e sexualidade na educação básica;

Por uma educação pública que discuta a sexualidade com o objetivo do desenvolvimento da autonomia e da livre expressão de afeto nos indivíduos

Pelo direito ao nome social de transexuais, transgêneros e travestis, sem burocracia

Pelo fim da mercantilização dos espaços de luta LGBT, como as paradas do orgulho LGBT, que são patrocinada pelo governo e pelo mercado pink, o que leva ao esvaziamento do debate político;

Por um estado laico! Abaixo a intervenção religiosa!

Contra o desemprego, a retirada de direitos sociais e trabalhistas! Abaixo à exploração capitalista! Pleno emprego para as pessoas LGBTs!

Combater a LGBTfobia dentro do movimento sindical e popular para unir a classe trabalhadora na sua luta por uma sociedade sem opressão e sem exploração!

MOÇÕES

MOÇÕES INTERNACIONAIS

SOLIDARIEDADE À LUTA DOS PILOTOS DA AEROLÍNEAS ARGENTINAS E AUSTRAL

No final de semana [início de outubro], os pilotos das Aerolíneas Argentinas e Austral dos sindicatos APLA e UALA convocaram uma greve de 48 horas antes de uma proposta salarial da administração da empresa que nem sequer atendeu ao reajuste da inflação de 55%. Consideramos inaceitáveis as declarações do ministro dos Transportes da Argentina, Luis Malvido, que considera o ataque "selvagem" dos pilotos que causaria "a morte" das Aerolíneas Argentinas.

Apoiamos a luta dos pilotos argentinos que resistem aos ataques da empresa, que só querem para eles o reajuste da inflação, que resistem às declarações do governo que os considera privilegiados, que resistem mesmo aos "conselhos" da oposição que os convida a desistir da greve. O RSISL apoia todas as lutas dos trabalhadores e trabalhadores independentes dos governos e dos registros, que exigem melhores condições de trabalho e melhores salários durante a luta.

Viva a unidade das lutas!

Viva a solidariedade internacional!

APOIO ÀS PROFESSORAS E PROFESSORES DA FRANÇA

Nós, delegados do 4° Congresso Nacional da CSP-Conlutas, através deste viemos dar todo o apoio as professoras e professores da França contra a opressão do governo Macron, que tem levado inclusive ao suicídio de trabalhadoras e trabalhadores. Um exemplo foi o suicídio da diretora Cristina em sala de aula, que retrata o nível dos ataques que as implementações das políticas neoliberais impõem a classe trabalhadora. O capitalismo, em seus tempos de crise, intensifica a exploração, precarizando as condições de trabalho. Fato este que ficou exposto na carta deixada por Cristina ao explicar o que a levou ao suicídio.

As lutas dos trabalhadores vêm eclodindo em todo o mundo. No dia 03 de outubro foi um dia de greve da educação na França, levando as massas às ruas. Não muito diferente no Brasil, professores e demais trabalhadores são vítimas do suicídio por conta da exploração que só aumenta com a crise internacional do capitalismo. A luta da França também é nossa. A luta de toda a classe trabalhadores é a nossa luta, por isso, todo o apoio as trabalhadoras e aos trabalhadores franceses e de qualquer nacionalidade. Unificar as lutas é a única alternativa. Sem negociações com a classe que nos oprime.

A luta das trabalhadoras e dos trabalhadores da França também é nossa luta!

APOIO À GREVE DOS TRABALHADORES DA GM NOS EUA

A greve dos trabalhadores da General Motors nos Estados Unidos, iniciada no domingo 15 de setembro, merece toda solidariedade. Os companheiros estão em luta por melhores salários, participação nos lucros, plano de saúde acessível, segurança no trabalho, entre outras reivindicações.

Apesar da alta nos lucros, a companhia se recusa a avançar nas negociações com o sindicato da categoria (UAW). Em 2018, a GM acumulou lucros de 11,8 bilhões de dólares. No segundo trimestre de 2019, a GM registrou um aumento de 1,2% no lucro líquido, somando 2,4 bilhões de dólares neste curto período.

A greve representa a luta de 49 mil trabalhadores contra as duras consequências da reestruturação iniciada pela GM, em especial as demissões e precarização das condições de trabalho. Esses mesmos ataques estão acontecendo em outros países e precisam ser combatidos.

No Brasil, recentemente a GM demitiu trabalhadores nas fábricas de São Caetano do Sul e de São José dos Campos e no campo de provas de Indaiatuba.

Os delegados da CSP-Conlutas enviam solidariedade a esta importante luta dos trabalhadores da GM dos EUA e Coreia do Sul e de contra todos os ataques gerados pela reestruturação da multinacional ao redor do mundo

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE ÀS LUTAS CONTRA O PACOTE DO GOVERNO NO EQUADOR

As políticas dos governos de Alianza País, em face da grave crise econômica equatoriana, levaram à redução do poder de compra dos trabalhadores e ao aumento da taxa de desemprego para 5,8%.

A resposta à crise por parte do governo de Lenin Moreno foi solicitar um empréstimo ao FMI, aumentando a dependência do país do imperialismo e do capital estrangeiro.

O pacote de medidas neoliberais apresentado na terça-feira, que inclui o aumento de combustíveis, a redução de salários dos funcionários públicos e a diminuição das férias, são exigências do imperialismo. Isso acentuará a crise social e econômica dos trabalhadores e dos setores populares da sociedade equatoriana.

As medidas anunciadas favorecem os grandes empresários do comércio, que receberão aproximadamente 350 milhões em isenção de impostos, enquanto os funcionários públicos terão redução de aproximadamente 320 milhões com o desconto de 1 dia de salário mensal e dos 15 dias de férias.

Na manhã de 3 de outubro, o país amanheceu com manifestações massivas contrárias ao pacote, que paralisou as principais cidades, estradas, setor produtivo e meios de transporte. Essa mobilização continuou em 4 de outubro.

O governo respondeu com forte repressão, prendendo mais de 350, incluindo dirigentes nacionais do movimento e assinando um decreto de exceção que suspende o direito à liberdade de associação e reunião e enviou o exército para as ruas.

A direção dos trabalhadores do transporte, a Federação Nacional das Cooperativas de Transporte Público de Passageiros do Equador, decretou o fim da paralisação do setor, sem ter conseguido nenhum compromisso do governo.

As outras organizações de indígenas e trabalhadores, como a Conate (Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador), a FUT (Frente Unitária de Trabalhadores) e a Cutcop (Coordenadora Unitária de Trabalhadores, Camponeses e Organizações Populares) chamaram a continuação da mobilização, convocando uma greve nacional em 9 de outubro contra o pacote.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

- Pela libertação imediata de todos os presos políticos.

- Repúdio ao decreto do estado de exceção e pela restauração dos direitos democráticos.

- Repúdio à repressão do exército e da polícia nacional.

- Solidariedade com os trabalhadores, estudantes, povos indígenas e setores populares na luta contra os ataques neoliberais do governo Lenin Moreno e os setores burgueses apoiados pelo imperialismo.

REPÚDIO AO ATAQUE INCENDIARIO À SEDE DA CUB EM MONZA (ITÁLIA)

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas envia solidariedade aos camaradas italianos do sindicato CUB (Confederação Unitária de Base) que sofreram um incêndio provocado por algum "desconhecido" na noite de sexta-feira (04/10) para sábado (05/10) de outubro na sede do sindicato na cidade de Monza, perto de Milão.

Este é um ato muito sério, em um evidente estilo "intimidação da máfia", contra a atividade independente e coerente em defesa dos direitos dos trabalhadores que a CUB leva a cabo historicamente no território de Monza em diferentes setores nos quais estão presentes muitos trabalhadores imigrantes.

O ataque de ontem não foi o primeiro que a CUB de Monza sofre: em janeiro foi incendiado fora de seu local de trabalho, o automóvel de Laura, a delegada sindical da CUB, trabalhadora da empresa de alimentos Rovagnati, onde havia dirigido greves contra a demissão de 15 trabalhadores.

Tudo isto é parte de um plano de ataque geral para criminalizar as lutas da classe trabalhadora contra os governos e os patrões, um plano que durou décadas e do qual todos os governos são responsáveis, tanto de direita como de esquerda, e que encontrou nos últimos o governo de extrema direita é a máxima expressão com as leis de Salvini que reintroduzem as normas fascistas sobre a detenção dos trabalhadores em luta.

Apoiamos a forte reação que imediatamente representou os trabalhadores que esta manhã foram em massa para defender sua casa sindical, como também apoiamos a greve geral de 25 de outubro que a CUB, junto com outros sindicatos, convocou para reclamar os direitos sociais e democráticos fundamentais retirados pelas políticas liberalistas dos últimos quarenta anos com a cumplicidade dos sindicatos de empregadores, incluídas as liberdades de dissidência e de greve.

Os delegados do 4º congresso nacional da CSP-Conlutas enviam solidariedade a todas as companheiras e companheiros da CUB na Itália e reforçamos que nenhum ato repressivo irá fazer retroceder a luta internacional dos trabalhadores por seus direitos!

REPÚDIO À DEMISSÃO DE CHARLY LEZCANO, NACHO SERRANO E GUILLERMO PALOMO E EM APOIO AOS TRABALHADORES EM LUTA DA METALSA ARGENTINA

A Metalsa na Argentina produz o chassi para as caminhonetes fabricadas no país: o Volkswagen Amarok, o Ford Ranger e o Toyota Hilux. Emprega aproximadamente 1200 metalúrgicos para o trabalho de estampagem, montagem, pintura e logística dos chassis.

Desde 2014, vem demitindo de forma discriminada os ativistas sindicais, dirigentes e candidatos a delegados, do nosso grupo de oposição dentro do Sindicato União Operária Metalúrgica (CGT). É um ataque sistemático, neste ano, aos que estavam contra e conseguiram derrotar o "banco de horas".

Atualmente, a empresa passa por cima de três ordens judiciais injustas inapeláveis, que a obriga a readmitir três trabalhadores: Charly Lezcano, Nacho Serrano e Guillermo Palomo. Esses três trabalhadores estavam isolados há mais de dois anos dentro da empresa e sem ter tarefas de trabalho, isolados do resto dos companheiros, com o objetivo de impedir ou dificultar o exercício do trabalho sindical.

Dias antes das eleições dos delegados de seus respectivos setores, este ano, os impediram de entrar na fábrica.

A situação existente na fábrica, muito importante em termos de tamanho e relevância econômica, é de uma verdadeira ditadura da patronal, com a lamentável conivência da direção do sindicato que de forma absolutamente imoral e contrária aos princípios de classe e em cooperação com a empresa dificultam o crescimento de uma oposição interna.

Está sendo realizada uma campanha para denunciar as ações ilegais da Metalsa em todo o mundo, por diferentes atores, do sindicalismo e dos Direitos Humanos ou de qualquer tipo de organização, entrando em contato com a Metalsa Argentina S.A. e / ou com a Metalsa em seus países; bem como com seus principais clientes (Volkswagen, Ford e Toyota), manifestando a preocupação com a situação na fábrica de El Talar.

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas manifesta sua solidariedade aos trabalhadores e se integra a campanha.

REPÚDIO À REPRESSÃO NO EGITO

Nós, delegados do 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, gostaríamos de enviar uma mensagem de solidariedade ao povo trabalhador do Egito que tem lutado contra as ditaduras.

Nos últimos dez dias, 2 mil ativistas foram presos incluindo os revolucionários Marienour Masri e Haitham Mohamedin.

Exigimos liberdade a todos os presos políticos no Egito!

PELA LIBERTAÇÃO DA CAXEMIRA E CONTRA A OCUPAÇÃO MILITAR

A nação da Caxemira é ocupada militarmente a brutalmente oprimida por três países, que são potencias nucleares: Índia, Paquistão e China.

Hoje eles estão sendo mais uma vez duramente reprimidos. E na região da Caxemira ocupada pela Índia, o governo indiano revogou o artigo 370 que concedia uma autonomia mínima e limitada. A repressão é selvagem com morte de jovens e estupro de mulheres.

- Caxemira livre!

PELA IMEDIATA LIBERTAÇÃO DE DANIEL RUIZ E PELO FIM DA PERSEGUIÇÃO DA SEBASTIAN ROMERO E TODOS ATIVISTAS DE LUTA

Daniel Ruiz é um lutador em defesa das reivindicações dos trabalhadores e por isso um preso político na Argentina. Daniel Oscar Ruiz é petroleiro, membro do Conselho de Administração da União Petrolífera de Chubut, que vive em Comodoro Rivadavia, Chubut, tem uma filha sob sua responsabilidade e foi acusado criminalmente e preso por participar dos atos de protesto contra a Reforma da Previdência do governo Macri, em 18 de dezembro de 2017.

O governo Macri alinhado com pagamento das dívidas ao FMI busca aplicar medidas neoliberais que rebaixam cada vez mais o nível de vida da população. A adoção de ajustes fiscais e reformas, combinadas com arbitrariedade e perseguição aos lutadores têm sido a marca principal do governo Macri. O país vive intensa instabilidade política e econômica e efervescência nas mobilizações sindicais e populares. A alta do dólar combinada com sucessivas desvalorizações do peso tem feito o governo aumentar desenfreadamente as taxas de juros e, para tranquilizar o mercado e o capital imperialista, recorrido ao FMI com empréstimos absurdos que aumentam a dependência da Argentina. Essa política entreguista do governo tem causado aprofundamento sério na economia e a crise tem atingindo, sobretudo, os mais pobres.

Na Argentina os trabalhadores e juventude protagonizam importantes lutas contra o governo Macri com greves e manifestações. Houve importantes respostas dos trabalhadores, com destaque as manifestações de massa contra a reforma da previdência, a luta pelo direito ao aborto e contra a realização da reunião do G20, da qual Daniel teve participação destacada. O governo também tenta frear o movimento a partir da repressão. Processos judiciais e perseguição a ativistas como Sebastian Romero e a prisão de Daniel Ruiz são expressão desta política.

Em 18 de dezembro, houve uma massiva manifestação contra a reforma da previdência e a resposta repressiva de Macri foi brutal contra os manifestantes, milhares, se defenderam com o que tinham em mãos. Um ícone desse momento é a imagem de Sebastián Romero, parceiro de militância de Daniel Ruiz, defendendo-se com um fogo de artifício amarrado a um ramo, que foi rapidamente demonizado pelo governo de Mauricio Macri que iniciou uma implacável perseguição contra ele até os dias de hoje.

Em 12 de setembro de 2019 se completará um ano da perversa detenção política do petroleiro argentino Daniel Ruiz. Neste dia estão programados atos e mobilizações na Argentina e nas embaixadas do mundo todo! Sua prisão é denunciada pelos movimentos sociais como injusta e ilegal, em meio a tantas outras que o governo de Mauricio Macri realiza contra lutadores e militantes na Argentina, assim como as absurdas perseguições políticas, como ocorre com o ativista Sebastian Romero, a quem Daniel Ruiz também apoiou em diversas campanhas de solidariedade.

Apesar de todas contestações, e de inúmeros apoios institucionais formalizados e encaminhados à Justiça, o Tribunal Penal decidiu manter Daniel Ruiz em prisão preventiva, acusado de intimidação pública e atentado a autoridade. Na verdade, a acusação se dá por ele ter participado de manifestações. A decisão de mantê-lo detido, sob a presunção de inocência, demonstra que se trata claramente uma decisão política, sem justificativa legal.

Todos os recursos apresentados pela defesa tem sido rechaçados. Diante disso, Daniel Ruiz começou uma greve de fome neste dia 10/09 para exigir uma urgente reunião entre o Tribunal, a Defesa e o Ministério Público para discutir sua situação e a marcação de seu julgamento. Esta é a reação de resistência, em protesto, de nosso camarada Daniel.

Em 12/09 a defesa de Daniel Ruiz, juntamente com advogados internacionais, foi recebida pelo TOF 3 e pela Procuradoria Geral da República número 4, que se comprometeram a formalizar a data do julgamento nos próximos dias. Diante dessa situação, em que a exigência de marcação de julgamento foi cumprida, Daniel Ruiz suspende a greve de fome.

Exigimos que nenhuma retaliação seja tomada pela medida tomada. Tomaremos as ruas pela liberdade imediata de Daniel Ruiz!

Liberdade já para Daniel! Nossa solidariedade seguirá sendo construída. A CSP-Conlutas, reunida em seu 4 Congresso, acompanha de perto a situação do camarada, e mantém ativa a campanha de apoio e de luta contra as perseguições de Macri.

- Liberdade imediata de Daniel Ruiz e o fim da perseguição a Sebastian Romero!

- Pelo fim da perseguição e criminalização dos lutadores!

- Em defesa dos direitos democráticos e apoio as campanhas de solidariedade a ativistas e militantes vítimas de perseguição e repressão do Estado e de patrões.

APOIO À GREVE NACIONAL NO EQUADOR E À MOBILIZAÇÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) E DOS POVOS INDÍGENAS, NA LUTA CONTRA AS MEDIDAS NEOLIBERAIS DE MORENO E NA DEFESA DE SEUS TERRITÓRIOS!

Nós, delegados e delegadas, presentes no 4º Congresso da CSP–Conlutas, saudamos o povo equatoriano e apoiamos as mobilizações de paralisação nacional que ocorrem desde o dia três de outubro desse ano. Os povos indígenas, estudantes e outros trabalhadores lutam contra o projeto neoliberal do governo Moreno, que ataca os direitos sociais e trabalhistas e ameaça a soberania dos territórios indígenas com projetos de mineração. Rechaçamos e denunciamos o estado de exceção declarado pelo presidente no qual todos os direitos civis são anulados, permitindo uso das forças armadas contra o povo e que o direito de associação seja anulado e habilitando para a força pública invadir casas! Repudiamos a violência policial e declaramos toda a nossa solidariedade à luta do povo equatoriano contra ataques capitalistas e em defesa de sua soberania!

Pela unidade dos povos latino-americanos contra o capitalismo e para o socialismo!

Nossa luta é internacional!

SOLIDARIEDADE À GREVE GERAL NA FRANÇA DE 05/12/19, EM DEFESA DO SISTEMA PÚBLICO DE APOSENTADORIA, CONTRA AS REFORMAS DE MACRON

A partir de 5 de dezembro se impõe outro futuro para nossa aposentadoria! MUDE O SISTEMA!

Sob a falsa argumentação da necessidade de simplificar o sistema de aposentadorias, o Governo Macron está tentando implementar uma reforma previdenciária baseado em um sistema de pontuação.

O objetivo é impor mais tempo de trabalho e reduzir a quantidade de pensões. O objetivo é aumentar a exploração, fazendo com que se tenha que trabalhar mais até conseguir se aposentar. Novamente é classe trabalhadora quem paga os custos da crise. Por que limitar a porcentagem de riqueza dedicada às pensões, em vez de limitar os lucros, os salários dos executivos ou realmente lutar contra a sonegação e paraísos fiscais?

A União Sindical Solidaires e a Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, da qual a CSP-Conlutas faz parte, pedem a melhoria dos regimes existentes e a revogação de reformas regressivas. A Solidaires quer para todos início pleno da aposentadoria aos 60 anos e saída antecipada para todas as profissões complexas, com a manutenção dos direitos profissionais. Quer ainda uma taxa de substituição de 75% nos salários mais recentes e que nenhuma pensão seja menor que o SMIC. Os trabalhadores franceses não vão morrer de trabalhar. Os trabalhadores franceses não concordam com um crescimento econômico que beneficie os grandes negócios e os ricos, destruindo as condições de trabalho e vida das pessoas, recursos, biodiversidade e clima.

Seja pela luta em defesa da aposentadoria, dos salários, dos benefícios sociais, das condições de vida e trabalho, da igualdade de gênero, dos serviços públicos ou do clima, a verdade é que vencer esse governo possível, desde que se mobilize massivamente e com determinação. As experiências das lutas passadas devem ser usadas para construir essa mobilização.

A unidade e a convergência em bases coletivas é a base que permitirá vencer e criar uma alternativa de esperança para o futuro do mundo do trabalho, para a população, para a sociedade e para o planeta. O que está colocado, de forma mais ampla possível na construção de uma forte mobilização, é união de todas as forças que lutam pela justiça, social, fiscal ou ambiental.

A Solidaires se uniu à greve de 05 de dezembro de 2019, iniciada pelos sindicatos RATP e SUD Rail Solidarity, para construí-la e estendê-la a todos os setores e territórios e debater com mulheres trabalhadoras e trabalhadores sua renovação no sexto e nos dias seguintes.

A Central Sindical e Popular CSP-Conlutas decidiu em seu 4º Congresso se solidarizar e apoiar com toda a sua força essa grande greve dos trabalhadores franceses, que lutam por seus direitos e contra a exploração do lucro e do capital

Todo apoio à Greve Geral de 05 de dezembro de 2019 na França!

Em defesa do sistema público de aposentadoria!

Contra as Reformas de Macron!

MOÇÕES NACIONAIS

REPÚDIO À MAGISTRADA MARIA DANIELA BINATA DE CASTRO, DA 5ª VARA CÍVIL DA COMARCA DE DUQUE DE CAXIAS DO RIO DE JANEIRO

No dia de dois de outubro do ano de 2019, o servidor Sérgio Ricardo, da 5° Vara Civil da Comarca de Duque de Caxias do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ex-diretor do SindJustiça/RJ, teve suas férias arbitrariamente suspensa, assim como os demais servidores que trabalham em seu cartório, pela juíza Maria Daniela Binata de Castro que alegou insatisfação com a produtividade do cartório. Após esse fato, o servidor, que estava com viagem programada e passagens compradas, foi tomado por forte emoção e, em surto momentâneo, danificou mobiliário e equipamentos do seu local de trabalho.

Todos sabemos que o serviço público, em geral, vem passando por um desmonte, fruto de política dos governos federal, estadual e municipal, visando a sua extinção, especialmente com a ausência de concurso público e terceirizações. No judiciário não é diferente, pior ainda, com a perversa política de produtividade e cumprimento de metas absurdas que deixam os servidores sob constante pressão e assédio moral. Sérgio, e demais colegas, foram vítimas dessa política covarde e déspota da magistrada.

Nesse sentido, nós, delegados(as) do 4° Congresso Nacional da CSP-Conlutas, repudiamos a atitude autoritária da magistrada que cerceou o direito de gozo de férias dos servidores, direito este garantido na Consolidação das Leis Trabalhistas e no estatuto do servidor.

APOIO E SOLIDARIEDADE À GREVE DOS (AS) TRABALHADORES (AS) DO DETRAN-RN

Os (as) trabalhadores (as) do Dentran-RN deram início a uma greve por tempo indeterminado desde o último dia 9 de setembro.

A pauta da categoria é pelo pagamento das folhas atrasadas dos (as) aposentados (as) e pensionistas, reposição de perdas salariais, concurso público, autonomia administrativa e financeira (contra o decreto 29007/19), entre outros pontos.

Servidores lutam contra o desmonte

do Detran-RN pelo governo Fátima Bezerra/PT, que segue a orientação do governo Bolsonaro de retirar a autonomia das autarquias com a criação da conta única.

O Dentran-RN, em apenas 4 anos, obteve um crescimento econômico de 70%. Enquanto repete o discurso dos seus antecessores, afirmando que não pode atender as reivindicações por conta da crise, o governo mantém contratos milionários com empresas que levam boa parte das receitas do órgão.

Levantamento feito pelos (as) trabalhadores identificou que há 10 empresários com contratos com o Dentran-RN custando 70% da folha de pagamento da autarquia.

Apesar de retirar 30% da arrecadação do Dentran-RN, via DRE (Desvinculação das Receitas do Estado), para repasse ao IPERN (Instituto de Previdência do Rio Grande do Norte), segundo o próprio governo, os aposentados (as) e pensionistas da autarquia ainda sofrem com 3 folhas de pagamento atrasadas.

A terceirização é outra forma do governo repassar milhões de recursos do Estado para os empresários. A categoria luta por um concurso público como forma de melhorar as condições de trabalho e melhorar as condições de atendimento à população.

É preciso cobrir de solidariedade a greve da categoria e ajudá-la a conquistar suas justas reivindicações e nesse sentido o 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) aprova moção de apoio e solidariedade à greve dos (as) trabalhadores e trabalhadoras do Dentran-RN.

REPÚDIO À EXONERAÇÃO DE 19 SERVIDORES DA CULTURA E À POLÍTICA DE DESTRUIÇÃO E CENSURA DA CULTURA BRASILEIRA IMPOSTA PELO GOVERNO BOLSONARO

Nós, delegados do Congresso da CSP-Conlutas, viemos através da presente moção repudiar as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro contra os órgãos responsáveis por criar, difundir e preservar a cultura brasileira, como as exonerações divulgadas nesta sexta-feira, 04 de outubro.

O DOU (Diário Oficial da União) divulgou nesta sexta-feira, 04 de outubro, a exoneração e dispensa de todos os funcionários com cargos no Centro de Artes Cênica da Funarte (Fundação Nacional das Artes), vinculada ao Ministério da Cidadania. A medida, que atinge 19 trabalhadores, evidencia o despreparo e falta de compromisso com princípios fundamentais da administração pública como a legalidade e impessoalidade.

O diretor Roberto Alvim, declarado apoiador de Bolsonaro, diz que não foi consultado sobre essa decisão. "Meu departamento inteiro foi exonerado, não sei se os nossos teatros sequer vão poder abrir hoje. Isso provoca a paralisação de todo o meu trabalho", afirma.

Porém, matéria publicada pelo portal de notícia da Revista Fórum, Alvim sugeriu, em um projeto de Revitalização da Rede Federal de Teatros, que é preciso que o governo do presidente Jair Bolsonaro "atue firme e propositivamente na área da arte e cultura, hoje dominada pelo marxismo cultural e pela agenda progressista.

O projeto prevê inclusive a transformação do Teatro Glauce Rocha, no centro do Rio, "no primeiro teatro do país dedicado ao público cristão". De acordo com documentos que constam de processo aberto na Funarte, o espaço será entregue à Companhia Jeová Nissi, grupo de orientação evangélica fundado em 2000.

Outro episódio, sinaliza para uma possível censura da peça de teatral "Res Publica 2023", do Grupo Motosserra Perfumada, vetada por Alvim com a justificativa de não atender critérios de qualidade da Funarte. Porém, o grupo sustenta que o veto teria sido um "filtro" de censura pelo fato do espetáculo ter cunho político e de abordar a ditadura militar.

A situação na área da cultura é alarmante, principalmente, por ficar evidente que não é uma ação isolada e sim uma política de ataque, com reflexos, também, em órgãos como Iphan, Cinemateca e Ancine.

Nesta mesma toada o IPHAN, também foi alvo de exonerações de servidores técnicos dos cargos de chefia, para, segundo matéria do jornal O Globo, beneficiar aliados do governo. Especialistas, de entidades de arte, história e arquitetura, os servidores foram substituídos por profissionais sem especialização na área do Patrimônio e ligados ao partido do presidente.

Na Cinemateca Brasileira, militares e políticos, como o deputado estadual Castello Branco/PSL-SP, têm se reunido para impor a pauta conservadora nos eventos e na programação da instituição, como por exemplo a realização de uma amostra de filmes militares.

A presença desses grupos na Cinemateca vai ao encontro de outras práticas do governo ultraliberal de Bolsonaro que afetam diretamente a diversidade na produção audiovisual do país, propondo censuras em filmes considerados de temática "polêmica".

Na mesma linha, vem sendo discutido, junto ao Ministério da Cidadania, que temas considerados polêmicos pela agenda conservadora, como filmes que envolvam drogas e questões de gênero, deveriam ser evitados em produções incentivadas com recursos públicos.

No final, fica claro que o projeto burguês de Bolsonaro visa um ataque amplo e irrestrito contra a cultura brasileira e aos trabalhadores da cultura.

Apenas uma ação de unidade revolucionária será capaz de barrar estas medidas de caráter colonialista, entreguista e lesa-pátria.

E nesta guerra de classes declarada pelo governo, nós, delegados deste congresso reafirmamos o nosso compromisso ao lado da classe trabalhadora.

REPÚDIO AO GOVERNADOR DO AMAZONAS, WILSON LIMA (PSC) QUE PERSEGUE E ASSASSINA

Repudiamos o governador Wilson Lima, aliado de Bolsonaro, que persegue e assassina os povos indígenas, negros, sem-teto e sem-terra, por meio polícia militar, com ações noturnas nas periferias de Manaus.

REPÚDIO ÀS PRISÕES POLÍTICAS DE FLÁVIO DINO (MA)

Nós, delegados(as) do 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas viemos, através da presente moção, denunciar os ataques do governo de Flávio Dino (PCdoB) contra as comunidades tradicionais e quilombolas da Baixada Maranhense, que, juntamente com o Judiciário e Ministério Público se corrompe a favor dos latifundiários e expede mandato de prisão para trabalhadores rurais.

APOIO A APROVAÇÃO A PEC 147/2015

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas apoia a luta dos servidores dos ministérios públicos estaduais em defesa da democratização do Ministério Público brasileiro contra a terceirização, pelo fim do assédio moral sexual e moral cometido contra servidores e estagiários, e assim manifesta apoio a aprovação da PEC 147/2015 (PEC do voto), pela qual os servidores requerem o direito a votar na eleição da lista tríplice para os procuradores-gerais de justiça dos estados.

APOIO AO ASSENTAMENTO PDS (PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL) OSVALDO DE OLIVEIRA EM MACAÉ – RJ

Nós, delegados do 4° Congresso Nacional da CSP-Conlutas, nos solidarizamos à luta das 63 famílias do assentamento Osvaldo de Oliveira, que hoje estão sob ameaça de despejo

O PDS Osvaldo de Oliveira é referência na agricultura sustentável, sem uso de agrotóxico e na preservação de meio ambiente. Atualmente, além das feiras agroecológicas, o assentamento fornece alimentos saudáveis para as escolas da rede municipal de Macaé.

Defender o assentamento Osvaldo de Oliveira é fortalecer a luta pela reforma agrária e a preservação do meio ambiente no estado no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

Não ao despejo!

Todo apoio as famílias do assentamento PDS Osvaldo de Oliveira!

APOIO À LUTA DOS ESTUDANTES, TRABALHADORES E PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO SUL DO BRASIL

O plenário do 4º Congresso da CSP-Conlutas Central Sindical e Popular saúda a luta dos estudantes das universidades federais públicas do Sul do Brasil, que iniciaram um primoroso movimento grevista contra os cortes orçamentários na Educação e contra o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se, conclamando a construção de uma Greve Nacional da Educação por tempo indeterminado.

Em particular, estende solidariedade aos estudantes de graduação da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), que tomaram a iniciativa de luta deflagrando greve estudantil no dia 10 de setembro, sendo acompanhados pelos estudantes da Pós-Graduação desta universidade no dia 11 de setembro. Que a greve estudantil da UFSC permaneça forte e altiva! A ousadia desses estudantes, que tomaram a defesa da Universidade Pública em suas mãos, serve de inspiração a estudantes e trabalhadores de todo o Brasil.

Lado a lado com os grevistas da UFSC, já se somaram os estudantes do campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa, que deflagraram greve no dia 17 de setembro, e da Universidade Federal de Santa Maria, no dia 2 de outubro. É também de grande importância o movimento dos estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul, que lutam incansavelmente, desde o dia 30 de agosto, pela destituição de um interventor em sua Reitoria.

A luta desses estudantes não se restringe à rejeição dos cortes orçamentários da Educação Superior no governo Bolsonaro. Ela eleva o tom de denúncia ao que é uma política de Estado, que atravessou todos os governos anteriores: comprimir o financiamento da Educação Pública, da produção de Ciência e de Cultura, restringir o papel histórico da Universidade aos interesses do Capital e fechar suas portas aos trabalhadores.

A luta estudantil deve ser unificada com as lutas dos trabalhadores, em especial contra a Reforma da Previdência, contra o programa de privatizações e a política econômica antipopular. Esses ataques estão intimamente ligados com os ataques à Educação Pública e aos demais direitos conquistados pelos trabalhadores. Sua rejeição, portanto, deve ser conjunta. Os estudantes já demonstraram que tem imensa força e potencial de mobilização com as manifestações dos dias 15 e 30 de maio. Que essa força sirva de apoio a outras categorias, que se unifique a luta radical para derrubar o projeto antipopular e ultradireitista de Bolsonaro, Guedes e Weintraub!

O plenário do 4º Congresso da CSP-Conlutas chama as entidades nacionais estudantis, a União Nacional dos Estudantes e a Associação Nacional dos Pós-Graduandos, a convocar à construção da Greve Nacional da Educação por tempo indeterminado. Que as entidades estudantis nacionais e regionais, os diretórios centrais, trabalhem para construir uma luta unitária do movimento estudantil. Onde não for possível construir a luta radical em unidade, que os estudantes não duvidem de sua força e tomem para si essa tarefa, passando por cima das entidades traidoras.

- Pela rejeição integral do Programa Future-se!

- Todo o dinheiro de volta para a Educação Pública!

- Viva a luta estudantil por uma universidade dos trabalhadores!

- Pela construção de uma Greve Nacional da Educação por tempo indeterminado, rumo à Greve Geral no país!

REPÚDIO ÀS PRISÕES PREVENTIVAS DOS CAMPONESES JOSE LAUDIVINO DA SILVA DINIZ, EDILSON DA SILVA DINIZ, EMILDE CARDOSO DINIZ, ANTONIO CARLOS DA SILVA DINIZ E JOEL ROQUE MARTINS DUTRA PELO GOVERNO DE FLÁVIO DINO (MA)

Os Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão, e as organizações sociais que esta assinam moção tornam público o seu mais veemente repúdio às prisões preventivas dos camponeses José Laudivino da Silva Diniz, Edilson da Silva Diniz, Emilde Cardoso Diniz, Antonio Carlos da Silva Diniz e Joel Roque Martins Dutra. Decretadas por uma decisão injusta do juiz da Comarca de Arari, Luiz Emilio Braúna Bittencourt Júnior, que acolheu parecer ilegal da representante do Ministério Público, Lícia Ramos Cavalcante Muniz, após representação de uma farsa de inquérito policial conduzido pelo delegado de polícia civil, Alcides Martins Nunes Neto. Acusados de forma absurda dos crimes de dano qualificado, exercício arbitrário das próprias razões e associação criminosa, teses descabidas, estapafúrdias e requentadas pela polícia e pelo ministério público da comarca, mesmo assim aceitas sem pestanejar pelo sempre e mesmo judiciário, inimigo secular dos camponeses, lavradores, quilombolas do Maranhão, em que veem perturbação da ordem pública na derrubada de cercas criminosamente erguidas em campos públicos, sem que tenha havido qualquer providência contra os verdadeiros criminosos e para proteger bem público ilicitamente invadido, apropriado e dilapidado. Prisões na verdade que têm por funções retirar das próprias autoridades envolvidas a responsabilidade pela cumplicidade com a grilagem de terras; criminalizar quem legitimamente luta pelos campos públicos livres e humilhar quem luta pelos seus direitos e de suas comunidades. Presos desde o dia 13/09, até a presente data encontram-se no presídio de Viana/Ma, para onde foram levados após o cumprimento da ordem judicial. Cabe relatar que, na madrugada desse dia, entre 04h30 e 05h20 horas, contingente policial ex-

pressivo, em 7 (sete) viaturas policiais e um carro sem identificação, entrou na comunidade e realizou as prisões, com a prática comum e criminosa de invadir domicílio, buscar e destruir objetos pessoais e residenciais, sem qualquer apresentação dos respectivos mandados, nem mesmo qualquer informação verbal sobre os motivos da prisão ou mesmo a identificação das autoridades mandantes e responsáveis. Quatro camponeses, trabalhadores, pais de família, lideranças do Povoado Fleixeiras/Arari, militantes sociais dos Fóruns e Redes de Cidadania, cidadãos da República Federativa do Brasil, presos arbitrariamente, numa completa e reiterada violação do Estado Democrático de Direito e das convenções internacionais em que o país é signatário. Aproveitamos a oportunidade para prestar nossa imensa solidariedade a esses lutadores povo, corajosos e combativos defensores dos direitos de suas comunidades.

APOIO À CHAPA 2 OPOSIÇÃO DO SITSESP - SINDICATO DOS TRABALHADORES SOCIOEDUCATIVOS (SP)

Nós, delegados do 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, declaramos nosso apoio e nos solidarizamos a chapa 2 - Oposição do SITSESP (Sindicato Dos Trabalhadores Socioeducativos - Fundação CASA), eleita no último processo eleitoral nos dias 26 a 31 de agosto.

Apesar de termos sidos eleitos com todas as dificuldades, conseguimos arrecadar com a categoria 6 mil reais para custeio dos mesários e da campanha.

Durante todo o processo eleitoral, em especial na coleta de votos, foi observada diversas práticas antidemocráticas realizadas pela comissão eleitoral e seus mesários. Temos relatos, áudios e vídeos de tentativa de compras de nossos mesários, com promessas de pagamento de até dois mil reais para adulterar os votos presentes nas urnas.

No dia 31/08/2019 ocorreu a escrutinação do pleito no SITSESP (Sindicato Dos Trabalhadores Socioeducativos - Fundação CASA), na qual a chapa 2 - Oposição foi vencedora, com auxílio e apoio da CSP-Conlutas.

Dias após essa grande vitória dos trabalhadores, a chapa 1 situação, ingressou com a anulação do pleito junto à Comissão Eleitoral, o qual foi acatada. O que vemos é um desmonte do sindicato, apoiado pela CUT, por suas práticas burocráticas e antidemocráticas, não respeitando o direito de escolha legitima dos trabalhadores.

A Comissão Eleitoral foi composta por integrantes cutistas eleita em um congresso, onde a maioria dos integrantes eram diretores da entidade sindical.

Após a anulação do pleito fomos convidados pela CUT Estadual para montarmos uma Chapa Única para o novo pleito, sendo paritária a composição desta nova chapa.

Fomos advertidos que o não aceite implicaria em nossa derrota neste novo pleito, já que desta vez eles não iriam 'errar a mão', não iriam perder um sindicato de base estadual e jamais permitiriam perder um sindicato para CSP-Conlutas, palavras do Douglas, presidente estadual da CUT/SP.

Vemos que não é a primeira vez que isso ocorre, tem sido recorrente esta prática da CUT, estão pensando apenas na estrutura, se tornaram sindicatos pelegos, sem luta e querem permanecer dentro da estrutura a qualquer custo.

Eles alteraram os integrantes da chapa 1 e estão usando toda estrutura para garantir sua manutenção. O grupo da Chapa 2 exigirá judicialmente a manutenção do resultado da eleição ocorrida no mês de agosto de 2019, mas, por cautela, decidiu participar do novo pleito da mesma forma em que concorreu no primeiro, sem vínculo e sem acordo com a CUT. O novo pleito ocorrerá nos dias 11/12/13/14 de dezembro de 2019, no qual estaremos novamente concorrendo, pois não podemos confiar na justiça burguesa.

Mais uma vez precisaremos do apoio de todas as lideranças da CSP-Conlutas nesta briga contra o patrão e o peleguismo que ronda nosso sindicato, pois sabemos que temos a árdua missão transformadora de tirar nosso sindicato da mão do patrão e trazer o sindicato para mão da classe trabalhadora.

REPÚDIO À POLITÍCA DE GENOCÍDIO E ENCARCERAMENTO DO POVO NEGRO, APLICADO PELO GOVERNADOR WILSON WITZEL NO RIO DE JANEIRO

Nós, delegados do 4º da CSP-Conlutas, nos solidarizamos com a dor das famílias das vítimas da violência policial das favelas do Rio de Janeiro e, em especial, a da família da Agatha Felix, de 8 anos, assassinada pela polícia racista do RJ.

A periferia precisa de saneamento básico, educação, saúde, emprego, saúde, emprego e moradia, além de cultura e lazer para a nossa juventude. No entanto, o Estado do Rio de Janeiro só leva polícia e morte para as nossas comunidades.

Basta de genocídio do povo negro. Queremos reparação já!

REPÚDIO AO RACISMO INSTITUCIONAL DO GOVERNO DE ALEXANDRE KALIL (PSD), PREFEITO DE BH (MG)

Nós, delegados do 4º da CSP-Conlutas, repudiamos o racismo institucional do governo Alexandre Kalil (PSD), prefeito de Belo Horizonte, contra o jornalista ocupante de cargo público na secretaria de Prevenção social ao Crime e Violência, que foi exonerada após tornar público o racismo sofrido tanto na fala do guarda municipal Lizardo Damasceno que afirmou que "Preto bom é Preto morto!", como em mensagem de email, Márcia Cristina Alves, afirmou que "Mulher preta tem mesmo é que limpar o chão!", diretora da mesma secretaria e chefe de Etiene.

Exigimos o fim de qualquer tipo de opressão a qualquer tipo de opressão a classe trabalhadora.

REPÚDIO AO DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA BAHIA NOS GOVERNOS ACM NETO (DEM) E RUI COSTA (PT)

Nós, delegados e delegadas presentes no 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, realizado em Vinhedo-SP, entre os dias 03 a 06.10.2019, vimos a público denunciar os processos de privatização e militarização das escolas públicas estaduais e municipais da Bahia nos governos ACM Neto (DEM) e Rui Costa (PT).

Esses governos estão implementando os projetos "Pé na escola", da Prefeitura Municipal de Salvador, a privatização da administração de 120 escolas estaduais dos municípios de Salvador, Camaçari, Ilhéus e Itabuna e realizando cortes no orçamento das Universidades Estaduais Baianas e o ataque à carreira docente.

A CSP-Conlutas vem a público exigir a revogação da Portaria 770/19 editada pelo Governo do Estado da Bahia, porque representa a total e criminosa privatização da educação pública no estado, na medida em que prevê a contratação de técnicos para manutenção da escola, pessoal de apoio e professores substitutos, por OS (Organização Social), precarizando ainda mais as relações de trabalho e o serviço prestado na educação baiana, joga pá de cal nas carreiras dos docentes e técnicos administrativos, permitindo inclusive a inacreditável contratação temporária, com riscos de rebaixamento ainda mais o nível de aprendizado das crianças e jovens baianos. Nunca é demais lembrar que o estado da Bahia tirou a última colocação na avaliação do Ensino Médio no país.

Com essa Portaria o Governador Rui Costa (PT) joga a educação estadual na mesma vala onde ACM Neto (DEM) e Bolsonaro (PSL) jogam a educação municipal e federal selando unissimamente o fim da educação pública. Não aceitaremos a imposição de forma de contratação que permite total influência político-ideológica obedecendo ao viés meramente economicista, tratando a educação como uma moeda de pouco valor, e de instrumento para manutenção do conservadorismo e alienação social. Isso negará completamente ao povo baiano quaisquer possibilidades de uma educação que seja instrumento de ascensão profissional e social, de estímulo ao pensamento crítico, liberdade, laicidade e cidadania plena.

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), através do projeto "Pé na escola", oferece compra de vagas nas escolas particulares e nas escolas comunitárias através de "voucher". O projeto "Primeiros passos" oferece uma irrisória bolsa sob a nomenclatura de "auxílio-educação" para famílias de baixa renda no valor de R$ 50,00 por criança que não conseguiram vagas nas creches públicas.

Repudiamos as tentativas de militarização da educação pública, comandadas pelo governo federal, através do projeto das escolas cívico-militares que já estão sendo oferecidas para os governos estaduais e municipais. Na Bahia, já temos 63 escolas municipais e estaduais sob a gestão militar. Consideramos que essas diretrizes, associadas aos processos de corte e contingenciamento dos recursos da educação contribuem para o desmonte da educação pública no Brasil.

O governo do Estado vem há algum tempo cortando os recursos das Universidades Estaduais (110 milhões entre 2016-2018), da mesma forma que o governo federal. O projeto "Future-se", do governo federal, prevê que o financiamento das IFES seja feito via venda de serviços e contratação de professores sem concurso, retirando a autonomia de gestão das universidades. O governo do estado da Bahia vem reduzindo recursos, contingenciando gastos, retendo promoções e progressões e agora quer limitar o regime de Dedicação Exclusiva dos docentes para quem tem mais de 10 anos para aposentadoria.

Entendemos que esses projetos visam precarizar ainda mais as condições de trabalho docente e de servidores, tornar a educação mercadoria, burlando o princípio constitucional de que a Educação é um direito do cidadão e dever do Estado.

A CSP-Conlutas não se calará enquanto o prefeito ACM Neto e o governador Rui Costa não revogarem essas medidas de desmonte e privatização da educação pública baiana.

- Educação nao é mercadoria!

- Contra a portaria 770.2019-BA!

- Contra a militarização das escolas públicas!

- Contra os programas "pé na escola" e "primeiros passos"!

- Contra os ataques à carreira docente!

APOIO À CAMPANHA DE REINTEGRAÇÃO DA TRABALHADORA HELLEN CRISTINA DE OLIVEIRA ALVES, SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL DO IFPI SÃO RAIMUNDO NONATO

Nós, delegados e delegadas presentes no 4º Congresso da CSP-Conlutas, juntamente com o Sintai-IFPI (Sindicato dos Técnicos-Administrativos do Instituto Federal do Piauí), viemos a público externar nosso repúdio às ações arbitrárias e isoladas praticadas pela direção do Campus do IFPI de São Raimundo Nonato que, numa manipulação grosseira das normas internas e da legislação vigente, estão transformando processos administrativos disciplinares (PAD) em instrumentos de perseguição política de servidores e servidoras. Exemplo berrante dessa postura culminou com a demissão delituosa da servidora e dirigente sindical Hellen Cristina de Oliveira Alves.

Por esse motivo, recorremos à Reitoria do IFPI, enquanto instância hierarquicamente superior, no sentido de tornar sem efeito esse abominável ato de arbitrariedade e perseguição e faça valer a normalidade administrativa dentro da racionalidade legal que rege e orienta a administração pública no Estado democrático de direito, conforme a Constituição de 1988, preservando, assim, a impessoalidade, a transparência e a legalidade, bem como a liberdade de opinião e garantia das boas e saudáveis relações no ambiente de trabalho. Nesses termos, postulamos que a direção do IFPI reconsidere sua decisão administrativa e torne sem efeito a demissão da servidora Hellen Cristina de Oliveira Alves. Reintegração, Já!

#LutarNãoéCrime

#ReintegraçãoJá

#PeloFimDasPerseguições

#GestãoDemocrática

REPÚDIO À PREFEITA PAULA MASCARENHAS (PSDB) E APOIO À LUTA DOS SERVIDORES, ACS E ACE DO MUNICÍPIO DE PELOTAS (RS)

Nós, delegados do 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, repudiamos os atos da prefeita Paula Mascarenhas (PSDB) que parcela os salários dos servidores e dos ACS/ACE do município de Pelotas (RS).

Os servidores estão há uma semana, mobilizados e farão ato público, no próximo dia 07 de outubro, em frente a prefeitura.

Apelamos para as entidades apoiarem política e materialmente a greve dos servidores do município de Pelotas (RS), a ser encaminhado pela CSP-Conlutas Estadual do Rio Grande do Sul.

CONTRA A MILITARIZAÇÃO E O PROJETO DE CENSURA NAS ESCOLAS

O governo Bolsonaro, de ultradireita, apologista da ditadura militar e incitador do ódio contra negros e negras, mulheres, LGBTs e toda a classe trabalhadora, lançou o programa nacional das escolas cívico militares.

Se hoje os jovens estudantes LGBTs já são expulsos das escolas eu universidades, ou nem tem acessos a elas, um projeto marcadamente repressor e autoritário vai potencializar ainda mais este processo de expulsão ou não acesso. Hoje a juventude já vive uma repressão a sua orientação sexual e identidade de gênero dentro das escolas, este projeto sendo implementado, acabará com qualquer espaço para discussão sobre gênero e sexualidade, fazendo com que a situação de todas as LGBTs piore. Por isso, a CSP-Conlutas tem que ter um posicionamento claro

contra este projeto!

Paralelo a isso, vimos já de alguns anos, os defensores da "escola sem partido" fazerem uma campanha reacionária contra o que chamam de "ideologia de gênero", totalmente abraçada por este governo. Como se as pessoas pudessem ser doutrinadas para se tornarem LGBTs. Na verdade, este projeto de censura é uma reação conservadora aos tímidos passos conquistados para a discussão sobre gênero, identidade e orientação sexual conseguidos nas escolas. Contra estes discursos e projetos reacionários, a CSP-Conlutas, deve-se colocar a frente da luta pela garantia da liberdade de expressão e discussão de qualquer tema da sociedade nos espaços escolares.

Por fim, mas não menos importante, achamos que devemos dar a batalha contra qualquer ingerência conservadora de Bolsonaro, do MEC e das demais instâncias governamentais que venham no sentido de tentar censurar a divulgação de livros, a realização de peças, eventos ou qualquer outras ações que não condizem com a sua cartilha ideológica, como aconteceu recentemente na Bienal do Livro do Rio de Janeiro pelo Prefeito Marcelo Crivella e na rede estadual de educação de São Paulo, pelo governador João Dória, em ações abertamente LGBTfóbicas.

-Não à militarização da educação! Não ao projeto escola sem partido e a qualquer tentativa de censura e repressão nas escolas e universidades!

- Pelo debate de gênero e sexualidade nas escolas! Por uma educação 100% pública, gratuita e laica, com acesso e permanência para todas as LGBTs!

- Pela garantia de uma educação voltada aos interesses de autonomia, livre expressão e de afeto das LGBTs!

EM DEFESA DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DO SETOR DE ALIMENTAÇÃO DA UNICAMP (SP)

No último dia 18 de setembro, o Dr. Miranda, atual superintendente da Funcamp, esteve presente na CPI das Universidades na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo). Em apresentação, fez esclarecimentos sobre a Fundação e suas atribuições. Ele deixou claro que fará a extinção do contrato da nutrição entre Funcamp e Unicamp, resultando em 330 funcionários que serão demitidos em dezembro de 2019. O rompimento do contrato seria por um problema do processo de licitação. Ocorre que os trabalhadores não podem ser prejudicados por isso. É um caso exemplar da absurda lógica de terceirização e precarização.

A gravidade da situação é real, considerando que no último grande contrato extinto entre a Funcamp e Unicamp, que foi o da vigilância e segurança, que gerou muitas revoltas entre os trabalhadores demitidos, especialmente porque a nova empresa não poderia contratar os vigilantes demitidos da Funcamp.

Outro fato grave neste caso de troca de contrato da Funcamp é a continuidade de uma lógica de rebaixamento dos salários. Na troca de empresas, eles privilegiam as empresas que apresentarem o menor salário, ou seja, devem rebaixar ainda mais os salários e retirar direitos.

Nesta conjuntura, de profundas retiradas de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, de desemprego e rebaixamento salarial, além dos ataques à universidade pública, devemos ter profundo sentimento de solidariedade de classe e contribuir para a resistência e a organização do movimento operário.

Diante desse quadro de grande gravidade dos trabalhadores terceirizados da Unicamp, os delegados deste 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas se somam ao combate feito pela defesa dos empregos e direitos dos trabalhadores do setor de alimentação da Unicamp.

Sem os trabalhadores da alimentação, a universidade não funciona. Temos que juntar todo mundo em defesa dos empregos de 330 pais e mães de família que lutam diariamente pela sobrevivência e não podem ser tratados com desprezo e desrespeito.

A luta tem que ser feita, de cara limpa e cabeça erguida. Temos que nos organizar e defender os empregos, direitos e dignidade.

Em defesa dos empregos! Contra a demissão que está sendo anunciada!

Nenhuma demissão!

Trabalhador unido, jamais será vencido!

APOIO E SOLIDARIEDADE AO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA POPULAR DO DF

O MRP (Movimento de Resistência Popular), que tem enfrentado os governos do Distrito Federal na justa luta por moradia, está sendo criminalizado e perseguido politicamente. O DF possui uma das maiores especulações imobiliárias do Brasil e um déficit de mais de 125 mil unidades habitacionais.

Os sucessivos governos beneficiam empreiteiras aprofundam cortes nas áreas sociais, não desenvolvem políticas habitacionais e tentam calar as lutadoras e lutadores que se insurgem contra essa situação. Nesse sentido, no dia 23 de outubro a justiça do DF estará, em mais uma tentativa de criminalização, julgando vários militantes do movimento.

Nós, delegados e delegadas presentes no 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas repudiamos a tentativa de criminalização e se solidarizam ao MRP. O movimento não está sozinho nesta luta! Quando morar é um privilégio, ocupar é um direito!

Não à criminalização da luta!

MOÇÃO DE APOIO AOS PROFESSORES PERSEGUIDOS NO MUNICIPIO DE VINHEDO (SP)

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas de 2019 ocorre no município de Vinhedo. Nesse município o governo Jaime Cruz do PSDB persegue professores e servidores que se opõem e a atual administração.

Em Vinhedo o "Projeto Partido Sem Escola" possui apoiadores que, em conjunto com o prefeito, persegue professores que trabalham temas como combate a violência a mulher.

Nós, delegados do 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, apoiamos os professores perseguidos, em especifico a professora Virginia M.B. Ferreira, que sofre processo administrativo por tratar do tema da violência contra a mulher em sala de aula, que é proposta da Lei Maria da Penha, nos parâmetros curriculares nacionais, nos temas transversais e na lei orgânica do município.

Defendemos a liberdade de cátedra, a democracia nas escolas e uma educação que combata a violência contra a mulher. Os casos de violência são alarmantes no Brasil e em Vinhedo não é diferente. A escola deve ser um espaço que atue no sentido de acabar com a violência e promover a igualdade.

MOÇÃO DE REPÚDIO PREFEITO AO NELSON MARCHEZAN JÚNIOR (PSDB) DE PORTO ALEGRE (RS) PELAS DEMISSÕES DOS TRABALHADORES DO IMESF

Nós, delegados do 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, repudiamos os atos do prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior (PSDB), que apresenta como forma de prestar os serviços de saúde as substituição e demissão dos trabalhadores do IMESF por empresa privada, empresa está que já foi questionada pelo favorecimento em licitação em Porto alegre.

O povo que batalha não pode ficar sem atendimento à saúde.

Não à privatização.

Saúde não é mercadoria!

APOIO E SOLIDARIEDADE A JÚLIO NORONHA E TATIANA ALVES, SERVIDORAS DO HOSPITAL FEDERAL DE BONSUCESSO (RJ)

O diretor do programa do Ministério da Saúde, Marcelo Lamberti, transferiu sumariamente a servidora Tatiane Alves, mulher negra, mãe, servidora da UFRJ desde 2009, ativista dos movimentos de mulheres, sindicalista e lutadora incansável em defesa do SUS e da federal e do servidor médico Júlio Noronha por denunciar as condições precárias da unidade.

Neste sentido, nós, delegados do 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, exigimos a imediata revogação das medidas contra os servidores, assim como a perseguição política e o assédio moral por parte da Direção do Hospital Federal de Bonsucesso /RJ e o governo Bolsonaro.

- Revogação de suas remoções!

- Lutar não é crime!

- Ninguém solta a mão de ninguém!

SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES DO INSS E REPÚDIO À IMPOSIÇÃO DE METAS ABUSIVAS AOS SERVIDORES – DENUNCIA À RESTRIÇÃO DE ACESSO A SERVIÇOS PELA POPULAÇÃO NAS AGÊNCIAS DO INSS

Os delegados(as) no 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, realizado entre os dias 03 a 06 de outubro de 2019, aprovaram esta moção de solidariedade as reivindicações dos trabalhadores do INSS e a denúncia para todas as entidades filiadas e para a população brasileira, a política de restrição de acesso às agências do INSS, seguindo a dinâmica de desmonte e extinção da Previdência Pública, que através de atos e portarias internas do INSS está proibindo o atendimento presencial à população.

O INSS ainda é o maior distribuidor de renda do país, atendendo mais de 35 milhões de brasileiros.

A implementação de novas tecnologias e o chamado INSS Digital, que deveria ser mais uma opção de acesso aos serviços, vem sendo utilizado como forma de restringir o acesso e com isto precarizar o atendimento de milhares de pessoas, desconsiderando que grande parte da população Brasileira não tem acesso sequer a internet.

Cabe destacar que os maiores prejudicados pela restrição de acesso é a população pobre do país, e em particular os idosos.

Apesar da propaganda de modernização o INSS possui problemas estruturais com déficit de funcionários, lentidão de sistemas, rede de internet precária em mais de 65% das Agências e parque tecnológico obsoleto.

Cabe ressaltar que as novas tecnologias estão sendo implementadas no contexto do ajuste fiscal, fechando agências e visando substituir mão de obra de trabalhadores em uma categoria que já se encontra com seu quadro funcional defasado, tendo a perspectiva de aposentadoria de mais da metade de seu efetivo até o início do próximo ano.

Hoje a quantidade de servidores para atender a população é insuficiente para o tamanho da demanda. As filas que antes se aglomeravam nas portas das Agências, agora ficam ocultas na nuvem virtual. O tempo mínimo de espera para análise da maioria dos benefícios ultrapassa os seis (6) meses.

O INSS e o governo Bolsonaro além de penalizar a população que depende desse serviço, penalizam os trabalhadores do INSS que estão sofrendo assédio institucional com a imposição de metas abusivas e condições de trabalho injustas, com a transformação da análise e reconhecimento de direitos em uma verdadeira linha de produção.

Os trabalhadores do INSS não são responsáveis pelo colapso e crise da rede de atendimento do INSS, essa crise foi criada pelo governo e pela Gestão deficitária e o Instituto encontra-se à beira de um Colapso.

Por fim defendemos que o INSS:

- Não restrinja o atendimento em suas agências à população;

- Que as modalidades virtuais sejam utilizadas como uma opção de acesso e não como forma de restrição de acesso à população;

-Pela abertura imediata de concurso público como forma de garantir um serviço público com eficiência e qualidade para a população;

- Contra o Assédio Moral imposto aos trabalhadores do INSS e por condições de trabalho dignas.

APOIO E DEFESA DA VIDA PROFESSORA MARA CRISTINA GONÇALVES DA SILVA

Mara Cristina Gonçalves da Silva, professora de história da Etec (Escola Técnica Estadual Franco da Rocha de São Paulo), tomou conhecimento que um grupo de aluno da escola onde leciona, planeja desde 2018, através de um grupo em rede social, atentou contra a sua vida. O grupo demonstra claro apoio às ideias do movimento "Escola sem Partido", apoiado pelo governo Bolsonaro, que pretende proibir a organização e livre debate de ideias na comunidade escolar.

A professora Mara solicitou a direção da escola que tomasse providencias em relação a transferência compulsória dos estudantes e demais envolvidos.

Assim, os(as) delegados(as) do 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas se solidarizam com a professora Mara Cristina Gonçalves da Silva e exigem providências imediatas para proteger a integridade física, moral e pedagógica da professora.

REPÚDIO À POLÍTICA DE GENOCÍDIO DA JUVENTUDE DA PERIFERIA DE MANAUS PELA POLÍCIA MILITAR

Nós, delegados(as) do 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, repudiamos a política genocida e de extermínio da juventude da periferia de Manaus pela Polícia Militar. Em 29/10/16, oito policiais abordaram três jovens, Alex Roque (25 anos), Everton Marinho (20 anos) e Kasia (19 anos), e estes nunca mais foram vistos.

A família passou a fazer busca na mata, recolheu provas e com estes dados conseguiram provar que os jovens haviam sido assassinados, e os corpos haviam sido ocultados. Através da organização e da luta popular, os policiais envolvidos foram presos por 2 anos e 9 meses, porém desde março/19 estão em liberdade, trabalhando nas ruas do bairro de Grande Vitória, bairro onde residiam os jovens, como se nada nunca tivesse acontecido.

As famílias das vítimas pedem por justiça e que os policiais assassinos sejam julgados em júri popular.

- Pelo fim da PM!

– Pelo fim do genocídio dos jovens nas nossas periferias!

APOIO AOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA FUNPAR

O 4° Congresso Nacional da CSP-Conlutas manifesta seu apoio aos trabalhadores e trabalhadoras da Funpar (Fundação da Universidade Federal do Paraná) e se soma à luta em defesa dos empregos e contra as demissões.

Não aceitamos a situação pela qual a Universidade Federal do Paraná tem tratado dos trabalhadores que dedicaram suas vidas ao trabalho e agora são descartados, desprezando toda a contribuição que deram a Universidade.

Isto porque a UFPR demitiu 83 trabalhadores e já anunciou que em breve seguirá com novas demissões colocando nas ruas mais de 600 trabalhadores e trabalhadoras. São centenas de famílias que ficarão sem empregos neste momento em que o desemprego é crescente e a crise econômica intensa. Além disso, a maioria tem décadas de trabalho e estão próximos a aposentadoria.

Assim, a política de demissão da Universidade retira não o emprego, mas a perspectiva de aposentadoria. Por sermos contrários às demissões seguiremos na defesa dos trabalhadores, na defesa do emprego e pelo cancelamento das rescisões já apresentadas.

- Em defesa dos empregos!

- Contra as demissões dos trabalhadores da Funpar!

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES DA EMBRAER

Nos dias 24 e 25 de setembro a tropa de choque da polícia militar do estado de São Paulo protagonizou cenas de violência sobre trabalhadores da Embraer afim de ajudar Embraer/Boeing a acabar com a greve dos trabalhadores.

Convocado pela Embraer, o Estado utilizou-se de métodos vistos em épocas ditatoriais para desmobilizar os metalúrgicos. No segundo dia de greve (25 de setembro), policiais mascarados realizaram um "corredor polonês" para que os trabalhadores passassem. O constrangimento de quem entrava era evidente.

Também houve emprego da violência policial contra sindicalistas que estavam na organização do movimento. Como mostram imagens gravadas no local, o diretor do Sindicato Alex da Silva Gomes foi agredido pela PM, mesmo já estando caído no chão.

Diante da truculência da polícia, os trabalhadores suspenderem a greve, mas vão manter a mobilização. Embora ainda não tenha sido de fato vendida, a Embraer já segue a política antissindical e repressora adotada pela Boeing. Uma postura que mostra o que virá pela frente.

A luta dos metalúrgicos da Embraer é por aumento real de salário e em defesa dos direitos. É, portanto, uma luta legítima e merece toda solidariedade das entidades de classe e sociedade civil organizada. A Campanha Salarial da categoria diz respeito somente ao Sindicato, trabalhadores e empresa. Nunca será um caso de polícia.

Neste sentido, é preciso também denunciar a intransigência da direção da Embraer nas negociações. Há quatro anos, a fábrica não aplica aumento real aos salários. A empresa insiste em retirar direitos históricos dos trabalhadores, conquistados com muita luta.

Diante deste cenário, é preciso repudiar o comportamento da Embraer, que se utiliza da violência policial para atacar um movimento grevista legítimo. E também repudiar a pratica anti-sindical da empresa que a serviço da norte-americana Boeing busca aprofundar a exploração dos trabalhadores com demissões e retirada de direitos.

- Não a venda da Embraer para Boeing!

- Repudio a repressão policial!

- Não a atitude anti-sindical da Embraer! Pelo direito de greve e a livre organização dos trabalhadores!

APOIO À LUTA DOS SERVIDORES DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO, PELO FIM DO ASSÉDIO SEXUAL E MORAL, E PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO MP

Nós, delegados(as) do 4° Congresso Nacional da CSP-Conlutas apoiamos a luta dos servidores dos Ministérios Públicos Estaduais em defesa da democratização do MP brasileiro, contra a terceirização, e pelo fim do assédio sexual e moral cometido contra servidores e estagiários, e assim, manifesta apoio à aprovação da PEC 147/2015 (PEC do voto), pela qual os servidores requerem o direito a votar na eleição da lista tríplice para a escolha dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados. Além disso, defendemos uma Ouvidoria Popular, para funcionar como verdadeiro Controle Social sobre um Ministério Público realmente democrático!

REPÚDIO AO GOVERNO QUE DIRIGE O BRASIL

Bolsonaro e seus seguidores nos estados estão matando os trabalhadores nas periferias e além de atacarem nossos direitos estão exterminando a juventude negra nesse país.

Em São Paulo, estamos vivendo um massacre de João Dória e sua polícia contra os jovens nas periferias, inclusive nas escolas onde a polícia invade e ataca os trabalhadores e os estudantes.

No Rio de Janeiro, o governo estadual é um assassino que defende o ataque aberto contra a população, especificamente nas comunidades, matando e exterminando jovens, trabalhadores e crianças na maioria negras e negros.

REPÚDIO AO ITAÚ UNIBANCO E BRADESCO

Os bancos no Brasil são os recordistas de lucros e rentabilidade, mas também são os campeões de adoecimento e demissões. O Itaú Unibanco e o Banco Bradesco abriram recentemente Programas de Demissão Voluntária (PDV) com o objetivo de reduzir ainda mais o quadro de funcionários. O programa demonstra a perversidade dos banqueiros, pois tem como foco prioritário os empregados que estão licenciados pelo INSS e gozam de estabilidade no emprego.

Os bancos se transformaram em "máquinas de moer gente", com metas impossíveis de serem cumpridas e ameaças de demissão e redução salarial gerando uma epidemia de doenças psiquiátricas na categoria.

Repudiamos esta ação perversa dos bancos que se utilizam do terrorismo e das ameaças para impor a adesão dos funcionários ao PDV, forçando-os a abrir mão de direitos em troca de incentivos financeiros rebaixados.

Somente com a estatização do sistema financeiro será possível acabar com a superexploração e barrar o adoecimento crescente da categoria com a contratação de mais bancários e abertura de novas agências.

CSP Conlutas

CENTRAL SINDICAL E POPULAR